



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

MARINA ANDRIOLI

**‘CELEIRO CATARINENSE’: A agricultura e a paisagem do Oeste de Santa Catarina
nos planos desenvolvimentistas (1968-1979)**

Orientador: Prof. Dr. Marlon Brandt

Linha 1: História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente

**CHAPECÓ
2019**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E

Centro, Chapecó, SC - Brasil

Caixa Postal 181

CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Andrioli, Marina

CELEIRO CATARINENSE: A agricultura e a paisagem do Oeste de Santa Catarina nos planos desenvolvimentistas (1968-1979) / Marina Andrioli. -- 2020.

106 f.:il.

Orientador: Dr. Marlon Brandt

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, 2020.

1. Oeste Catarinense. 2. Chapecó. 3. Celeiro Catarinense. 4. Milagre Econômico. I. Brandt, Marlon, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

MARINA ANDRIOLI

'CELEIRO CATARINENSE: A agricultura e a paisagem do Oeste de Santa Catarina nos planos desenvolvimentistas (1968-1979)

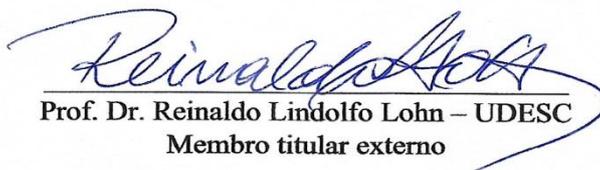
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em História defendido em banca examinadora em 20/03/2020

Aprovado em: 20/03/2020

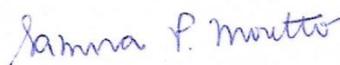
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS
Presidente da banca/orientador



Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn – UDESC
Membro titular externo



Prof. Dr. Samira Peruchi Moretto – UFFS
Membro titular interno

Chapecó/SC, março de 2020

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas que eu desejo agradecer, pelo apoio, paciência e inspiração que generosamente me concederam ao longo destes quase dois anos de caminhada.

Primeiro, dedico a alegria de ter cumprido essa missão aos meus pais Rosângela e Sérgio, por sempre terem entendido e incentivado que eu trilhasse caminhos acadêmicos, não medindo esforços para que essa realidade fosse possível em minha vida, muito obrigada!

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e todos os seus docentes e corpo técnico, especialmente ao meu orientador Marlon, sempre atencioso e dedicado. A minha banca de defesa, professores Samira e Reinaldo, a minha mais sincera gratidão pela correção acurada e pelo aprendizado que me proporcionaram nesse processo. Desejo também, vida longa ao nosso tão exitoso e qualificado PPGH.

Ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) por disponibilizar seu arquivo de maneira célere e organizada.

As minhas amigas da DGD, que me deram incondicional apoio para que prosseguisse meus estudos, Bruna e Sidiana. Também a todos os colegas da DRA.

À UFFS, por ser tão inovadora em suas políticas de inclusão e por tudo que ela representa aos mais humildes das fronteiras do sul do país, que por décadas foram apartados do direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

A todos os meus colegas do mestrado da turma 2018.2, especialmente as amigas Letícia, Daniela e Daiana, que com sua amizade tornaram essa jornada mais leve, bonita e proveitosa.

À minha querida amiga Ana Luiza, que gentilmente aceitou me auxiliar na formatação e na adequação das normas deste trabalho.

Aos meus amigos de longa data: Ana Camila, Caroline, Alessandra, Alana, Pathy, Soyara, Jociel, Letícia, Isabel, Adriana, Raíssa, Montagna, Humberto, Hernandez, Raphael, Fábio, Nelson, Thiago, Newton, Ronald, Otávio, Eduardo, Tatiana, Roberta, Serenella, Maurício, Ekin, Alexandre e André. Obrigada por serem presentes à distância!

Sou grata também a minha irmã Carolina, meu cunhado Lenyny e a meus amados sobrinhos, Murilo e Felipe.

Ao meu companheirinho canino Jerry Garcia.

Für Claiton, mit meiner ewigen Liebe und Bewunderung.

EPÍGRAFE

CONSOLO NA PRAIA

Vamos, não chores.
A infância está perdida.
A mocidade está perdida.
Mas a vida não se perdeu.
O primeiro amor passou.
O segundo amor passou.
O terceiro amor passou.
Mas o coração continua.
Perdeste o melhor amigo.
Não tentaste qualquer viagem.
Não possuis carro, navio, terra.
Mas tens um cão.
Algumas palavras duras,
em voz mansa, te golpearam.
Nunca, nunca cicatrizam.
Mas, e o humor?
A injustiça não se resolve.
À sombra do mundo errado
murmuraste um protesto tímido.
Mas virão outros.
Tudo somado, devias
precipitar-te, de vez, nas águas.
Estás nu na areia, no vento...
Dorme, meu filho
(ANDRADE, 2012, p.101)

RESUMO

Este trabalho analisa o surgimento e a consolidação da ideia de Celeiro Catarinense, mais especificamente, abordando as relações político-institucionais que culminaram na consolidação de incentivos para o desenvolvimento da agropecuária na região na década de 1970. Ainda, apresentaremos como se fez o Oeste Catarinense enquanto Celeiro Catarinense. Esta estratégia foi elaborada durante o período conhecido como “milagre econômico” – uma tentativa de executar reformas estruturais durante a ditadura civil-militar –, que tem suas bases de governança nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND’s). Buscaremos encontrar subsídios que possibilitem a compreensão sobre a construção das estruturas de transformação social, política e ambiental da região, em uma ótica ampliada que considere não somente o caráter simbólico, mas que revele a complexidade à qual a região foi submetida. Além de uma reflexão do discurso político vigente, este trabalho compromete-se com a análise bibliográfica dos documentos confeccionados naquele período, que incluem mapas, revistas, jornais e fotos, na busca de elementos que complementem o entendimento sobre a formação desta região, bem como os desdobramentos da intervenção humana na paisagem.

Palavras Chave: Oeste Catarinense, Chapecó, Celeiro Catarinense, Milagre Econômico

ABSTRACT

This paper analyzes the emergence and consolidation of the idea of Celeiro Catarinense (state of Santa Catarina's barn,, more specifically, addressing the political-institutional relations that culminated in the consolidation of incentives for the development of agriculture in the region in the 1970s. This strategy was developed during the period known as the "economic miracle" - an attempt to carry out structural reforms during the civil-military dictatorship -, which has its governance basis in the National Development Plans (PND's). We will seek for sources that make it possible to understand the construction of structures for social, political and environmental transformation in the region, in an expanded perspective that considers not only the symbolic character, but that reveals the complexity to which the region was subjected. In addition to a reflection of the current political discourse, this work is committed to the bibliographic analysis of the documents produced in that period, which include maps, magazines, newspapers and photos, in the search for elements that complement the understanding of the formation of this region, as well as the consequences of human intervention in the landscape.

Keywords: Western Santa Catarina, Chapecó, Santa Catarina Breadbasket/Barn, Economic Miracle

LISTA DE SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural
ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
AIA – American International Association
AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina
BDE – Banco de Desenvolvimento do Estado
BESC - Banco do Estado de Santa Catarina
BHC - Hexaclorobenzeno
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento
CEOM – Centro de Memória do Oeste Catarinense
CEPA/SC - Centro de Socio economia e Planejamento Agrícola
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNI – Confederação Nacional da Indústria
DDT - Diclorodifeniltricloroetano
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER - Empresa Brasileira de Extensão Rural
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
GP – Gabinete de Planejamento
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional da Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PCD – Plano Catarinense de Desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
PLAMEG – Plano de Metas do Governo Estadual
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PPGH – Programa de Pós-Graduação em História
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SAIC – S.A Indústria e Comércio Chapecó
SBR – Sociedade Brasileira Rural

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	14
INTRODUÇÃO.....	12
1 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: AGRICULTURA E DITADURA MILITAR.....	18
1.1 A CRISE ECONÔMICA E O GOLPE DE 1964	20
1.2 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E DITADURA MILITAR	23
1.3 ESTRATÉGIAS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: DOS PLANOS NACIONAIS ÀS AGÊNCIAS DE CRÉDITO E A EXTENSÃO RURAL	29
1.4 FORMAÇÃO SÓCIO AGRÁRIA DO OESTE CATARINENSE.....	35
1.5 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	44
1.5.1 Plameg I e II e Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD)	47
1.5.2 A extensão rural e a ACARESC	52
2 CRIAÇÃO DO “COMPLEXO AGRÍCOLA” NO OESTE CATARINENSE	59
2.1 A REVISTA CELEIRO CATARINENSE: difusão das ações do estado e o ideário da modernização agrícola	59
2.1.1 Celeiro Catarinense: contribuições sobre agricultura	62
2.1.2 Celeiro Catarinense: infraestrutura e investimento.....	69
2.1.3 O “novo” homem do campo	73
2.2 RECORTES DE OUTRAS MÍDIAS: FOLHA D’OESTE, REVISTA DO SUL e BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO	75
3 A QUESTÃO AMBIENTAL na mídia impressa do celeiro CATARINENSE: CRÍTICA versus ENALTECIMENTO.....	78
3.1 COMPREENDENDO O SURGIMENTO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	78
3.1.1 O Oeste Catarinense: Mecanização e Meio Ambiente	81
3.2 Recortes das Mídias: em busca de temas ambientais	87
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.....	98

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Evolução da divisão do território de Santa Catarina.....	42
Figura 2 - Evolução da divisão municipal de Chapecó-SC	43
Figura 3 - Esquematização dos Elementos do Plano Catarinense de Desenvolvimento	49
Figura 4 - Imagem típica do agricultor do Oeste Catarinense na década de 1950	53
Figura 5 - Granja Água Santa.....	63
Figura 6 - “Vamos plantar um novo Brasil”	66
Figura 7 - Capa Revista Celeiro Catarinense 1973.....	67
Figura 8 - Foto do agricultor Cyrano de Melo Annes	68
Figura 9 - Capa da Revista Celeiro Catarinense 1974.....	70
Figura 10 - Foto da propriedade de Zeferino Fiorentin 1974.....	72
Figura 11 - Amazônia, a nova esperança.....	83
Figura 12 - Santa Catarina lança campanha de conservação do solo	88
Figura 13 - Ilustração da Revista Celeiro Catarinense de 1974	90
Tabela 1 - Área colhida por tipo de produto – Santa Catarina (mil hectare).....	10
Tabela 2 - Total de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários das Microrregiões de Santa Catarina.....	10
Tabela 3 - Crédito agrícola de 1960 a 1981.....	23
Tabela 4 - Participação de áreas de investimento nos gastos previstos totais do PCD em Santa Catarina.....	40
Tabela 5 - Resumo do total geral liberado por plano sob o PIB (1962 – 1982).....	43
Tabela 6 - População Rural no Brasil.....	78

INTRODUÇÃO

Senhor Ministro,

A gente desta região "Celeiro de Santa Catarina", sente-se profundamente honrada com a segunda visita de V. Exa., a Chapecó, agora, como antes, trazendo-nos uma palavra de incentivo, mostrando os caminhos que devemos seguir, em resposta ao atual esquema de ação da política agrícola do Governo Federal. E surpreende-nos que um Ministro de Estado deixe o seu gabinete de trabalho para vir ao meio rural desta longínqua região, apertar a mão do colono falar com ele, sentir os seus problemas, mano-a-mano diante do homem que produz no anonimato. E o faz sem foguetórios, sem demagogia, abrindo o jogo da verdade, falando cara-a-cara, como nunca antes havíamos presenciado neste País.

Os tempos mudaram, senhor Ministro. Sempre fomos um País agrícola, mas até bem pouco tempo, nem mesmo o agricultor sabia quem era o Ministro da Agricultura do Brasil. Hoje não, o agricultor não apenas conhece Cirne Lima, como também o abraça, fala com ele, diz-lhe o que pensa e sente. E o resultado disso é a multiplicação das safras, a dinamização da riqueza agrária, a valorização do homem que trabalha e produz.

Não que Cirne Lima seja um mito, um mago, um messias da agricultura brasileira, mas porque Cirne Lima, sob "a liderança do gaúcho" Emílio Médici, rasgou a máscara da política rural do passado, que transformava o agricultor num "pobre diabo", iludido, empobrecido, doente, desamparado e explorado.

A agricultura brasileira, ao escrever sua história, por certo a dividirá em dois capítulos: antes e depois de Cirne Lima.

(FOLHA D'OESTE, p.7, 1972)

O trecho do Jornal Folha D'Oeste, de 06 de outubro de 1972, que selecionamos acima, foi escrito para o então Ministro da Agricultura, Cirne Lima, ler. O texto resume de maneira elogiosa o momento que estava vivendo o Oeste catarinense, especialmente Chapecó. Nele há um destaque para a integração das políticas nacionais às "terras longínquas" (FOLHA D'OESTE, p.7), da "região Celeiro de Santa Catarina" (FOLHA D'OESTE, p.7). O Ministro é reverenciado por ter saído de seu gabinete e encontrado "cara-a-cara" (FOLHA D'OESTE, p. 7) com o agricultor oestino, que daquele momento em diante, poderia afirmar com propriedade que sabe quem é e o que faz o Ministro da Agricultura. A reportagem depura muitos dos temas relacionados ao nosso objetivo principal, abordando-os num viés ufanista, como: a relação do Oeste com o governo central, as políticas nacionais e seus reflexos no oeste de Santa Catarina, os discursos da elite política e econômica, as transformações do homem do campo e da paisagem.

O objetivo desta dissertação é analisar o surgimento e o estabelecimento da ideia de Celeiro Catarinense, mais especificamente, tratando das relações político-institucionais que resultaram em incentivos para o desenvolvimento da agricultura na região no período de 1968 a 1979, durante a ditadura civil-militar, considerando o potencial de promover mudanças dessas políticas nas maneiras de produzir, na organização da vida rural e urbana, no entendimento do novo "homem do campo" e de sua influência na transformação da paisagem do Oeste catarinense.

Em relação à discussão sobre as influências desse período nas alterações da paisagem, ainda que tratadas em algum nível em todos os capítulos, porém mais especificamente no Capítulo 3, essa abordagem trará alguns aspectos materiais dessa mudança, conforme trabalha SANTOS (2013), quando este afirma que:

Pode-se falar, de um modo geral, na tendência a que o meio geográfico se transforme em um meio técnico-científico. As atividades mais modernas, na cidade e no campo, passam a exigir adaptações do território, com a adição ao solo de acréscimos cada vez mais baseados nas formulações da ciência e na ajuda da técnica. O meio ambiente construído se diferencia pela carga maior ou menor de ciência, tecnologia e informação, segundo regiões e lugares: o artifício tende a se sobrepor e substituir a natureza. (p.36)

Ademais, o tratamento dado a natureza e a tecnificação como solução dos problemas do campo, serão temas presentes neste trabalho. Ainda, será nosso objetivo compreender o discurso e práticas das elites e lideranças políticas na modificação da paisagem, por meio dos planos de desenvolvimento.

Considerando autores que já se dedicaram ao tema, mas em seus aspectos discursivos, nossa intenção é fazer a interligação entre os elementos formadores do Celeiro em si, materialmente, e no ideário local, estadual e nacional. (SILVA, 2002; SIQUEIRA, 2016)

Na década de 1970, a região Oeste de Santa Catarina passou por intensas transformações políticas, econômicas, sociais e ambientais (POLI, 1998; RENK, 1994; CORAZZA e RADIN, 2016), que resultaram na criação de um novo centro produtivo e em expressivas transformações no mercado de trabalho, refletindo na organização social do campo e na infraestrutura rural e urbana.

No início da referida década, o Oeste de Santa Catarina ficou conhecido como o “Celeiro Catarinense” (FOLHA D’OESTE, 1972; CELEIRO CATARINENSE, 1970,1974; BOLETIM DO MUNICÍPIO, 1976), uma retórica utilizada por lideranças políticas próditadura e que se consolidou na região, sendo adotada por revistas – como o caso da Revista Celeiro Catarinense, que abordava “assuntos de interesse regional, destacando a produção agrícola, a indústria e o comércio, a pecuária e a agricultura, o cooperativismo e o sindicalismo” (CELEIRO CATARINENSE, n. 4, p. 2, 1970) – e sendo propagada por outros meios de comunicação. Este termo, contudo, buscava traduzir a intenção dos governos locais e nacional em difundir os preceitos da Revolução Verde e consolidar a região como a grande provedora de alimentos em âmbito estadual, nacional e internacional (FORNECK, 2015).

Esta estratégia foi uma política de governo durante a fase nacional conhecida como ‘milagre econômico’ – uma tentativa de executar reformas estruturais durante a ditadura civil-militar por meio de planos desenvolvimentistas. O período entre 1968-1973 do ‘milagre’ econômico brasileiro, é analisado pelos economistas em função do crescimento das taxas do

Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 11,1% ao ano. Desta forma, “uma característica notável do ‘milagre’ é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos” (VELOSO, VILLELA e GIAMBIAGI, 2008, p. 220).

Buscaremos, por meio deste estudo, encontrar subsídios que possibilitem a compreensão sobre a construção das estruturas de transformação social, política e ambiental da região, em uma ótica ampliada que considere não somente o caráter simbólico, mas que revele a complexidade à qual a região foi submetida, contemplando a análise das ações e projetos executados pelo Estado. Destacamos a importância desse estudo, no sentido de que apresentaremos distintas análises, que somadas preenchem linhas na complexa teia que formou o “Celeiro Catarinense”, dando sentido a discursos, pensamentos e políticas nessa região, complementando estudos já realizados na mesma temática. Por exemplo, após o lançamento nacional do programa ‘Plante que o Governo Garante’, realizado em Chapecó em 1973, com participação do então Ministro da Fazenda Delfim Neto, percebe-se uma conjuração de relações político-institucionais que resultaram no crescimento da agroindústria (SADIA, SAIC e outras), das cooperativas (ALFA), da assistência técnica (ACARESC) como resultado de investimentos públicos e privados na modernização agropecuária (BAVARESCO, 2005; SILVA, 2002).

Para a acuidade deste trabalho, debateremos as revistas, jornais e boletins do município que circularam no recorte temporal analisado e, criticamente, examinaremos como o discurso presente nesses meios “moldou” a vida no campo, e homem do campo e a paisagem desta região. Como afirmou Tânia Regina de Luca, sobre o uso dos periódicos impressos:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Estas, por sua vez, também são atravessadas por hierarquias: trata-se, por exemplo, da seção “política nacional” ou da “policial”? (Já se mostrou como greves e movimentos sociais são sistematicamente alocados na última.) O assunto retorna à baila ou foi abandonado logo no dia seguinte? Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir. (DE LUCA, 2005, p. 140).

Outrossim, a ‘concepção’ do Celeiro Catarinense também é o período de explosão das tensões no campo e do êxodo rural, já que há uma cisão com o modelo de produção da propriedade familiar, sendo que o desenvolvimentismo, além de trazer arados mecânicos e

fertilizantes, ofuscou parte das práticas arraigadas culturalmente e reproduzidas nas médias e pequenas propriedades (RENK, 1994; IOKÓI, 1995). Para LOHN (1997, p.52), cria-se um “embate entre mundos tomados como opostos”, ainda, para este autor:

O atraso estaria com seus dias contados, pois os formuladores do novo, portadores do poder de nomeação e de fazer existir pela palavra — fazer ver e crer —, dispunham ainda dos mais impressionantes meios e recursos tecnológicos, os quais aplicados no meio rural revolucionariam totalmente a vida dos homens ali existentes. Mais do que isso, como que transformados internamente, em suas naturezas, os agricultores não sairiam imunes a este contato com máquinas e produtos industrializados, passando por um processo de mudança cultural profunda, tornando-se mais aplicados agentes de desenvolvimento e modernização, com valores e normas de condutas mais adequadas às relações de mercado. (LOHN, 1997, p.147)

De acordo com Corazza (2016), a formação socioeconômica do Oeste catarinense resulta de “um longo e peculiar processo histórico, cujo traço principal talvez tenha sido seu longo isolamento e sua tardia incorporação à economia nacional” (CORAZZA, 2016, p. 59). Na narrativa do autor, também pode-se afirmar que:

O desenvolvimento do complexo agroindustrial do Oeste catarinense foi um processo tardio, que veio a ocorrer depois da década de 1940, devido a fatores como a falta de suporte financeiro, a baixa capacidade de acumulação e a desarticulação econômica da região. Efetivamente, foi só na década de 1970 que este novo modelo de produção se consolidou através do estreitamento da interdependência entre indústria e agricultura, vindo esta última a perder progressivamente sua autonomia para subordinar-se completamente às necessidades da indústria frigorífica. [...] Mas, entre 1962 e 1990, com a integração e a consolidação do capital industrial, o desenvolvimento econômico do Oeste catarinense passa a ser conduzido pelas grandes e médias empresas do setor alimentício, como Perdigão, Sadia, Chapecó, Aurora, entre outros. Nesse processo, a indústria da alimentação catarinense, centra na região Oeste do estado, contempla as principais empresas brasileiras do setor. (CORAZZA, 2016, p.77-78).

A década de 1970 é o ponto de ruptura entre o Oeste isolado e o surgimento do “moderno” Celeiro Catarinense. Este “*boom*” não pode ser dissociado dos interesses das elites políticas e econômicas, na destinação de significativa parcela do território catarinense para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. A escolha dessa década e não de outras, como a de 1930 ou a de 1950 por exemplo, se dá na observação da substancial mudança enfrentada na base produtiva agrícola da economia brasileira, marcando uma nova fase:

A década de 70 assistirá a uma profunda mudança, no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar na literatura de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural etc. permitem

dizer que o Brasil mudou, e o campo também. Não em seu todo, nem de forma homogênea, mas tornou-se uma realidade totalmente diferente da que servira de palco para as discussões precedentes. Com isso, necessariamente, os referenciais de análise tornam-se obsoletos e uma nova fase no estudo científico do meio rural tem início. (GONÇALVES NETO, 1995, p.78).

Ou seja, é nessa alteração das relações do campo com a cidade, do campo com a tecnologia e do campo brasileiro e catarinense com o mundo que traremos os elementos que conectarão essa história e, ainda, demonstrarão a relevância dessa década, objeto deste estudo.

Os PND's – Plano Nacional de Desenvolvimento I e II, durante os governos Médici e Geisel, assim como o já mencionado “Plante que o Governo Garante” desempenhou ímpar contribuição na viabilidade desta nova realidade, juntamente com os planos estaduais como o PCD e o Plameg I e II.

Quando esmiuçado o PCD, no governo de Colombo Machado Salles, temos o maior percentual de investimento previsto do total, 22,7%, no setor agrícola. Dados essenciais sobre infraestrutura e integração também foram levantados por Alcides Goularti Filho, quando este afirma que “no setor de transporte, foram construídos 565km de estradas e pavimentados 159km” no estado de Santa Catarina. (GOULARTI, 2005, p. 637).

Na década de 1970, a tradicional e modesta produção familiar e seu relativo isolamento dos mercados consumidores recebeu um novo impulso: “é através da utilização dos modernos insumos, da mecanização do campo aliada a uma mudança de hábito por parte dos agricultores que seria consolidada a ‘evolução’ tão desejada por parte das elites” (SILVA, 2002, p. 32). Sendo que, no ano de 1975:

O Estado de Santa Catarina ocupa, dentro do contexto nacional, posição de destaque, cultivando de forma permanente cerca de 1,6 milhões de hectares. E apesar de ocuparmos parcela mínima do território nacional, (1,13%), o Estado está entre os cinco maiores produtores de alimentos do país. (KONDER, 1975, p.24).

Ao analisarmos o Plano de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina na gestão de Adolfo Konder (1975-1979), o que se observa é um rigoroso guia aos preceitos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) para a agricultura:

Da mesma forma, deverá ser criada empresa que se dedique à extensão rural a à assistência técnica ao setor, segundo a política do Governo da União (EMBRATER). Por outro lado, dar-se-à ênfase à produção cerealífera, à pecuária de corte e leiteira, à suinocultura e à avicultura, bem como, condicionando-se às possibilidades de comercialização, à horticultura e à fruticultura. (KONDER, 1975, p.29).

Se utilizamos da ideia de PALMEIRA (1989, p. 89) sobre o significado do planejamento estatal no campo, podemos conceber que este estudo demandará a análise de diversas conjunturas, discursos e meandros ainda não tão explorados. Este autor afirmou:

É difícil pensar a modernização da agricultura conduzida pelo Estado sem pensar as transformações sofridas pelo próprio Estado. É necessário não propriamente elaborar uma teoria do moderno Estado brasileiro, de que os cientistas políticos vêm se ocupando com menor ou maior sucesso, mas procurar indicar, ainda que de modo aproximativo, o que tem sido a ação do Estado no campo, analisar os meios através dos quais essa ação se tem dado e sobretudo explorar as suas implicações. Mas isso não basta. É preciso pensar que a simples presença do Estado no campo tem significado.

Nossa proposta, nas próximas seções, é perfazer esse caminho de pensar o Estado, primeiramente em capítulo dedicado ao estudo da Modernização Conservadora no Brasil e em Santa Catarina. Neste capítulo discutiremos a criação do “complexo agrícola” no Oeste catarinense, considerando a formação sócio agrária desta região e seu passado recente de conflitos e colonização. Ainda, uma revisão teórica sobre o Golpe de 64 e as estratégias de modernização agrícola, presentes nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND’s), que conforme será demonstrado, tiveram influência no planejamento e criação de planos semelhantes e alinhados em Santa Catarina.

O terceiro capítulo desta dissertação será dedicado a história ambiental do “Celeiro Catarinense”, e por meio de um resgate bibliográfico e da inserção de novas fontes, trataremos episódios marcantes da história do Oeste catarinense, que sintetizam o momento histórico que narramos. Ainda, pontuaremos as transformações na paisagem que a modernização conservadora implicou, por meio de dados e análise comparativa, traçaremos esse cenário, tendo como diretriz o ideal de “celeiro” e suas derivações.

Por fim, apresentaremos as considerações finais, entraves, e possibilidades de pesquisas que esse estudo gerou, bem como a nossa contribuição com a historiografia regional, particularmente para a linha 1(um), do mestrado em História da Fronteira Sul: história do povoamento, do meio ambiente e da agricultura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

1 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: AGRICULTURA E DITADURA MILITAR

Esse capítulo tem por objetivo apresentar alguns episódios cruciais da história contemporânea deste país, que irão nos ajudar a entender o que levou o Brasil a uma mudança na condução da política econômica e industrial após o golpe civil-militar de 1964.

Entendemos que a compreensão deste período, ainda que em linhas gerais, será essencial, já que é nessa mudança de paradigma político que se sustentará um discurso que impactou a trajetória de desenvolvimento em âmbito nacional e como mostraremos e é nosso objetivo, localmente, no oeste de Santa Catarina. Selecionamos para este capítulo alguns dados que sustentam o impacto deste período para o estado de Santa Catarina e para a microrregião de Chapecó, conforme pode ser observado na Tabela 1 e na Tabela 2.

Tabela 1 - Área colhida por tipo de produto – Santa Catarina (mil hectare)

Ano	1962*	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Milho em grão	346.805	672.156	728.929	877.716	850.628	754.966	886.803
Soja em grão	2.468	90.633	263.876	427.996	403.530	167.680	273.999
Trigo em grão	104.097	120.009	32.388	10.657	35.035	29.943	38.623

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário. Adaptado pela autora. * A série inicia em 1962 pois, apesar de já haver dados sobre as colheitas de milho e trigo, estes são mais escassos em relação a soja.

Tabela 2 - Total de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários das Microrregiões de Santa Catarina

Microrregiões	1970	1975	1980	1985	1995
São Miguel d'Oeste	142	688	1365	1747	2242
Chapecó	162	840	2175	3168	4607
Xanxerê	167	764	1738	2298	2741
Joaçaba	451	1172	2197	3305	6116
Concórdia	53	269	533	1000	1821
Canoinhas	551	1357	2886	3680	5437
São Bento do Sul	46	79	312	441	626
Joinville	679	1711	2786	3795	3772
Curitibanos	214	632	1333	1804	2619
Campos de Lages	384	753	1839	2467	4252
Rio do Sul	687	2464	4445	6199	7364
Blumenau	282	1030	2351	2785	3349
Itajaí	125	473	1064	1266	1102
Ituporanga	191	800	2228	3495	5174

Tijucas	78	191	619	1064	1242
Florianópolis	188	243	603	737	1165
Tabuleiro	19	129	848	1136	1730
Tubarão	462	502	1160	2052	2607
Criciúma	326	415	861	1505	2105
Araranguá	856	1129	1762	2491	3077

Fonte: IPEADATA. Adaptado pela autora.

Na Tabela 1, selecionamos apenas três produtos: milho, soja e trigo, e notamos que os dois primeiros tiveram crescimentos constantes até a década de 1985, tendo a soja apresentado a maior expansão por hectare em Santa Catarina, especialmente se observada a produção por hectare em 1962 e comparada com o ano de 1970, quando o incremento em 8 anos foi de aproximadamente 40 vezes. Tal fato está diretamente relacionado ao processo que nos propomos a debater neste capítulo, pois nos revela a complexidade à qual os agricultores foram submetidos, necessitando não só compreender as constantes mudanças no campo, como procurar meios de se inserir nesse processo histórico. Ainda, Na Tabela 2, se observamos a microrregião de Chapecó, notamos que o número de tratores por estabelecimentos agrícolas foi de 162 a 840 em um interim de apenas 5 anos, entre 1970 e 1975, configurando mais de 500% de aumento.

Se observamos os dados e compartilharmos da análise de SANTOS (2013), podemos inferir que o artifício tende a se sobrepor a natureza, quando observamos um meio ambiente sendo construído por interesses mercantis. Para este autor, que tece uma crítica ao neoliberalismo, que se difundia mundialmente¹:

Ninguém se admire, pois, da atual pregação neoliberal. Nos dias de hoje, o capital se difunde mais depressa no campo do que na cidade e a força do mercado regula a atividade a despeito do Estado. E na cidade é apenas o subsistema ligado às novas racionalidades que merece a atenção dos governos, das multinacionais e dos organismos internacionais. O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado. Nessas condições, o neoliberalismo não se aplica aos objetos, mas apenas às ações que os objetos inovadores tornam mais fluidas e certeiras. (SANTOS, 2013, p. 38).

¹ A aplicação dos preceitos neoliberais tem seu apogeu com o governo de Margareth Thatcher, na Inglaterra de 1979, e tem seus antecedentes na corrente liberal construída pela Escola Austríaca na década de 1940. Ver mais em: ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo (1996). In Sader, Emir & Gentili, Pablo (orgs.).

Abaixo compartilhamos uma síntese feita pela autora Soraia Ramos, quando esta escreve sobre os Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico- informacionais no Brasil, no qual ela destaca a necessidade de a produção agrícola inserir-se na lógica industrial, também na linha defendida por SANTOS (2013).

A produção agrícola, seguindo o processo de urbanização e industrialização, insere-se cada vez mais na lógica industrial de produção. Para manter os níveis de rendimento desejados, essa atividade precisa elevar constantemente a sua produtividade e, para tanto, adotar novas tecnologias de produção e organização. [...] De maneira geral, a modernização do campo ocorre primeiramente com a mecanização da produção, observada pela utilização crescente de arados, aspersores, colheitadeiras, pulverizadores e tratores. Em um segundo momento, a novidade decorrerá da utilização dos derivados da indústria química; fertilizantes, agrotóxicos: herbicidas, inseticidas, fungicidas e corretivos para o solo, que se dá paralelamente ao desenvolvimento da biotecnologia e da engenharia genética. (RAMOS, 2010, p. 316-317)

Ou seja, as tabelas que apresentamos, com a evolução da área colhida e do número de tratores nas propriedades, juntamente com as análises de autores como SANTOS (2013) e RAMOS (2010) demonstram o momento peculiar da agricultura brasileira na década de 1970, seu exponencial crescimento, e os caminhos escolhidos para este setor pelo Estado.

1.1 A CRISE ECONÔMICA E O GOLPE DE 1964

Nesta seção trataremos das motivações que levaram ao esgotamento do modelo produtivo na década de 1960, e que posteriormente culminariam numa crise política tão profunda, que deu fôlego ao golpe civil-militar de 1964. Para essa análise alguns estudos serão referenciados, é o caso da obra ‘O Grande Salto para o Caos (1985)’, dos economistas Maria da Conceição Tavares e José Carlos de Assis, em seu primeiro capítulo afirmam que:

A crise de 1964, contudo, se revelou muito mais aguda que a imediatamente anterior. Além de uma crise de governo, deu lugar a uma crise do regime e à ruptura do próprio pacto político que prevalecia desde o pós-guerra. O Estado populista, resultante do compromisso da elite modernizante de 30 com os setores populares, rompeu-se com a intervenção militar. Esta, embora apoiada na ideologia liberal-conservadora das classes dominantes, não veio, como logo ficou claro, para restabelecer uma democracia liberal-conservadora de estilo clássico. Ao contrário, veio para afirmar, modernizar e tornar mais abrangente o papel do Estado na sociedade e na economia, através de um restrito pacto de dominação entre elites civis e militares, sob o aplauso das classes médias assustadas com o turbulento período anterior. Sob esse pacto, mudanças institucionais impostas autoritariamente garantiriam condições favoráveis à retomada de uma nova etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil. (ASSIS e TAVARES, 1985, p. 11)

Os anos iniciais da década de 1960 podem ser caracterizados como um período em que houve diversas tentativas fracassadas de estabilização da inflação. O quadro em que assumiu o presidente eleito democraticamente Jânio Quadros, sucessor de Juscelino Kubitschek, era dramático, “a inflação medida pelo deflator implícito do PIB, que tinha sido de 11,8% em 1955, acelerou para 25,4% em 1960” (MESQUITA, 2014, p. 180).

Há um uma grande aceitação na literatura, e neste caso referendamos a obra de Ricardo Bielschowsky, “O Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, de que o governo de Kubitschek foi “o auge do desenvolvimentismo no pensamento econômico” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 409), aliada à aceleração econômica representativa e à estabilidade política do período, foi neste interim que identificamos um “integral comprometimento do setor público com uma explícita política de desenvolvimento” (ORENSTEIN e SOCHACZEWSKI, 2014, p. 157), tendo no Plano de Metas seu ápice, assunto que será tratado mais à frente, quando retomaremos os planos econômicos da ditadura civil-militar e seus antecedentes.

Após a renúncia de Quadros, em 1961, o país esteve sob a égide do parlamentarismo e sob o governo de três gabinetes até janeiro de 1963, que foram os de Tancredo Neves (PSD), Brochado da Rocha (PTB) e Hermes Lima (PTB), nesta ordem. (ORENSTEIN e SOCHACZEWSKI, 2014, p. 183). Tal impasse governamental ocorre em conturbado período político e de deterioração no balanço de pagamentos brasileiro, apenas para citar alguns fatores agravantes dessa crise. Em 6 de janeiro de 1963 é restaurado o regime presidencialista após o plebiscito que deu vitória a João Goulart. O último presidente antes da redemocratização teve que lidar com os anseios de conservadores e de sua base mais à esquerda. Goulart e sua equipe econômica, conduzida por Celso Furtado, não conseguem implantar o Plano Trienal em sua essência, por conter medidas impopulares a todos os segmentos da sociedade nacional e estrangeira, e ao fazer concessões, perdem o elemento que seria crucial, na análise de Celso Furtado, para o sucesso deste plano, que era o corte ortodoxo para estabilização² econômica.

Em relação ao governo Goulart e às distintas análises elaboradas sobre aquele período, nos concentraremos no estudo realizado pela historiadora Lucilia de Almeida Neves Delgado (2010), em seu artigo ‘O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia’. A motivação da autora é o argumento de que a historiografia acerca do governo

² Ver mais em: MESQUITA, Mário Magalhães Carvalho. Inflação, estagnação e ruptura, 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2 ed., p. 179-196, 2014.

de João Goulart é ‘numericamente pouco expressiva’ (DELGADO, 2010, p. 127). Neste ponto, a autora também enfatiza os conceitos de tempo e memória para historiadores clássicos como Paul Ricoeur, e o seu caráter permeável ‘aos interesses dos sujeitos individuais e coletivos’ (DELGADO, 2010, p. 126), salientando que o “esquecimento” e a “seleção” de documentos históricos e narrativas por exemplo, também são produção social e objetos de estudo da história.

Delgado (2010) classifica a produção historiográfica referente ao Governo João Goulart em diferentes categorias, aqui apenas duas, que são: a visão estruturalista e a aquela que defende a característica preventiva do golpe. Em relação à primeira, os autores desta linha de pensamento escolhidos pela autora, – que justifica tal seleção por um critério temporal e acadêmico –, são: Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira e Otávio Ianni.

Tais intelectuais, em sua maioria economistas ou sociólogos, convergem ao defender que a industrialização tardia brasileira ‘atingiu um ponto crítico’ (DELGADO, 2010, p. 133), que necessitava de soluções rápidas e precisas, e ainda que o modelo agrário exportador era incompatível com o desenvolvimentista industrializado. Argumentam também que a inserção de nossa economia baseada na produção primária em um modelo internacional industrializado gerou dependência internacional, atrelando nossa soberania às economias credoras. Assim, a autora sintetiza que o golpe é uma resposta ao acirramento dos conflitos sociais e à incapacidade da gestão destes embates econômicos que, neste caso, tem origem estrutural.

No segundo ponto, que inclui a ótica de sociólogos e historiadores, como Florestan Fernandes, Jacob Gorender, Caio Navarro de Toledo, e a própria autora. Delgado (2010), traça características individuais das concepções, mas as interliga pelo ponto central, que seria a de que o golpe teve caráter preventivo e contrarrevolucionário, isto porque, se entendia que o país vivia a possibilidade de, nas palavras de Florestan, uma ‘transição de uma economia restrita para uma democracia ampliada (DELGADO *apud* FERNANDES, 2010, p. 134-5), já que fazia parte das propostas de Goulart reformas de base e agrária, ensejando apreensão a uma elite que desejava uma modernização conservadora. Ainda, cabe ressaltar que Florestan, classificou o governo Goulart como: ‘incapaz tanto de evitar como de reagir à intervenção militar conservadora’ (DELGADO *apud* FERNANDES, 2010, p. 135). Como afirmará a autora sobre as análises de Gorender e Florestan:

A análise marxista mais conhecida sobre o processo histórico do início da década de 1960 foi elaborada por Jacob Gorender em 1987. Para esclarecer a instabilidade daqueles anos, o autor recorre a explicações de base econômica estrutural, como desenvolvimento tardio do capitalismo e crise de substituição de importações. Enfatiza, contudo, o caráter preventivo da deposição de João Goulart. Adota o

conceito de modernização conservadora e afirma que o núcleo burguês industrializante e os grupos representativos do capital estrangeiro, que investiam na economia brasileira, perceberam os riscos das reformas de base e optaram por aderir ao golpe preventivo e contra-revolucionário. Gorender, como Fernandes, também identifica a conjuntura do início dos anos de 1960 como pré-revolucionária. Seu entendimento é o de que o capital industrial apostava na modernização do Brasil, mas a queria conjugada a forte controle social. Decorre desse seu entendimento sua adesão ao conceito de modernização conservadora, como aplicável ao golpe de 1964. (DELGADO, 2010, p. 136).

O que podemos deduzir, da análise de Delgado, apesar de termos exposto apenas dois pontos de sua retomada historiográfica, de que os estudos sobre as razões do golpe e à deposição de João Goulart são complementares e não se esgotam em poucas hipóteses e contextos. Compreendendo os meandros e interesses atrelados ao Golpe de 64, construímos as bases para o entendimento do tema que nos propomos a discutir na próxima seção, quando trataremos do conceito de modernização agrícola.

1.2 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E DITADURA MILITAR

Para iniciar esta seção, é imprescindível que seja apresentado o conceito de “modernização conservadora”. Tal conceito é ilustrado na obra de Moacir Palmeira, que define:

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, “efeitos perversos”: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão “modernização conservadora”(PALMEIRA, 1989, p. 87)

Observamos ao longo de nossa busca um profícuo debate sobre como se deu a modernização agrícola no Brasil, o consenso é de que este processo foi alavancado com as políticas da ditadura civil-militar, quando o setor ‘absorveu quantidades crescentes de crédito agrícola’ (PALMEIRA, 1989, p. 87), e integrou-se ao mercado interno e internacional, formando assim, um “complexo agroindustrial”. Nesta seção, faremos algumas discussões utilizando autores que se dedicaram ao tema, como Wenceslau Gonçalves Neto (1997), Moacir Palmeira (1989), Sonia Regina de Mendonça (2010), José Graziano da Silva e Angela A. Kageyama (1983).

Antes de adentrarmos nos textos destes autores, é importante que iniciemos essas discussões sem amarras teóricas ou sem a intenção de entender o conceito de “modernização” como uma política aplicada homogeneamente pelo Estado. Estudiosos do tema como,

Goodman, Sorj e Wilkinson (1985), fizeram indelével contribuição na gnose das vicissitudes deste processo. Podemos analisar melhor esta ideia no excerto que segue:

As políticas do Estado não podem, portanto, ser encaradas como representando ou fomentando uniformemente o "complexo" agroindustrial. Pelo contrário, capitais agroindustriais específicos podem ter, claramente, estratégias conflitantes de acumulação e crescimento, como é o caso dos setores de processamento e da indústria de alimentos, com seu crescente recurso a aditivos, componentes sintéticos e fontes alternativas de proteína. A emergência e a unificação conjuntural de diferentes capitais agroindustriais é um processo irregular e está sempre se redefinindo, dependendo do ritmo dos avanços científicos e das inovações tecnológicas. É um grande erro tentar expressar esse processo em termos de formação de um "complexo" consolidado e estático. Fazê-lo é analisar equivocadamente tanto a dinâmica dos capitais industriais como a da sua integração com as estruturas sociais rurais. (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1985, p.37-38)

Não é possível construir uma única narrativa do processo de modernização, já que este foi repleto de irregularidades. O próprio termo “complexo agroindustrial” pode ter seu entendimento equivocado, se não considerarmos cada contexto em específico, mediante análise da conjuntura nacional, ponderando cada política, seus agentes e beneficiários. Outro equívoco que não pode ser cometido, segundo os autores, é considerar que dentro do “complexo” há uma ‘divisão estática entre “agricultura” e “indústria” (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1985, p. 38), pois “a agroindústria abarca uma amálgama de capitais em constante e expressa um esforço contínuo no sentido de transformar a agricultura num processo industrial”(GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1985, p. 38).

Wenceslau Gonçalves Neto (1997), em sua obra “Estado e Agricultura no Brasil”, discute, a partir da historiografia já produzida, o processo de intervenção governamental sobre o espaço rural brasileiro, num período que abrange de 1960 a 1980. Em seu segundo capítulo, Wenceslau organiza um debate sobre a questão agrária brasileira, e é salutar destacarmos os questionamentos do autor, quando este apresenta o desafio governamental de investir na industrialização, – mediante um mercado consumidor reduzido –, e o de se inserir numa economia internacionalizada de manufatura, – tendo em vista a pouca infraestrutura de produção disponível –, no trecho que segue:

Repetimos: Como conseguir o impulso para esse salto? De onde viriam os recursos? As duas alternativas surgidas no período apontavam ou para a associação com capitais internacionais, que financiariam a continuidade do processo de industrialização e, conseqüentemente, a manutenção da situação de dependência – agora não mais de produtos acabados ou bens de capital, no todo ou em parte já substituídos, mas de uma dependência financeira – que continuaria amarrando os destinos do país às decisões externas; ou a formação do próprio estímulo, sobretudo por intermédio da ampliação do mercado interno e da ação do Estado, que permitiriam, internamente, a formação da poupança e da infraestrutura necessárias ao investimento. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 57).

O autor afirma que é nesse debate e “indecisão” do Estado que se ergue o regime populista, ficando este à mercê dos grupos aos quais deveria conciliar os interesses. E é para ‘fugir deste garroteamento’ (GONÇALVES NETO, 1997, p. 52) que o próprio Estado assume o papel de realizador das reformas de base. Nessa seara, o autor irá pontuar duas correntes que se estabeleceram no período, sendo a primeira formada por grupos que viam a agricultura como entrave ao desenvolvimento e aqueles que a viam como funcional neste processo.

Tratando da primeira, a síntese feita pelo autor afirma que ‘a estrutura agrária brasileira, centrada no latifúndio’ (GONÇALVES NETO, 1997, p. 53), e nas suas já pré-estabelecidas dinâmicas de trabalho, impedia que o setor conquistasse dinamismo a ponto de atender à demanda por bens alimentícios urbana. Assim, como a demanda produtiva era instável, a elevação de preços deste setor não permitia um processo de acumulação na indústria, isto porque forçava a elevação dos salários. Ainda, as formas de produção arcaicas ‘afastavam a grande população rural do mercado’ (GONÇALVES NETO, 1997, p. 54), porque estes trabalhadores, ao contrário do urbano, em sua maioria, não era assalariado, impossibilitado a fomentação de um mercado interno e, ademais, ‘prendia grande contingente de mão-de-obra no campo’ (GONÇALVES NETO, 1997, p.54). Outro entrave apontado é que a forma de produção atrasada no campo não atraía investimentos em desenvolvimento industrial para o campo, como a fabricação de máquinas e equipamentos por exemplo.

Oposta a esta corrente está a de que a agricultura poderia ser funcional neste processo de desenvolvimento. Tais concepções consideravam o caráter arcaico da agricultura, mas divergiam em relação à resistência à modernização e à influência da formação de preços no setor agrícola. Antônio Delfim Netto, por exemplo, após analisar uma série de dados em 1963, dizia que não era possível afirmar que os preços do setor agrícola se elevavam mais rapidamente do que dos outros setores produtivos. Outra conclusão de Delfim Netto foi a de que havia transferência de renda do setor agrícola para o comercial, o que em tese, possibilitava a formação de capital neste setor, ou seja, o setor agrícola estava ‘cumprindo seu papel econômico, não apenas respondendo à demanda urbano/industrial[...] mas contribuindo decisivamente para o processo ao cumprir as chamadas tarefas da agricultura’ (DELFIN NETTO *apud* GONÇALVES, 1997, p. 66).

É essencial contextualizarmos esses debates, que abordam o destino da agricultura brasileira naquela década, para tanto Gonçalves Neto (1997) salienta que:

Finalmente, é importante lembrar que, assim como a sociedade brasileira encontrava-se cindida política e economicamente no início da década de 60 – corte que perdura

até a definição autoritária do golpe de 1964 -, entre duas propostas de superação dos impasses do período, também o debate no setor agrícola apresentava uma fragmentação. De forma simplificada, encontravam-se, de um lado, os setores politicamente à esquerda, propondo alterações profundas na estrutura agrária, engajados no receituário reformista, ligados à corrente nacionalista de desenvolvimento autônomo [...]. E, de outro, os setores mais conservadores, ligados à proposta de desenvolvimento associado ao capital externo, que propõem a modernização do setor e a ampliação das relações do comércio internacional. Não por acaso, portanto, a política voltada para o setor rural dos governos do período autoritário será voltada para uma modernização do tipo conservadora, sem alteração da estrutura fundiária e privilegiando o setor que produz para o mercado externo. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 75-76)

Na continuidade da sua análise, o autor, já discutindo a questão agrária nos anos de 1970, demarcará a profunda mudança pela qual passou este setor, que ‘impulsionada por uma política de créditos facilitados’ (GONÇALVES NETO, 1997, p. 78), reagiu à demanda e teve sua base produtiva alterada. Essa condução macroeconômica fez com que o setor agrícola permitisse o desenvolvimento de um parque industrial e propiciasse elevado grau de urbanização, podendo não mais ser titulada como um “entrave”. Assim:

Nos anos 70 o cerne da questão agrária é a modernização da agricultura e o sentido geral deste processo no interior da economia brasileira. Por um lado, os pesquisadores que adotam a visão que aceita a funcionalidade da agricultura dão continuidade a suas observações, agora não apenas pregando como sendo este o caminho certo para o setor rural - de resto, uma realidade em plena incrementação a partir da segunda metade dos anos 60 e durante o correr dos 70 -, mas também estabelecendo reformulações em suas propostas anteriores[...] os estudiosos que viam o setor agrícola e sua estrutura como obstáculos ao desenvolvimento econômico do país, são obrigados a reformular profundamente suas conclusões e propostas. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 79-79)

Moacir Palmeira, em seu artigo ‘Modernização, Estado e Questão Agrária’ (1989), faz uma retomada de como sucedeu o processo de modernização conservadora, apontando elementos que corroboram tal conceito. O autor apresenta uma série de dados sobre a “expropriação do campesinato” a partir dos quais reflete sobre questões de expropriação de terras e reforma agrária. Neste tópico o autor vai afirmar que com a mudança nas relações produtivas e a entrada do grande capital, o trabalhador que é expulso do campo perde o elo com suas antigas relações sociais e com o “saber fazer” já adquirido, e ainda, que há um processo de “fechamento da fronteira”, causando uma “urbanização precoce”.

O autor estenderá a análise ao que chama de ‘propriedade estável’ (PALMEIRA, 1989, p. 90) do sul do país, que tem suas bases alteradas com o advento dos latifúndios, o que modificaria o ‘relativo controle’ (PALMEIRA, 1989, p. 90) que os agricultores possuíam. Ou seja, o modelo de latifúndio cria um “cerco” às pequenas propriedades, que já possuidoras de dívidas juntos aos bancos, deixam poucas opções para as gerações futuras.

Outro ponto importante da obra de Palmeira (1989) é a reflexão que este autor traz a respeito da legislação específica para o campo, que foi criada a partir da década de 60, são elas: o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, em 1963 e 1964, respectivamente. Sobre essa legislação, o autor afirmará:

Antes de indicar uma política, a nova legislação impôs um novo recorte da realidade, criou categorias normativas para uso do Estado e da sociedade, capazes de permitir modalidades, antes impensáveis, de intervenção do primeiro sobre esta última. Ao estabelecer, com força de lei, conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural; arrendamento, parceria, colonização, etc., o Estado criou uma camisa-de-força para os tribunais e para os seus próprios programas de governo, ao mesmo tempo que tornou possível a sua intervenção sem o concurso de mediadores e abriu espaço para a atuação de grupos sociais que reconheceu ou cuja existência induziu. Nesse sentido, independentemente da efetivação de políticas por ela possibilitadas — a reforma agrária, a modernização agrícola, a colonização são exemplos — a nova lei passou a ter existência social a partir da hora em que foi promulgada. Tornou-se uma referência capaz de permitir a reordenação das relações entre grupos e propiciar a formação de novas identidades. (PALMEIRA, 1989, p. 95).

Sobre o Estatuto da Terra, Palmeira (1989) constatará que a legislação era abrangente, porém, a escolha feita pelo Estado nos governos que sucederam 1964, foi ‘a da modernização do latifúndio, em prejuízo [...] da formação de propriedades familiares’ (PALMEIRA, 1989, p. 96). Tal preferência, que priorizou a especulação financeira e via na exportação de produtos agropecuários uma importante fonte de divisas, demarca a opção pela via da modernização conservadora. Palmeira (1989) constatará que há um consenso nos estudos do período de que a ferramenta principal de consolidação deste modelo pelo estado foi o sistema de subsídios agrícolas de crédito, e que num apanhado de dados é notável que tal crédito é também concentrado em um número de ‘pequenos grandes tomadores’ (PALMEIRA, 1989, p. 96).

Em relação à afirmação de PALMEIRA (1989), podemos retornar à Tabela 2 por exemplo, quando esta nos mostra o intensivo aumento do número de tratores nas propriedades de Chapecó e Xanxerê no período de 1960 a 1985, que foi de 162 para 3.168 em Chapecó e de 167 a 2.298 em Xanxerê respectivamente, e relacioná-la com a Tabela 3, que será apresentada mais adiante, mas que nos revela, nesse caso nacionalmente, a porcentagem de participação do Banco do Brasil nos investimentos agrícolas, superando os 50% em toda a série apresentada de 1960 a 1981, corroborando assim com a tese deste autor, de que a modernização do latifúndio contou com o subsídio agrícola público.

Continuando o debate, com o artigo de Kageyama e Silva (1983) ‘Os Resultados da Modernização Agrícola dos Anos 1970’, têm tais autores o objetivo de fomentar a discussão de como a modernização agrícola acentuou as contradições do sistema capitalista no Brasil. Neste estudo, são feitas inferências a partir de importantes sistematizações de dados, sendo a principal

fonte o Censo Demográfico Agrícola do período de 1970 a 1980. A preocupação dos autores é apresentar como a modernização agrícola afetou as relações de trabalho, a produtividade e os salários, por exemplo. Dentre as várias sínteses destes autores, abordaremos aqui as deduções em relação às principais modificações da estrutura agrária, que são:

- a) O grau de concentração da estrutura agrária se expande, aumentando o tamanho médio das propriedades;
- b) Mesmo com o aumento das propriedades, houve acréscimo de áreas ociosas
- c) A variação da produção agrícola se deu principalmente pelas necessidades do mercado interno e externo, causando retração na produção de insumos básicos;
- d) Devido à expansão do crédito subsidiado, aumenta nas grandes propriedades o uso de fertilizantes e agrotóxicos, bem como o uso de tratores. No caso dos tratores o artigo a evolução do nº de tratores a cada 1.000(mil) pessoas ocupadas era de 9,4 em 1970 e 25,1 em 1980 (KAGEYAMA e SILVA, 1983, p. 543);
- e) Houve aumento da produtividade da terra e do trabalho, em consequência da modernização agrícola.

Os dados e ideias apresentadas pelos autores anteriores irão se confirmar também no texto de Sonia Regina de Mendonça (2010), mais especificamente na sua obra: ‘A classe dominante agrária: natureza e comportamento 1964-1990’. Nesta obra, a autora busca compreender, entre vários elementos, o que criou o ‘moderno empresário rural’ (MENDONÇA, 2010, p. 53). O fio condutor da autora é a análise da atuação da Sociedade Brasileira Rural (SBR) e a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), fundadas respectivamente em 1897 e 1919, e é na correlação de interesses destas entidades, bem como seu poder de barganha com o poder público, que se baseia a primeira parte da obra de Mendonça. Como elemento importante de seu estudo, a autora fará densa pesquisa nas revistas que representavam estas entidades, e que foram entusiastas do golpe civil-militar ou da “revolução redentora”, que eram “A Lavoura” e “A Rural”.

Destacamos aqui o tema da reforma agrária. Segundo Mendonça (2010), houve forte reação destas duas entidades com a entrada em vigor, no governo Castelo Branco, do Estatuto da Terra – que possuía um dispositivo que previa a desapropriação de terras – como a autora esclarece:

Os grandes proprietários sentiram-se traídos com a emenda constitucional e o Estatuto da Terra, voltando-se imediatamente para a mobilização de suas entidades de classe com vistas à organizar sua reação às medidas do governo [...]. O posicionamento da SBR contra a reforma agrária foi uma constante, tendo a entidade lançado mão de sua imensa capacidade de mobilização e organização. (MENDONÇA, 2010, p. 44)

Os empresários da SBR e da SNA, argumentavam que o problema social não estava atrelado somente à questão da propriedade da terra, e que a estrutura fundiária como se colocava, funcionava efetivamente (MENDONÇA, 2010, p.45). O resultado desse embate, combinado a outras forças conservadoras da sociedade como usineiros do Nordeste e cafeicultores paranaenses, por exemplo, foi a ‘garantia de que a reforma agrária seria meramente transitória, cabendo papel permanente apenas à política agrícola’ (MENDONÇA, 2010, p. 51), sendo que, como já exposto, o principal caráter desta política, foi o de fornecer largos subsídios às lavouras. Mendonça argumentará que:

O grande vitorioso de todo esse processo foi o conceito de “empresa agrícola”, que se tornaria o equivalente à opção “democrática” para o campo e alvo prioritário do processo de modernização da agricultura brasileira. Através dessa luta política, movida pelas entidades patronais rurais, consagrou-se a separação entre a reforma agrária e a modernização da agricultura, binômio tão caro aos articuladores do Estatuto da Terra e que, uma vez derrotado, viria legitimar a capitalização da agricultura brasileira, sem maiores alterações na estrutura fundiária do país. (MENDONÇA, 2010, p.51)

Explicamos aqui que a contextualização desses debates sobre o processo de modernização conservadora, apesar de estritamente teóricos, nos proporcionam conteúdo para nos aproximarmos de nosso objetivo mais imediato, assim sendo, dedicaremos a próxima sessão ao estudo das estratégias agrícolas, que foram: a materialização da opção do Estado no processo de impulso deste setor.

1.3 ESTRATÉGIAS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: DOS PLANOS NACIONAIS ÀS AGÊNCIAS DE CRÉDITO E A EXTENSÃO RURAL

Nesta seção, pontuaremos algumas características dos principais planos nacionais de desenvolvimento. Não nos ateremos a todos os planos do recorte estudado ou a fazer a retomada histórica do planejamento no Brasil, mas sim, explicitar algumas políticas que darão ao leitor, a possibilidade de compreensão do contexto que tratamos. Não podemos deixar de citar o Plano de Metas (1956) do governo de Kubistchek, que ao prever e planejar investimentos nas áreas de energia, transporte, educação, alimentação e industrialização, foi o responsável, nas palavras de Carlos Lessa (1981, p. 52), por “constituir a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização da histórica econômica do país”.

Após descrevermos, na seção anterior, o cenário brasileiro pós golpe de 1964, com o objetivo de situar o leitor sobre o cenário da política nacional e os objetivos e a dinâmica

modernizante da nova gestão estatal, abordaremos aqui alguns aspectos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II (PND's). Salutar recordar, como afirma Gonçalves Neto (1997), que:

A partir da década de 1950 os planos globais de governo se tornaram uma praxe administrativa, tendo sido confeccionados em todos os períodos, à exceção da rápida passagem de Jânio Quadros pelo Palácio do Planalto. Em grande parte, estes planos permanecem no nível das intenções, não conseguindo avançar na execução de suas propostas, pelo menos na extensão pretendida. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 123)

Na análise de Lago (1990), como resultado das políticas governamentais do período houve volumoso volume de crédito a taxas subsidiadas, favorecendo o destaque da soja na pauta de importações, por exemplo. Esse processo de melhoria e de expansão monetária pode ser mapeado no próprio texto do PND I (1972), que apesar de ser uma estratégia organizacional geral, permite identificar o objetivo da política macroeconômica para a agricultura. No capítulo que discorre sobre a “Estratégia Agrícola”, temos:

III – Modernizar as estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas, mediante: criação de estruturas especializadas de Transportes(“Corredores de Transportes”), associadas à modernização dos principais portos; programas de crédito aos produtores rurais, para ampliar a capacidade de estocagem a nível de fazenda, bem como ao setor privado, para expandir a armazenagem intermediária, instalação do sistema nacional de Centrais e Abastecimento, e nos principais centros urbanos, redes de supermercado e outros sistemas de autosserviço. (BRASIL, 1971, p. 24)

No item citado, notamos a preocupação em propiciar a infraestrutura necessária para criar condições adequadas ao escoamento da produção rural, abrindo estradas e canais de transporte. Em relação aos programas de crédito, mote de toda modernização agrícola, como tratamos até o momento, é notória a expansão desse meio.

Para demonstrar, abaixo, alguns índices podem ser observados na Tabela 3. Nela são exploradas as ofertas de crédito do Banco do Brasil (principal financiador) e de bancos privados, que foram reunidos em uma única categoria. Em 1960, os produtores contavam com uma oferta de crédito de 64 milhões de cruzeiros, já em 1964 essa oferta é ampliada para 627 milhões de cruzeiros. Nesse caso, observando apenas os valores para o Banco do Brasil, houve em apenas 4 anos a multiplicação desse valor em 10 (dez) vezes. Tal disponibilidade de crédito ao produtor rural cresce quase exponencialmente nos anos seguintes, atingindo em 1978 por exemplo, a safra de 208 milhões de cruzeiros.

O que também é notório na observação destes dados, é que o Banco do Brasil respondeu sempre, no período de 1960 a 1981, por mais de 50% da oferta total do crédito agrícola, salientando assim, a relevância do investimento estatal neste setor e a sua altíssima dependência do incentivo financeiro estatal.

Tabela 3 - Crédito agrícola de 1960 a 1981 (saldos em Cr\$ milhões em valores correntes)

Anos	Banco do Brasil		Bancos Comerciais		Total
	Valores	Participação %	Valores	Participação %	
1960	64	64,00	36	36	100
1961	115	71,43	46	28,57	161
1962	190	72,24	73	27,76	263
1963	321	69,93	138	30,07	459
1964	627	66	323	34	950
1965	721	54,33	606	45,67	1327
1966	1210	61,11	770	38,89	1980
1967	1741	55,68	1386	44,32	3127
1968	2948	49,86	2965	50,14	5913
1969	4403	53,22	3870	46,78	8273
1970	(1)7669	62,59	4584	37,41	12253
1971	11148	63,27	6471	36,73	17619
1972	15617	63,69	8902	36,31	24519
1973	23203	62,97	13646	37,03	36849
1974	42341	67,06	20794	32,94	63135
1975	71948	68,27	33444	31,73	105332
1976	114753	72,17	44258	27,83	159011
1977	169637	74,64	57649	25,36	227286
1978	208123	77,08	(1)61886	22,92	270509
1979	357914	77,59	103399	22,41	461313
1980	627043	79,19	164779	20,81	791822
1981	1053576	74,10	368200	25,9	1421776

FONTE: OLIVEIRA, João do Carmo, MONTEZANO, Roberto Marcos da Silva. Os limites das fontes de financiamento à agricultura do Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), v. 12, n. 2, p. 148, 1982.

Ainda, na seção de estratégia agrícola do PND I, temos a explicação de como se dará a política de expansão de crédito e como ela proverá fontes importantes de receita para o governo, como pode ser observado:

A exequibilidade da estratégia adotada se condicionará, em particular, à garantia de rentabilidade adequada para a expansão agrícola dos principais produtos, e à disponibilidade de mercado em crescimento acelerado.

Para esse fim, dar-se-á prioridade, notadamente:

a – Ao desenvolvimento de setores com alta elasticidade-renda, nos níveis de renda das três regiões brasileiras, principalmente em relação à pecuária de corte e de leite, à pesca e outros produtos de origem animal; no tocante à pesca, inclusive em função da ampliação do mar territorial, serão adotadas medidas especiais, na captura,

industrialização e comercialização, para transformá-la, em curto prazo, em atividade econômica expressiva;

b – A industrialização de produtos agrícolas, para reduzir os efeitos da entressafra e permitir a conquista de novos mercados, no País e no exterior;

c - Ao aumento da exportação de produtos agrícolas não tradicionais, in natura ou industrializados, para criar, com a de minérios, nova categoria de exportação que, nos próximos cinco anos, alcance, pelo seu volume, o dos produtos manufaturados e do café. (BRASIL, 1971, p. 24-25).

Os objetivos da estratégia agrícola convergem com a criação da Secretaria de Negócios do Oeste de Santa Catarina (1963) e a sua atuação concomitante com os preceitos da política nacional, já que cabia a esta secretaria, entre outras: “formular as diretrizes da política de desenvolvimento da região do Oeste, com consonância com os planos estaduais e em coordenação com os organismos do planejamento regionais e estaduais” (SANTA CATARINA, p. [1], 1963). Entendemos que, nestes comparativos, trazemos a discussão para o ambiente local de desenvolvimento, pois fica demonstrada a coordenação entre os anseios do PND I com a condução da Secretaria de Negócios do Oeste.

Outro trecho que ressaltamos, já do PND II, é este que trata da fronteira agrícola e a sua expansão, considerando as questões de disponibilidade e investimentos do Governo Federal em infraestrutura e os horizontes para a modernização agrícola:

Invertendo a tendência recente, de maior expansão das lavouras, os produtos de origem animal devem crescer acima daquela média, significando atenção especial para os programas de carne, suinocultura, avicultura, pesca. Analisando-se as condições de viabilidade daquele novo papel, cabe recordar que o Brasil, no quadro mundial, é um dos poucos países ainda com ampla disponibilidade de espaço. A ocupação de novas áreas deverá continuar, como processo importante de expansão da agropecuária, dada a existência de terras relativamente férteis para deslocamento da fronteira agrícola, e tendo em vista que o gigantesco sistema viário já construído colocou à disposição dos setores imensas áreas no Centro-Oeste e na Amazônia. Por outro lado, o extraordinário dinamismo do setor não agrícola da economia, em anos recentes, criou as condições para tornar viável a modernização agrícola progressiva nas áreas já ocupadas. Tal ocorreu principalmente do ponto de vista de demanda e em especial se considerarmos as oportunidades que as perspectivas mundiais de carência de alimentos estão abrindo (BRASIL, 1974. p. 40).

Ao abordar a temática da fronteira agrícola, o texto do próprio PND II, nos incita a debruçar sobre esse anseio do governo militar. Segundo Reinaldo Lindolfo Lohn: “Essa ideia de fazer do país o celeiro do planeta fez parte dos discursos ufanistas de então”. (LOHN, 1997, p. 70). Há então um entrosamento, entre política e discurso, pois o discurso que engrandece o potencial agrícola brasileiro, como o contido no PND II, viabiliza tanto a implantação de políticas quanto o ideal de o Brasil como celeiro do planeta.

Consideramos que para nos guiar nesse debate, faz-se indispensável uma aproximação com José de Souza Martins (1996) e a sua compreensão acerca das frentes pioneiras, para o autor:

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas (MARTINS, 1996, p. 29)

Podemos concluir, ao analisar este discurso, é que na prática, ele foi aplicado por meio das políticas de expansão para os chamados “territórios vazios”, onde programas específicos pautavam tais utilizações. É o caso, como afirma Palmeira (1989):” os incentivos fiscais às atividades agropecuárias e conexas, em especial nas áreas da SUDENE e da SUDAM.” (PALMEIRA, 1989, p. 97), quando vultosos créditos foram fornecidos à produção no Norte e Nordeste, com o objetivo de modernizar estas regiões. Outra política mencionada por este mesmo autor é a transferência do patrimônio rural da nação para o interesse privado, principalmente na Amazônia legal, quando, “dos 126.581.645 hectares adquiridos e incorporados pela União e pelo INCRA entre 1970 e 1985, 31.829.966 foram transferidos, em caráter definitivo, sob a forma de propriedades rurais, para particulares”. (PALMEIRA, 1989, p. 97).

Apesar da ideia de fronteira de Martins (1997) e as políticas que citamos terem sido produzidas num contexto de expansão de frentes para colonizar a Amazônia, na década de 70, podemos fazer uma confluência, quando o autor conceitua os “territórios vazios”, e inclusive, localizar em uma de nossas fontes de pesquisa, a Revista Celeiro Catarinense (1974), uma redação que ilustra esse pensamento, vejamos:

Nem se pode imaginar o que diria o Cacique Condá, se nos dias atuais pudesse ele estar entre os habitantes de Chapecó a comemorar o 57º aniversário de emancipação política da terra que se chamou “Passo dos Índios”, formada por uma extensa várzea às margens do riacho de mesmo nome, apresentando um cocuruto central(onde hoje está a Catedral de Santo Antônio) e rodeada de pinheiros que cobriam toda a encosta sul, oeste e norte da aldeia.

A aldeia que muito depois de 1917, data da emancipação, ainda permanecia semi-obscura, sediando alguns poucos moradores, uns “Bolichos” e servindo de paradeiro de viajores que cruzassem os ermos sertões do Oeste Catarinense, em lombos de animais. (CELEIRO CATARINENSE, 1974, p. [3]).

As palavras escolhidas pelo colunista, ‘semi-obscura’, ‘ermo’, ‘alguns poucos moradores’, refletem o pensamento de que este era um território vazio, necessitado de ser povoado e ocupado, e que o foi progressivamente, até chegar ao ápice, que deixaria sem palavras o Cacique Condá, no ano de 1974.

Outro autor precursor deste tipo de estudo no Brasil é Leo Waibel (1955)³, que fez acurada contribuição nesse sentido, anterior às reflexões de José de Souza Martins. Waibel, em 1955, publicava o estudo “As Zonas Pioneiras do Brasil”, no qual mapeava as zonas pioneiras do Brasil atual, sendo que já identificava a Zona de Xapecó-Pato Branco (WAIBEL, 1955, p. 17), como sendo uma das cinco zonas. Waibel (1955) usou de metodologia comparativa com a “Marcha para o Oeste” norte-americana, e estabeleceu paralelos e rupturas com esse movimento e escreveu que:

As zonas pioneiras dinâmicas do Brasil desenvolveram-se muito para trás da "fronteira demográfica" e em alguns casos aquém da fronteira econômica, no interior da região de povoamento antigo e muitas vezes próximo ao litoral, bastante tempo depois de já ter sido povoado o interior do país.

No Brasil, as zonas pioneiras não são um fenômeno primário da conquista de terras novas, mas uma consequência da mesma. Elas só se formaram posteriormente e somente ali onde englobadas na área já povoada ficaram para trás áreas mais ou menos extensas de matas. A sua área é por isso restrita e já pelas condições naturais não podem ser ampliadas indefinidamente. Nestas áreas insuladas de mata os colonos penetraram não só partir do Leste, mas, também, do Sul e do Norte, e em parte do oeste, fazendo assim uma penetração pela retaguarda. Isto levou frequentemente a litígios entre províncias e estados vizinhos. Todos estes fatos, em última análise, não se enquadram bem na expressão da "marcha para o oeste". (WAIBEL, 1955, p. 412)

Ou seja, este autor compreende o fenômeno das zonas pioneiras e da “marcha para o oeste” de forma distinta do processo norte americano. Neste momento, apenas pontuamos o estudo deste importante autor, fazendo um parêntese, para compreender as motivações e o contexto no qual estava inserido o governo militar, quando este, busca ampliar as fronteiras agrícolas do país.

Partindo para a questão creditícia, o que tentaremos responder ainda neste capítulo é: Quais foram os mecanismos de distribuição desse crédito? Uma retomada ainda no governo de Juscelino Kubitschek se faz elementar, quando a ACAR – MG (Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais), em uma parceria com a AIA (American Internacional

³ Leo Waibel é conhecido como um dos principais geógrafos alemães do século XX. A partir do referencial teórico e metodológico da Geografia Econômica alemã. Waibel exerceu forte influência na Geografia Agrária brasileira, fruto de suas atividades de pesquisa no país no período de 1946 a 1950. A sua obra, entretanto, mantém-se atual e está presente na discussão de temas relevantes da realidade riograndense e brasileira como, por exemplo, a Reforma Agrária. Ver mais em: ETGES, Virgínia Elisabeta. A Trajetória de Leo Waibel como Pesquisador. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 28, n. 1, 2002.

Association), serviu como modelo para a formação da ABCAR (Associação Brasileira de Assistência e Crédito Rural), em junho de 1956. Esta entidade era responsável pela mediação da distribuição creditícia e assistencial ao produtor (SILVA, 2015, p. 178). De acordo com Reinaldo Lindolfo Lohn (1997):

Cabe mencionar que o próprio governo norte-americano teve participação nesse processo. Em plena guerra fria, sob a Doutrina Truman, procurava conter o comunismo, estimulando a presença política e econômica dos Estados Unidos nos países subdesenvolvidos. Os norte-americanos estavam exportando uma experiência que desenvolviam desde o século XIX, Portanto, a difusão da Extensão Rural, para modernizar a agricultura tradicional, acompanhava a expansão do poder dos Estados Unidos no contexto internacional. (LOHN, 1997, p. 5)

A influência norte-americana é questão chave no desenvolvimento da extensão rural no Brasil, e em outros países em desenvolvimento, por ora, apenas pontuamos tal debate, que será presente ao longo deste trabalho.

Continuando o tema da extensão, pesquisa e crédito rural, é fundamental citar ainda a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), sendo esta última ‘criada para substituir a ABCAR’ (LOHN, 1997, p. 40), essas instituições foram respaldadas pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (BRASIL, 1965). Tal sistema surge após a crise de abastecimento de 1962⁴, e o aumento das taxas de inflação dos anos 50 e 60, criando a necessidade de uma política e linha específica de crédito para modernizar o campo, retornaremos a esta questão, depois de realizarmos uma digressão, na próxima seção, sobre a formação sócio agrária do Oeste catarinense.

1.4 FORMAÇÃO SÓCIO AGRÁRIA DO OESTE CATARINENSE

Um parêntese será feito nessa seção, pois para entendermos o porquê dessa região ter sido escolhida como oportuna para a implantação de um sistema agroindustrial que se tornou conhecido como Celeiro, é necessário analisarmos os elementos e as características sociais, econômicas e ambientais dessa região. Para entender a criação do que mais tarde se tornou um “celeiro” catarinense na região Oeste, abordaremos de que forma os eventos históricos pós-contestado influenciaram na criação de uma estrutura agrária que possibilitou a vinda de migrantes de origem europeia para colonizar as terras em questão.

⁴ Ver mais em: DELGADO, G. A questão agrária no Brasil: 1950- 2003. In: RAMOS FILHO, L.O.; ALY JÚNIOR, O. (Org.). **Questão agrária no Brasil**: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005.

Deste modo, trataremos das principais características econômicas, políticas e socioambientais que “modelaram” a região Oeste catarinense como um espaço propício para a agricultura familiar de subsistência, e que, num segundo momento, tornou-se unidade produtora para a agroindústria. A questão chave para esta escolha encontra suas origens na passagem do século XIX para o século XX. Radin e Vicenzi (2017) afirmam que:

O contexto da transição do século XIX para o XX foi de disputas territoriais na área que constituiu o município de Chapecó. A definição da Questão de Palmas, em 1895, legitimou para o domínio do território em disputa com a Argentina, o qual se constituiu em parte do atual oeste catarinense. Paralelo à disputa internacional acontecia outra, interestadual, entre Paraná e Santa Catarina, o quais pleiteavam o domínio sobre uma área de aproximadamente 48 mil km², conhecida como “território do contestado”. (RADIN e VICENZI, 2017, p. 63)

O território contestado estava localizado em municípios que hoje são União da Vitória, Palmas e Rio Negro, no Paraná e em Santa Catarina: Itainópolis, Três Barras, Lages, Curitibanos, Campos Novos, Canoinhas e Porto União. Variados foram os impulsionadores do conflito, como a questão da posse desse território que não se definia entre Paraná e Santa Catarina, a venda e possibilidade de exploração dessa área para construção de uma ferrovia e a exploração de madeira pela colonizadora norte-americana *Brazil Railway Company* (RADIN e VICENZI, 2017).

Arelada à “invisibilidade” perante o poder público do caboclo, ou sertanejo, que habitava essa região e que não estava inserido necessariamente em um sistema de propriedade privada e acumulação, conforme aponta Machado (2012). Os caboclos que habitavam essa área não possuíam propriedade da terra ou títulos em cartório, pois também não tinham acesso à informação e à formalização de sua terra, que era uma unidade basicamente de subsistência familiar. O *modus operandi* da Colonizadora, de acordo com Renk, tinha como objetivo “Desocupar as terras intrusas, para vendê-las aos colonos”, uma tática das companhias que “consistiu em oferecer aos ocupantes a proposta para a compra da área ocupada ou a sua retirada”: “ou compra ou sai”, eram as opções expostas. (RENK, 2014, p.48)

A relação entre os caboclos e a colonizadora atingiu a sua saturação, os ânimos se elevaram, o que culminaria na Guerra do Contestado⁵, que perdurou de 1912 a 1916, vitimando mais de 10.000 pessoas segundo Machado (2012).

⁵ Portanto, a Guerra do Contestado é o divisor de águas de dois modelos de desenvolvimento econômico da região, pois até o início do século XX, o que acontecia nos sertões catarinenses era uma ocupação cabocla originária da miscigenação de portugueses, índios e negros, que viviam de uma economia voltada à atenção das necessidades de subsistência. Após a Guerra, com a consequente derrota do caboclo, tem início a venda de lotes de pequenas propriedades de terras para as famílias de descendentes de imigrantes, principalmente italianos e alemães, trazidos

Quando finda o conflito, os limites foram definidos por meio de acordo entre os estados de Santa Catarina e Paraná, ‘sendo a região banhada pela bacia hidrográfica do Rio do Peixe e do rio Chapecó incorporada definitivamente ao estado de Santa Catarina (RADIN e VICENZI, 2017, p. 65). Ainda, o governo catarinense criou por decreto, em 1917, os municípios de Mafra, Porto União, Joaçaba e Chapecó. Para Radin e Vicenzi (2017):

Chapecó e seu entorno, assim como as demais áreas do interior brasileiro, eram vistas como “vazios demográficos” ou “sertão inculto a ser conquistado”. Esse era o desafio que se colocava à Nação. As fronteiras necessitavam ser efetivamente conquistadas. Na prática isso consistia na colonização efetiva desses territórios e na sua incorporação ao processo produtivo almejado pelos governantes e pela intelectualidade. Tal percepção fica evidente em farta documentação do governo catarinense, bem como em relatos produzidos acerca da Viagem de 1929, a primeira feita por autoridades catarinenses após o selamento do acordo de limites com o Paraná (RADIN e VICENZI, 2017, p. 66).

Tais autores demonstram que, havia por parte do governo do estado uma política clara de não-valorização da população indígena remanescente e uma predileção pelo colonizador imigrante que chegava, ao caboclo que já ocupava a terra⁶. Havia um consenso por parte das elites de que o caboclo era preguiçoso e pouco ambicioso, enquanto os colonos migrantes eram organizados e qualificados para o trabalho, sendo o segundo, o ideal de civilização, que poderia lograr desenvolvimento à região (RADIN e VICENZI, 2017, p. 70). Imbuídos deste ideal, a concessão de terras aos colonos migrantes foi facilitada pelo Estado. Como consequência, sintetizam os autores:

Se, por um lado, a colonização abria possibilidades para muitos migrantes descendentes de europeus, por outro, também desencadeou um processo de espoliação dos povos indígenas e caboclos e reforçou preconceitos étnicos, por considerá-los povos atrasados e impróprios para a tarefa de alcançar o progresso, tão almejado pelos governantes e intelectuais da época. A percepção de tornar o Brasil moderno e progressista foi marcante ao longo da primeira metade do século XX, contexto em que a colonização se efetivava, coincidindo com larga expansão capitalista no Sul do Brasil, em particular pela comercialização da terra pelas companhias colonizadoras.

do Rio Grande do Sul, pelas Companhias Colonizadoras, que passam a desenvolver uma economia voltada a integrar a lógica do mercado capitalista. É a partir deste marco que muda o perfil socioeconômico e cultural da região oeste de Santa Catarina, pois os migrantes trazidos do Rio Grande do Sul pelas Companhias Colonizadoras trazem na bagagem o sonho da riqueza, coisa que o caboclo nunca almejou, pois sua lógica era a sobrevivência e nunca a acumulação de riqueza (AMADOR, 2010, p. 506).

⁶ No início do século XX tais percepções eram correntes entre boa parte da intelectualidade brasileira. Esta fundamentava suas percepções nas concepções científicas em evidência na época, especialmente no Positivismo, no Evolucionismo e no Darwinismo Social. Com base em tais teorias se produziam as justificações por preferir as populações nativas, caboclas e negras e a opção pelo estímulo à vinda de imigrantes da Europa central pelo branqueamento da população e criação de uma consciência nacional que desse sentido à pátria. (RADIN e VICENZI, 2017, p. 67).

Isso favoreceu o processo de conquista e expansão da fronteira agrícola do oeste catarinense. (RADIN e VICENZI, 2017, p. 72-73).

Observamos neste sentido a influência do capital privado ao promover uma reorganização do campo, que consistia na comercialização da terra por parte das empresas colonizadoras, essencialmente aos migrantes colonos, – que foram atraídos por um discurso de enaltecimento das características naturais, possibilidades de produção nestas terras e até mesmo o financiamento da viagem ao Brasil, custeada pela colonizadora –, num contexto pós-guerra do contestado. No fim desse conflito, houve uma tentativa por parte do Estado de promover o “branqueamento” da região, que nas palavras de Paulo Pinheiro Machado (2012), consistiram num verdadeiro *apartheid* étnico, que se deu por meio de uma política restritiva e seleta, que beneficiou os migrantes dispostos a trabalhar a terra (RADIN e VICENZI, 2017; MACHADO, 2012). Este processo migratório descrito, que se deu no Oeste catarinense, ‘se constituiu um dos maiores fenômenos migratórios do País na primeira metade do século XX’ (RADIN e VICENZI, 2017, p.98). Para Brandt (2015, p. 313), que atentou para a reestruturação dos usos dos recursos naturais e a incompatibilidade dos usos da terra, entre o caboclo e o indígena e o colono:

A colonização desestruturou o modo de vida anterior, fragmentando, pela apropriação da terra e expropriação dos posseiros, a base morfológica da população, em que práticas costumeiras de uso comum da floresta exerciam um importante papel. Encontramos a partir de então, de um lado, a atuação das companhias colonizadoras, amparadas pelo poder político e econômico, que destruíam e construía territórios, e do outro, a sociedade já existente, que disputava a preservação de seu território e de formas tradicionais de uso deste. (BRANDT, 2015, p. 313)

Em seu artigo, Brandt (2015) irá priorizar para as questões da migração atrelada à transformação da paisagem, pois há uma alteração do modo de produzir caboclo. Dentre os argumentos deste autor, está por exemplo, a mudança na percepção sobre a criação de animais, especialmente o suíno, que vivia livremente nas florestas e passou a ser considerado uma ameaça às pequenas roças dos imigrantes, que exigiram cercamentos⁷.

⁷ A penetração neste espaço de mudanças, no processo de trabalho e nas relações sociais trouxe também transformações no espaço geográfico, tanto na forma quanto nas funções e nos processos. A colonização das terras devolutas no Vale do Rio do Peixe e Uruguai, se de um lado impulsionou a criação pela formação de um mercado consumidor, foi também a responsável, com a abertura de lavouras e a exploração madeireira, pela desagregação de diversos espaços florestais. A floresta, antes espaço de criação, passou a ser vista como um recurso a ser explorado, tanto em madeira, no caso das serrarias, quanto em seus solos, no caso dos colonos para a abertura de lavouras, fragmentando-se não apenas a paisagem florestal, mas também práticas costumeiras de uso da floresta e de seus recursos naturais. (BRANDT, 2015, p. 317-318)

MORETTO e BRANDT, em seu artigo “Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC” (2019), analisam, a partir da obra de LAGO (1988), com o conceito de “binômio milho-porco”, que é o cerne da produção agrícola do Oeste catarinense pós Guerra do Contestado, e reside basicamente na ideia de que:

[...] era comum encontrar produção de milho nas regiões criadoras de suínos. Além do consumo, a plantação de milho servia para engordar os suínos, uma vez que a banha era o principal produto de interesse na criação desses animais, sua engorda era importante. Costumava-se cercar a plantação de milho e, em sua safra, soltar os suínos dentro dessa área. (MORETTO e BRANDT, 2019, p. 234)

Ou seja, a percepção de que as terras mais íngremes desta região não seriam tão adequadas para o gado, fez emergir, de maneira exitosa o “binômio milho-porco”, pois esta criação exigia menos espaço e adaptou-se à alimentação baseada no cereal. De acordo com Moretto e Brandt (2019, p. 235):

A criação de suínos e a produção do milho foram responsáveis pelo crescimento econômico na região. Além das famílias que migraram para trabalharem como agricultoras, passaram a se instalar diversos comerciantes, que atuavam na compra de produtos agrícolas e animais, sobretudo porcos, e pequenos artesãos e produtores de banha e derivados de carne suína.

Acrescentando a narrativa de Goularti (2001), este pesquisador sintetizou a colonização do Oeste, na tentativa de elencar os diferentes estágios de desenvolvimento desse estado. Segundo este autor, após a Guerra do Contestado, o processo migratório fez emergir um regime produtivo baseado na pequena propriedade, que teve em seu excedente a possibilidade de acumulação capitalista, possibilitando o início da integração ao sistema econômico nacional⁸.

Sobre a integração da região, Goularti defende a tese de que a madeira foi o elemento principal, e vê uma peculiaridade na produção desta matéria-prima no Oeste⁹.

⁸ Desenvolveu-se no Oeste barriga-verde uma colonização baseada no sistema colônia venda e na pequena propriedade, que era voltada para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente, estimulando desde cedo a formação de um mercado interno, que rapidamente se integrou à economia nacional por meio da ferrovia. Havia um universo de pequenas atividades comerciais e manufatureiras como: mercearias, atafonas, marcenarias, moinhos, fábricas de queijo e salame, fábricas de caixas, sapatos e fundição. Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade, permitiu uma acumulação pulverizada e ao mesmo tempo o surgimento de uma diferenciação social, em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tomando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos. (GOULARTI, 2001, p. 46)

⁹ Do ponto de vista comercial, a madeira foi o elemento integrador da região ao mercado nacional. Na região oeste, a atividade madeireira basicamente esgotou-se no início dos anos 50. Ao contrário do planalto norte e serrano, a região oeste não partiu para o reflorestamento. A diversificação para o setor alimentício manteve a expansão da renda, evitando uma crise, porém exigia novas relações de trabalho e novos espaços para a sua contínua ampliação. (GOULARTI, 2001, p. 59)

Ou seja, o esgotamento dos recursos madeireiros, tendo em vista sua intensiva exploração, especialmente pelas companhias colonizadoras, propiciou o desenvolvimento de atividades ligadas ao setor de alimentos. Ainda, sobre o modelo mercantil de produção e os seus desdobramentos, especialmente com a necessidade de diversificação produtiva, propiciada pela acumulação de recursos oriundos da exploração madeireira, Goularti faz um crucial desdobramento, que é:

Nos anos 30, começam a surgir na região casas comerciais que revendem alimentos e cereais para o interior de São Paulo e para própria capital paulista e que, mais tarde, nos anos 40, transformaram-se em moinhos e em frigoríficos como a Ponzoni, Brandalise e Fritz Lorenz em Perdizes (atual Videira); Casimira Tisian em Bom Retiro dos Campos Novos; Fuganti Fontana & Cia. em Cruzeiro (atual Joaçaba); Freitag, Assmann & Cia. em Piratuba; Ludovico J. Tozzo e Cia. em Chapecó; e Saulle Pagnoncelli em Herval do Oeste. Há casos de proprietários de moinhos ou de frigoríficos, que inicialmente acumularam capital por meio do corte e comércio da madeira, como o Moinho Santa Elísabeth, o moinho Bonato S. A Indústria e Comércio e o Moinho Moageira S.A, todos em Cruzeiro; o Moinho Seara S.A em Nova Milano (atual Seara); e a Frey & Kellermann em Butiá Verde¹⁰ (atual Fraiburgo). (GOULARTI,2001, p.69)

Sobre a prosperidade das atividades alimentares do Oeste, Goularti (2001) comenta que: “Naquela época, o Oeste já estava se consolidando como um centro produtor agropecuário, com uma inserção local e nacional, sobretudo no comércio de suínos” (p.70), especialmente com a fundação da Perdigão S.A em 1940, e da Sadia S.A em 1944, ambas provenientes da fusão de empresas já existentes.

É elementar destacarmos que a criação desses conglomerados industriais se derivou principalmente da verticalização da produção animal, especialmente a criação de suínos, que passaram a fornecer carne em vez de banha, por meio de importação de espécies para esta finalidade, como destacou RENK e WINCKLER (2018):

A modernização da agricultura e a demanda da indústria de carne, em expansão na região, introduzem o suíno de carne, em detrimento do suíno de banha. O óleo vegetal substitui esse ingrediente da culinária, tornando-a dispensável e de baixa demanda no mercado [...]. No hiato até a consolidação da integração vertical, coube à Acaresc (atual Epagri) a orientação para a substituição dos antigos chiqueirões e a introdução dos novos preceitos de manejo. Paulatinamente, ocorreu o processo de substituição do suíno tipo banha pelo suíno tipo carne, sendo implantada a integração vertical e iniciando-se o processo de concentração da suinocultura e de exclusão de suinocultores menos capitalizados. (p. 17)

¹⁰ A Frey e Kellermann eram de Vitória (lado oeste do rio do Peixe em Videira).

Podemos depreender que, o crescimento do Oeste catarinense, em especial da cidade de Chapecó, foi ditado pelo ritmo das demandas destas grandes empresas alimentares, a citar também Seara S.A e Chapecó S.A. O que notamos, é que a dinâmica do município esteve subordinada às necessidades de acumulação do capital nessas ainda nascentes firmas, que se tornariam, já na década de 70 e com grande aporte público, agroindústrias. Um exemplo ilustrativo dessa realidade, é texto vinculado na Revista Ceileiro Catarinense (1971) *apud* PAIM (2006):

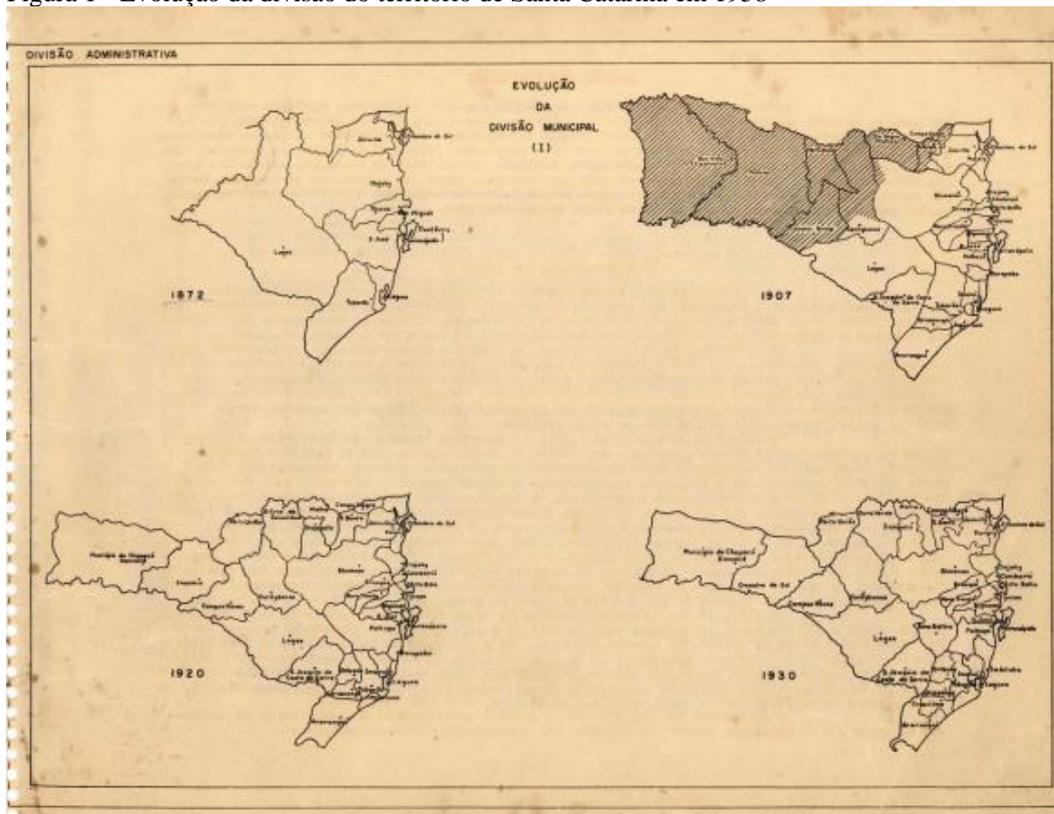
Chapecó não sabe bem o que pensar de mim. Por um lado, ele me respeita como elemento importante na comunidade, por outro ele tem certa perplexidade diante daquilo que eu faço e daquilo que eu pretendo fazer. Eu sempre fui respeitada em todos os lugares em que me fiz presente e ninguém se arrependeu de ter me recebido bem. Aonde eu chego, revoluciono os homens de negócios e todos me querem. A minha presença proporcionará tranquilidade. Enamorei-me pelos homens de Chapecó e para cá vim para ficar. Sou menor de idade ainda, mas mesmo assim não me faltam cortejos em Chapecó. Atualmente namoro 1.100 pessoas das mais variadas idades e pretendo conquistar mais umas novecentas até 1972. Ficaram curiosos para saber meu nome, não é? Pois eu sou a INDÚSTRIA (p.[sp.]

A indústria e a modernização que ela trazia eram vistas como uma benesse, e no sentido da citação acima, como uma conquista. POLI (2002), é outro autor que tratou dessa alteração do modo de produção e “para quem produzir”:

Com a modernização da agricultura, no entanto, cresceu relativamente essa necessidade de contato com o mercado e, num dado momento, os camponeses da região passaram a ser estimulados a recorrer a empréstimos bancários para renovar e modernizar seus meios de produção e até, posteriormente, repor a cada ano certos meios de produção como sementes e insumos. Isto, porém, só ocorreu após 1970, quando o capital industrial passou a interferir mais diretamente na produção camponesa da região, através de estratégias renovadas. Antes desse período, sequer existiam linhas de crédito abertas aos camponeses, ao mesmo tempo em que as necessidades de aquisição de meios de trabalho no mercado eram bastante reduzidas. (p. 139)

Dada esta síntese, apresentamos abaixo alguns mapas, que trazem a evolução da divisão do território de Santa Catarina, extraídas do Atlas Geográfico do Estado, confeccionado no ano de 1958.

Figura 1 - Evolução da divisão do território de Santa Catarina em 1958



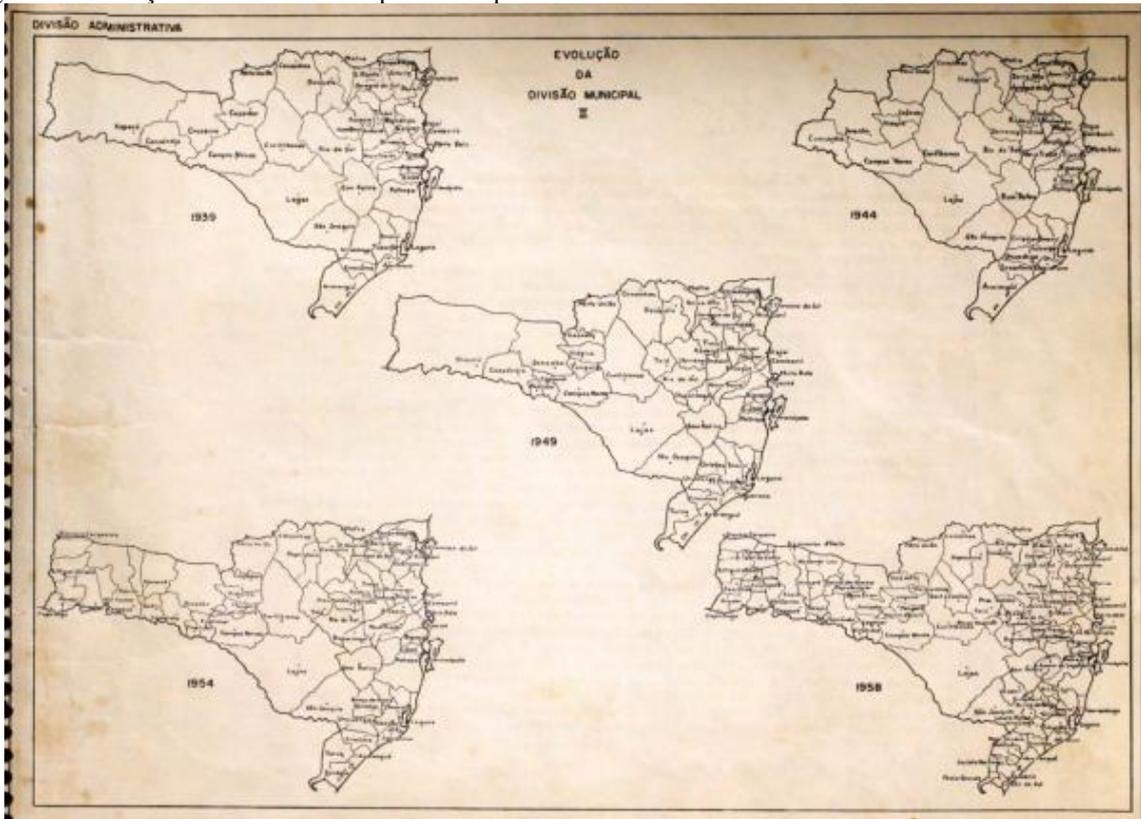
FONTE: Atlas Geográfico do Estado de Santa Catarina, 1958.

Sobre a configuração do território, até 1930, de acordo com o próprio texto do Atlas do Estado de Santa Catarina (1958, p.[sp]):

Em 1920, já resolvidas as questões de limites, o Estado apresenta-se em sua configuração atual a não ser ainda certa imprecisão no litoral sul, pelo desconhecimento dos traçados dos rios que constituem a linha divisória. No litoral não foram muito sensíveis às modificações na rede municipal. No planalto de Canoinhas os municípios já se apresentam bem delineados. Cumpre destacar a situação do oeste onde o fluxo de povoamento oriundo dos excedentes populacionais da zona colonial do Rio Grande já fizera aparecer o município de Cruzeiro (atual Joaçaba) no vale do Rio do Peixe, enquanto o Oeste se unificava sob o vasto município de Chapecó, cuja sede era Xanxerê. (ATLAS GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA, 1958, p.[sp])

Mais adiante, uma nova configuração para o estado se apresenta, onde ‘o fato mais importante no cartograma de 1954 é o desmembramento ocorrido no município de Chapecó, do qual foram destacados oito municípios’ (p. [sp]). O motivo dessa alteração foi a emancipação dos então distritos de Dionísio Cerqueira, Mondaí, Itapiranga, Palmitos, São Carlos, São Miguel do Oeste, Xaxim e Xanxerê, aproximando o mapa da Figura 4 de 1958, da configuração atual da região (NASCIMENTO, 2015, p. 106-07).

Figura 2 - Evolução da divisão municipal de Chapecó-SC



FONTE: Atlas Geográfico do Estado de Santa Catarina, 1958, p. [sp].

Sobre os limites da região Oeste, de acordo com BAVARESCO (2005):

Em 1940, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dividiu o Estado de Santa Catarina em oito zonas fisiográficas, a região Oeste Catarinense sendo entendida como Zona do Oeste. Novos estudos em 1966, pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG), estabeleceram, em 1968, que Santa Catarina seria agrupada em 16 microrregiões. O Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD) baseou-se em 13 microrregiões. Assim, o Oeste Catarinense passaria a compreender duas microrregiões: Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina. (p. 35-36)

Como pudemos observar na descrição de BAVARESCO (2005), não pareceu simples chegar a um consenso sobre a divisão do território que hoje é conhecido como o Oeste Catarinense. Outra descrição que nos pareceu oportuna, pois é a contida no Boletim Oficial do Município, na edição do 59º nono aniversário de Chapecó, trouxe elementos que nos levam a crer na demanda dos distritos por emancipação, segue:

Os povoados iam surgindo aos poucos no território de Chapecó, e, gradativamente, o interesse pela emancipação dos distritos. Em 1953 foram desmembrados 8 municípios de uma só vez. E o último desmembramento aconteceu em 1965, quando foi criado o município de Caibi. Assim a partir de Chapecó foram criados 33 municípios que faziam parte do seu território. (BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO, 1976, p. 4-5)

Nesta seção abordamos vários aspectos da formação, colonização, divisão territorial e exploração dos recursos naturais de Santa Catarina. Além disso, pontuamos as atividades econômicas que possibilitaram a acumulação capitalista na região, tratando da exploração madeireira e do “binômio milho-porco”. Ainda, o papel que as companhias colonizadoras realizaram pós-guerra do contestado, fornecendo uma “solução privada” para a ingerência do estado, moldando a configuração da cidade de Chapecó e seu entorno, se tornando assim um elemento central na escolha dessa região como o Celeiro Catarinense.

Utilizamos nessa seção de uma gama de autores, em sua maioria catarinenses, que com diferentes percepções, e em diferentes décadas, incorporaram pesquisas que são fundamentais nesta construção, do objeto que buscamos entender no todo. Perfizemos a trajetória da formação econômica e social de Santa Catarina, criticamente, destacando também os apartados e as consequências desta formação.

1.5 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diante do conteúdo já exposto, seguiremos a mesma narrativa para abordamos as políticas de modernização no Estado de Santa Catarina, num primeiro momento e posteriormente no Oeste Catarinense. Para tanto, utilizaremos de estudos que já se dedicaram ao tema, é o caso de obras produzidas por autores como Glauco Olinger (1996), Reinaldo Lindolfo Lohn (2007,1997), Claiton Marcio da Silva (2002), Ido Luiz Michels (1998), Sérgio Schmitz (1985), Alcides Goularti Filho (2001,2005 e 2012), entre outros. No início desta seção, incluiremos alguns elementos para que possamos compreender o contexto econômico de Santa Catarina no período do golpe civil-militar e principalmente, os anseios das elites deste estado.

Responder qual era o contexto econômico do Estado de Santa Catarina de 1959 a 1997 foi o mote do estudo de Ido Luiz Michels (1998), intitulado “Crítica ao Modelo Catarinense de Desenvolvimento: do planejamento econômico (1956) aos precatórios (1997)”. Neste livro, o autor, que se formou em economia em 1980 e transformou sua dissertação na referida obra, analisa criticamente as políticas públicas o papel das elites na construção da economia catarinense, sob um viés teórico-marxista. Para Michels (1998):

O final da década de 50 e o início dos anos 60 significaram um ponto de ruptura – crise da acumulação – para a economia dos três estados do Sul, mormente para Santa Catarina. Após o incremento nos fluxos de investimentos públicos e privados, os primeiros de maior relevância, norteados a ação econômica do período JK, de 1950 a 1955, constatou-se que tais investimentos privilegiaram principalmente o Sudeste do País, acabando por aprofundar as desigualdades regionais. É nesse contexto de

acentuadas diferenças com relação ao Sudeste do País, este beneficiando-se do maior fluxo de investimentos, que aqui se define o novo e mais significativo período da economia catarinense, o estatal industrial (MICHELSON, 1998, p. 183)

Para ilustrar a predileção governamental em destinar recursos para o Sudeste e a perda relativa de posição, Michelson (1998) cita uma frase usada pelo então governador Celso Ramos em 1961, que foi publicada em informativo do BESC (Banco do Estado de Santa Catarina). A frase, que contextualiza o momento econômico do estado, era: “O estado está perdendo substância”, tal assertiva foi comprovada com dados, – em 1947 o estado participava com 3% da renda nacional, tendo este índice decaído na década seguinte para 2,6% . Havia a concepção de que o Estado de Santa Catarina não compartilhava dos louros desenvolvimentistas de Kubistchek (MICHELSON, 1998, p. 182-183). Essas constatações compartilhavam o ideário que se produziu na época, de que ‘as questões relativas ao desenvolvimento econômico não poderiam nem deveriam ficar restritas ao Governo Federal’ (MICHELSON, 1998, p. 184). Michelson (1998) irá afirmar, que ‘é dentro desse contexto que nos três estados (do Sul) fundam-se secretarias ou gabinetes de planejamento e bancos estaduais/ e ou de desenvolvimento’ (MICHELSON, 1998, p. 184). Sobre esse desafio, o autor esclarece que:

A rigor, a constatação da necessidade de interferência do Estado, via planejamento econômico, passa a ocorrer não através do aparelho do Estado, mas inicia-se a partir dos reclamos da burguesia catarinense. Ou melhor, apesar da existência do planejamento em Santa Catarina remontar a meados dos anos 50, com o Plano de Obras e Equipamentos (POE), é a partir de 1960, com o Plano de Metas do Governo (Plameg I), que o planejamento estadual se consolida e se expande. (MICHELSON, 1998, p. 185)

Michelson (1998), concluirá que é a partir da década de 1960 que se consolida um modelo de desenvolvimento no estado e que este, embora gestado em décadas passadas, via ação estatal, ‘tornou-se o sócio maior da constituição dos portentosos grupos econômicos de Santa Catarina, evidenciando a prática de um modelo excludente e concentrador de rendas’ (MICHELSON, 1998, p. 186).

Outro estudioso que se debruçou na história do desenvolvimento de Santa Catarina, nesse caso em largo período de análise (de 1880 até 2001), foi Alcides Goularti Filho, em sua tese de doutorado de 2001. Este autor, também identifica um ponto de mudança no desenvolvimento estadual, oriundo das políticas de estado da década de 1960, vejamos:

A mudança do padrão de crescimento em Santa Catarina só pode ser entendida, em primeira instância, pela mudança do padrão de acumulação em nível nacional, que tinha como tripé básico o capital estatal, o externo e o nacional (a perna fraca). Na maioria das unidades federativas periféricas, a diversificação e a integração produtiva deu-se com a presença do capital estatal, que financiava e isentava projetos privados

ou investia diretamente. Já em outras unidades federativas que tiveram uma formação sócio-espacial diferenciada, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a diversificação e integração produtiva foi comandada pelo capital de origem local e pelo Estado. Acompanhando o movimento geral da industrialização brasileira, o padrão de crescimento em Santa Catarina sofreu profundas alterações a partir de 1962, quando a economia passou a ser pensada por órgãos governamentais. Apesar de a primeira experiência em planejamento ter sido o POE (Plano de Obras e Equipamentos, 1956-1960), foi somente com o PLAMEG (Plano de Metas do Governo 1961-1965), que efetivamente o Estado passou a utilizar instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar e ampliar a infra-estrutura social básica e para financiar o capital privado local.(GOULARTI, 2001, p. 150)

Goularti (2001) é enfático ao declarar que: “a integração e a consolidação da indústria catarinense só pode ser pensada depois de 1962” (p.150), portanto, reside nesta afirmativa a relevância de se inserir e entender as dinâmicas dos planos catarinenses de desenvolvimento, alinhados aos planos nacionais, conforme veremos no próximo subcapítulo.

Em sua obra, Goularti (2001) reforça a tese de modernização agrícola conservadora, inserindo elementos que ilustram a pouca mobilidade social dentro das estruturas agrárias catarinenses e ainda, como a introdução de elementos técnicos e modernos, por um lado, contribuiu para a proletarização, o assalariamento e a expulsão no campo, “subordinando a pequena propriedade ao capital”(p.232). Goularti concluíra, acerca desse processo, que:

A modernização conservadora engloba a industrialização da agricultura e a formação dos complexos agroindustriais. Essa modernização faz parte do “modelo econômico brasileiro”, que também contou com a modernização dos padrões de consumo e o acesso restrito a uma classe média conservadora, com a intervenção estatal beneficiando grupos estrangeiros e grandes blocos nacionais e com a exclusão social. Esse "modelo" foi, e continua sendo coordenado por homens públicos com interesses privados, por oligarquias brancas, por industriais entreguistas, por uma burguesia que imita estilos de vida do Primeiro Mundo e por uma plutocracia liberal, todo sem sentimento nacional. (GOULARTI,2001, p.232-233)

Tanto Goularti (2001) como Michels (1998), teceram em suas obras críticas sociais, na medida que não deixaram passar despercebida a fatia não contemplada de agricultores que não puderam usufruir dos benefícios dos créditos do estado. Ao passo que reconhecem o avanço dos índices econômicos, também questionam o “modelo econômico brasileiro”(GOULARTI,2001,p.232), que por seu sistema de concessão de subsídios, ficou limitado àquelas parcelas que já eram proprietárias da terra, constituindo o significado da modernização conservadora, que ao passo que modernizou, acirrou o problema da distribuição e acesso à renda, servindo, de acordo com MICHELS(1998) aos “reclames da burguesia”(p. 185). No próximo tópico, colaboraremos com alguns pontos dos planos nacionais e catarinense de desenvolvimento.

1.5.1 Plameg I e II e Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD)

O Plano de Metas do Governo Estadual (PLAMEG), foi instituído pela Lei nº 2.772 de 21 de julho de 1961, e é consequência de um seminário realizado pela FIESC (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina) com colaboração da CNI (Conselho Nacional das Indústrias) e da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), (GOULARTI, 2005, p. 633) e ‘destinava-se à execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e ao desenvolvimento social e econômico do estado’ (GOULARTI, 2005, p. 20). No Plameg I, 6 (seis) fundos foram criados, e optei por destacar aqui o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Industrial, que tinha como papel, de acordo com Schmitz (1985):

[...] destinado a investimentos para a expansão agroindustrial e agropastoril do Estado, bem como para o desenvolvimento industrial em geral, sendo constituído da arrecadação do Imposto de Exportação, Imposto sobre Tabacos e Derivados de Bebidas Alcoólicas, Taxa de Assistência à Indústria Local, Imposto Territorial, Taxa de Classificação de Produtos Vegetais, 1% do Imposto sobre Vendas e Consignação – IVC e Taxa sobre Exportações e Serviços. (SCHMITZ, 1985, p. 66)

Para Schmitz (1985), o Plameg I, teve impacto crucial na reconfiguração da estrutura do estado, que precisou criar frentes por meio de um Gabinete de Planejamento (GP) para realizar e adequar as metas do Plameg I, incluindo uma secretaria própria para o Oeste catarinense a Secretaria do Oeste. O autor pontua que foi traçado um plano audacioso de 5 (cinco) anos e que, nem todas as metas puderam ser cumpridas por limitações e vinculações orçamentárias, além disso a gerência do Estado, ‘entendeu que os órgãos estaduais deveriam ser corolários dos órgãos federais, de forma a permitir a mútua colaboração, num sentido único de ação administrativa’ (SCHMITZ, 1985, p. 85).

Ainda, de acordo com Schmitz (1985), o Plameg I ‘prestou assistência técnica direta em agricultura, pecuária e economia doméstica às famílias rurais, através de 47 Escritórios Locais e 8 Escritórios Regionais de Extensão Rural’ (SCHMITZ, 1985, p. 93), tendo esse tipo de serviço propiciado novas condições de trabalho, elevando a qualidade de vida no campo.

Em relação ao Plameg II, o que podemos acrescentar é que este foi uma continuidade do Plameg I, que reforçou a importância do investimento estatal como condutor do desenvolvimento do Estado. Alguns dados são apresentados por Michels (1998), quando este autor afirma que ‘80% dos recursos do governo estadual foram gastos em setores diretamente vinculados com o que se chamou de ‘desenvolvimento econômico’ (MICHELS, 1998, p. 193).

Michels (1998), ainda acrescenta que, no ano de 1967, a divisão da renda interna do estado se configurava da seguinte forma: ‘Agricultura: 36,5%; Indústria: 18,4%; Serviços: 45,1%’ (MICHELS, 1998, p. 194).

Seguindo a planificação, é lançado em 1971, sob o governo de Colombo Machado Sales, – que havia sido Secretário Executivo do Plameg –, o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD), constituindo este em uma ‘versão estadualizada’ (MICHELS, 1998, p. 194) do PND I, foi neste plano que o maior percentual de investimentos é destinado a modernização do setor agrícola, estando na porcentagem de 22,7 do total, dado que poderá ser observado na Tabela 4.

Tabela 4 - Participação de áreas de investimento nos gastos previstos totais do PCD em Santa Catarina

Áreas de Investimentos	Previsão de Gastos (%)
Agricultura	22,7
Indústria	21,9
Transportes	21
Recursos Humanos	6,2
Saneamento	14,9
Energia	5,6
Telecomunicações	3,8
Modernização Administrativa	0,2
Outros	3,7

Fonte: SALLES, Colombo Machado. Projeto Catarinense de Desenvolvimento. Florianópolis: 1971. 87p.

O PCD, de Salles, trazia logo em sua introdução a justificativa de ter sido confeccionado, que residia e se inspirava no Plano Nacional de Desenvolvimento e no Plameg I. Em seu texto, constatamos que:

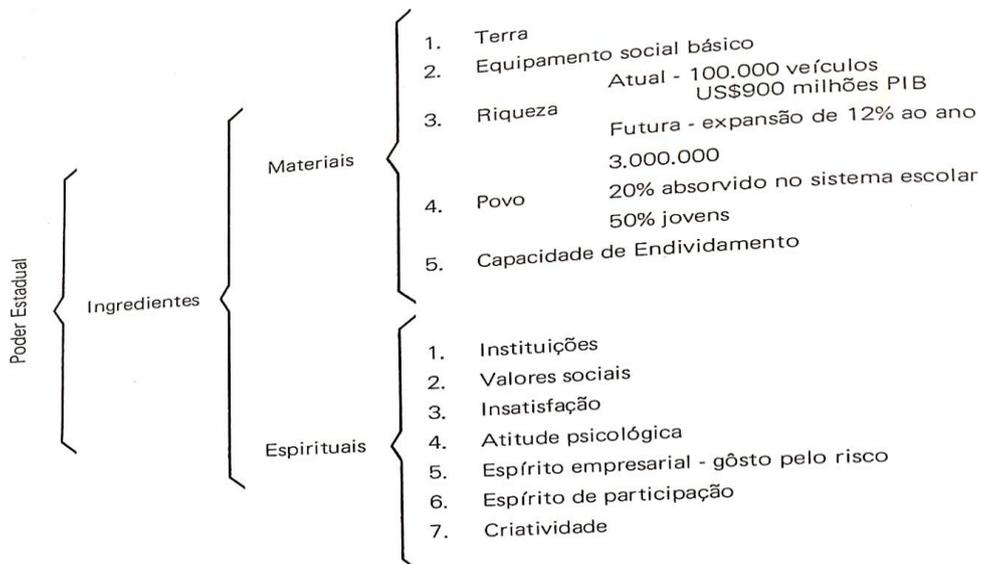
Há o Projeto Brasileiro de Desenvolvimento. Tem que haver o Projeto Catarinense. Estas duas frases eu as disse muitas vezes. Repito-as agora. O Programa de Metas e Bases para a Ação do Presidente Médici presidiu, juntamente com as contribuições recolhidas nas 12 (doze) microrregiões homogêneas, a elaboração final do Projeto Catarinense de Desenvolvimento. Cria-se assim, o documento de ação do governo, mediante a formulação de projetos deduzidos a nível de execução. [...]

A síntese final do Projeto Catarinense de Desenvolvimento cabe na palavra modernização. Entende-se que a modernização da sociedade catarinense ocorrerá se:

- 1 – Promover mudanças institucionais, ajustando a estrutura de Poder às conveniências locais
- 3 – Armar a Administração de um elenco de projetos disciplinados que possibilitem a ampliação quantitativa das rendas e a sua adequada repartição
- 3 – Fortalecer os desempenhos privados na sua vária manifestação (agricultura, indústria, serviços)
- 4 – Realizar a integração estadual, pela seleção e fortalecimento de um polo urbano dinâmico, aceito pela coletividade e por ela valorizado. (SALLES, 1971, p.5-6)

Houve no PCD, desde a sua introdução, a “filosofia” da modernização, que via no fortalecimento dos polos urbanos e do setor privado, ferramentas essenciais para seu êxito, e conforme demonstramos na Tabela 2, deu prioridade à aplicação dos investimentos nestes segmentos. O PCD, além de conter dados técnicos que dariam suporte à sua execução, escolhe uma narrativa que utiliza de elementos subjetivos, especialmente quando aborda o Poder Estadual. Nesse caso, divide este poder em “Ingredientes”, que se subdividiriam em “Materiais” e “Espirituais”, conforme podemos observar na Figura 3 e, afirma que o PCD “apesar do seu conteúdo técnico é, também um documento político. A política não é infensa à técnica: nos tempos modernos os seus campos se interpenetram [...]” (SALLES, 1971, p. 12).

Figura 3 - Esquemática dos Elementos do Plano Catarinense de Desenvolvimento



Fonte: SALLES, 1971, p. 6. Recorte feito pela autora.

A retórica escolhida por Salles, permite inferir que o PCD se alinhe à narrativa do Governo Federal, na medida em que exalta suas realizações. Vejamos:

O Brasil mudou.

A partir de 1964 o que se vê é um país em ação. Energia, transportes, telecomunicações. De Norte a Sul, um sistema só, acionando fábricas e encolhendo distâncias. Um homem, o Presidente Médici, lança e faz o jogo da verdade. E assume o compromisso de promover os meios de duplicar em dez anos os níveis médios de bem estar e produtividade do Brasil [...].

A Revolução de Março, autêntica na sua origem, ganha o apoio inquestionável do Brasil e pode exprimir que encarna as aspirações nacionais. Dela pode deduzir também, com o aplauso geral, as conquistas essenciais que devam ser alcançadas pela nacionalidade. (Salles, 1971, p. 10)

Chapecó figura no PCD, integrando a AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste Catarinense), e é classificada centro dinâmico, sendo considerada parte dos “centros urbanos já

relativamente desenvolvidos que concentram parcelas de renda apropriáveis a um reimpulsão econômico, com intensas repercussões sociais” (SALLES, 1972, p. 11)

Assim com o Plameg I, o PCD teve sua segunda versão, desta vez no governo de Antônio Carlos Konder Reis, e caracterizou-se pela: ‘íntima relação com a ditadura militar’ (MICHELS, 1998, p. 196). De acordo com Michels (1998):

É de se ressaltar especialmente o setor de crédito, que tinha como objetivo, expresso claramente no II PND, a criação de grandes empresas, através da política de fusões e incorporações – na indústria, na infraestrutura, na comercialização urbana, no sistema financeiro (inclusive área imobiliária) – ou a formação de conglomerados financeiros ou industriais financeiros. Portanto, a ação do Estado caracteriza-se, entre outras, por uma política de centralização do capital, desmistificando as bases do denominado modelo catarinense de desenvolvimento, cuja característica básica é o enaltecimento ao pequeno e médio produtor. (MICHELS, 1998, p. 197)

Podemos notar neste ponto do desenvolvimento catarinense uma mudança no tipo de investimento, consoante à tendência mundial liberalizante, privilegiando a formação de conglomerados financeiros, como observaram Michels (1998) e Goularti Filho (2005).

Sobre a execução das previsões previstas nos planos, apesar da dificuldade de encontrar compilações de dados, Goularti Filho (2012), fez uma importante contribuição, quando analisa o montante destinado pelos bancos de desenvolvimento regionais e do estado (BDE e BRDE) aos planos, vejamos:

Os planos executados em Santa Catarina podem ser classificados em quatro grupos, de acordo com seus objetivos e resultados. O POE foi uma aproximação do planejamento econômico em Santa Catarina, tinha metas, porém não foram cumpridas, pela falta de experiência em planejamento e de um aparato institucional. O PLAMEG, o PLAMEG II, o Projeto Catarinense de Desenvolvimento e o Plano de Governo de 1961 a 1978 podem ser classificados como planos com planejamentos, expressos em objetivos e com resultados concretos, afinados com as diretrizes nacionais. O Estado transformou-se no principal agente condutor do crescimento econômico. Durante esse período, a infraestrutura social básica catarinense foi profundamente alterada, removendo os pontos de estrangulamento, sobretudo no tocante à energia e ao transporte, herdados dos anos de 1940 e 1950. (GOULARTI FILHO, 2012, p. 129)

Ainda, Goularti Filho (2012) agregou relevantes indicadores macroeconômicos, que por meio de um recorte, replicaremos abaixo na Tabela 5:

Tabela 5 - Resumo do total geral liberado por plano sob o PIB (1962 – 1982)

Anos	Planos	Total liberado pelos bancos e programas US\$	PIB Santa Catarina US\$	Participação sobre o PIB%
1962	PLAMEG	925.333	348.861.600	0,27
1963		3.732.496	416.950.808	0,9
1964		2.723.967	371.537.355	0,73
1965		2.645.803	363.134.525	0,73
Total US\$		10.027.599	1.500.484.288	0,66
Média %				
1966	PLAMEG II	3.755.747	501.162.273	0,75
1967		5.817.302	570.418.415	1,02
1968		9.250.076	616.128.665	1,5
1969		12.894.368	697.388.366	1,85
1970		11.019.702	1.147.136.404	0,96
Total US\$		42.737.196	3.532.234.122	1,22
Média %				
1971	Projeto Catari-nense de Desen-volvimento	23.854.113	1.316.517.905	1,81
1972		32.492.898	1.647.684.915	1,97
1973		39.409.201	2.331.391.297	1,69
1974		60.726.999	3.290.925.778	1,85
Total US\$		156.483.211	8.586.519.895	1,83
Média %				
1975	Plano de Go-verno	141.256.220	3.899.487.871	3,62
1976		199.367.280	4.655.287.370	4,28
1977		123.111.211	5.247.037.811	2,35
1978		105.965.603	6.012.869.410	1,76
Total US\$		569.700.314	19.814.682.463	3
Média %				

Fonte: GOULARTI FILHO, Alcides. Crédito, planos e planejamento em Santa Catarina. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 11, n. 22, nov. 2012.

Quando analisamos os dados coletados por Goularti Filho (2012), notamos que há um crescente na liberação de recursos pelos bancos do estado, contemplando os programas

específicos do governo, especialmente entre 1971 e 1978. Outra aferição é a de que o PIB no período de 1971 a 1978 cresceu em ritmo acelerado, indo de US\$ 1.316.517,905 em 1971 para US\$ 6.012.869,410 em 1978, reverberando que o “milagre econômico” também se estendia a Santa Catarina.

Michels, ao tratar da liberação de recursos pelo Badesc (Banco do Estado de Santa Catarina) e a influência de Plínio de Nes¹¹:

Quanto à ação do Badesc, é importante destacar que, após a posse do Sr. Arlindo Plínio de Nes, comandante do grupo Chapecó e pessoa de enorme influência política e econômica em todo o Oeste, na presidência do Badesc, a participação da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc), nos recursos liberados, aumentou significativamente. Observa-se, portanto, o uso de recursos financeiros sem os tão propalados critérios técnicos para distribuição de tais recursos, por parte do presidente do Badesc. (MICHAELS, 1998, p. 197)

Michels (1998) argumenta que a inversão realizada pelo Badesc na região da Amosc seguiu critérios políticos e não técnicos, porém ao longo do texto não comprova quais seriam os critérios que não foram respeitados. Sendo assim, a inferência que podemos fazer é que apesar de grandes montantes terem sido destinados ao crédito agrícola e a consolidação dos planos estaduais, é difícil nomear os destinatários destes recursos, porém, o que fica claro, por meio da análise destes estudos, é que o crédito ficou concentrado em pequenos grupos, que já detinham poder político e econômico.

1.5.2 A extensão rural e a ACARESC

Para prosseguirmos o debate da extensão rural, iniciaremos citando a criação da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina), em 1956. Esta agência fez parte do plano de expansão da ACAR, quando várias sedes estaduais foram implementadas.

O então governador do estado de Santa Catarina em 2006, Luiz Henrique da Silveira, em livro institucional da EPAGRI, intitulado “50 anos de extensão rural: um breve histórico da extensão rural no estado de Santa Catarina”, de autoria de Glauco Olinger (2006), afirmou:

‘A história da agricultura catarinense pode ser dividida em dois grandes períodos: antes e depois da extensão rural. Teve início no dia 29 de fevereiro de 1956 com o

¹¹ Pedagogo e empresário, natural de Encantado/RS. Prefeito e Vereador em Chapecó/SC. Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no século XX. Secretário de Estado de Negócios do Oeste. Empresário ligado ao comércio de madeira e à agroindústria. MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Plínio de Nês. 2019. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/810-Plinio_de_Nes. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

nome de ETA – Projeto 17, fruto de um acordo assinado pelo governo estadual, a Federação das Associações Rurais de Santa Catarina - Faresc - e o Escritório Técnico de Agricultura – ETA. O ETA, por sua vez, resultava da cooperação técnico-financeira entre o Brasil e os Estados Unidos. No ano seguinte, no dia 29 de junho de 1957, a extensão rural passou a ser executada pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – Acaresc -, uma entidade civil, sem fins lucrativos, de direito jurídico privado’. (OLINGER, 2006, p. [3])

Ainda nesta mesma obra, Olinger (2006) reuniu diversas imagens que sintetizam a periodização feita pelo então Governador Luiz Henrique da Silveira, pois compara o acesso à tecnologia e educação que o agricultor tinha antes da extensão e como esse entendimento se alterou com esse advento. Vejamos a Figura 4:

Figura 4 - Imagem típica do agricultor do Oeste Catarinense na década de 1950



Fonte: OLINGER, G. **50 anos de extensão rural**: breve histórico do serviço de extensão rural no Estado de Santa Catarina 1956 a 2006. Florianópolis: Epagri, p.72, 2006.

Na imagem da Figura 4, vemos um agricultor arando a sua terra utilizando tração animal. Tal técnica foi sistematicamente sendo substituída por tecnologias modernas, como por exemplo o uso de tratores e arados mecânicos, conforme demonstramos na Tabela 2, em relação ao incremento do número de tratores nas propriedades do Oeste catarinense.

Sobre Glauco Olinger, um dos fundadores da ACARESC, seu currículo é extenso, incluindo: Secretário de Estado da Agricultura e da Educação, presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), fundador do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pró-reitor da UFSC e fundador e presidente da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado (Acaresc), consultor da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), tendo participado de projetos de extensão rural em Angola e Cabo Verde.

Em entrevista recente, datada de 29 de novembro de 2019, sobre sua participação e papel na formação da extensão rural, Olinger afirmou:

“Tive a oportunidade de contribuir com o Plano de Metas (Plameg) do governo Celso Ramos, nos anos 60, ao lado de figuras importantes como o professor Alcides Abreu. O grupo tinha liberdade, do ponto de vista técnico, para propor as melhores soluções para cada setor da economia do Estado. Criamos o Crédito Educativo Supervisionado, com juros baixos ou inexistentes e prazos longos de amortização. O pagamento era feito com o resultado da produção, e a inadimplência, na época, era inferior a 1%. A cada ano, planejávamos as ações do exercício nas áreas da suinocultura, da avicultura, da fruticultura, do cooperativismo”. (SCHIMITZ, 2019, [sp])

Segundo Lohn (1997), que dedicou sua dissertação de mestrado aos estudos da extensão rural em Santa Catarina:

Contudo, a partir daquele momento parecia começar a desenvolver-se a percepção de que as práticas de trabalho e os hábitos encontrados no meio rural não se coadunavam com as relações capitalistas de produção, em escala industrial, que iniciavam sua expansão rumo ao interior catarinense. Daí ser preciso levar modernização e progresso aos agricultores, selecionando aqueles que poderiam tomar empréstimos em bancos para comprar tecnologia e insumos industrializados. (LOHN, 1997, p. 2).

A fala de Lohn (1997) ilustra qual foi a função primeva da ACARESC, que era a de selecionar produtores aptos a receber empréstimos e modernizar sua produção, tendo em vista a necessidade de inserção no modo de produção e mercado capitalista. Nesse discurso, notamos que os Estados agiam de acordo também com os interesses nacionais de desenvolvimento, ou seja, podemos assim, estabelecer linearidades nesse processo, já que o objetivo dessa associação era o de “levar progresso” por meio da técnica, alterando percepções consolidadas de produção e cultivo e até mesmo de sujeito e ordem social. É importante destacar que o modelo de extensão rural adotado no Brasil tem suas origens na experiência norte-americana, e ganha espaço na América Latina no contexto do pós-2ª Guerra Mundial e na efervescência da Revolução Verde (LOHN, 2004, p.46).

Sobre a Revolução Verde e o que esse conceito significou para a extensão rural mundial e brasileira, utilizaremos as análises de Eros Marion Mussoi (1985), quando este autor fez uma contribuição no sentido de “pensar” a extensão rural. Num primeiro momento, Mussoi (1985) afirma que há o surgimento espontâneo entre os grupos de agricultores de criar práticas comuns que possam melhorar a produção, posteriormente, Mussoi (1985) dirá que houve uma formalização desses grupos, com a criação em 1785 da ‘Sociedade Agrícola da Filadélfia’, nos Estados Unidos, cuja formação levaria anos depois à sistematização de leis que propiciaram a criação de um Sistema de Extensão Cooperativa entre 1914 a 1945.

A propagação do modelo de extensão rural norte-americano, se deu, inicialmente em caráter experimental em países do Terceiro Mundo, com testes em plantações de milho e trigo no México e arroz nas Filipinas, nas décadas de 1940 e 1960 respectivamente segundo Mussoi (1985), que contextualiza:

Se a "Revolução Verde" inicia em 1943 (fase de geração de novas variedades) e suas primeiras respostas aparecem no início da década de 50, "coincidentemente" neste período é que se registra o início da Extensão Rural no Brasil. As experiências de Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo acontecem entre 1948 e 1956. Neste período surge a ACAR-MG (Minas Gerais), ANCAR-Nordeste, ASCAR (RS), ACARESC (SC) e é criada em 1956, após "entendimentos havidos entre Nelson Rockefeller (criador da AIA - Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social) e o Presidente Juscelino Kubitschek", a ABCAR Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. (MUSSOI, 1985, p. 43)

Mussoi (1985), exprime sua opinião, como ele mesmo afirma sem ‘autocensura’ (MUSSOI, 1985, p. 42) sobre as consequências da “modernização imposta” pela Revolução Verde aos países do Terceiro Mundo. Mussoi (1985) debate que há um alinhamento político atrelado à disponibilidade de aceitar a tecnologia advinda dos países desenvolvidos, e, no caso brasileiro, principalmente oriunda dos Estados Unidos, por intermédio da AIA.

A AIA foi uma agência fundada pelo multimilionário norte-americano Nelson Rockefeller em 1946, dentro de uma estratégia geopolítica em que agências privadas, como contraponto ao Plano Marshall de reconstrução da Europa – que teve como consequência a diminuição dos investimentos da política externa norte-americana para a América Latina – investiram diretamente na América Latina. Os ideais iniciais da AIA giravam em torno da utilização de estratégias de melhoramento das condições de higiene e de produção rural em pequena escala, transformando-se aos poucos em políticas de crédito supervisionado e extensão

rural já no início dos anos de 1950, com a experiência de Minas Gerais¹² conforme expõe Silva (2015).

Mussoi (1985) também argumenta sobre o critério da produção de acordo com as demandas do mercado exportador e questiona os principais teóricos entusiastas da Revolução Verde, que viam a modernização superando o “atraso no campo”. Mussoi vê tal “atraso” não como ‘uma etapa a ser superada, mas sim fruto de relações sociais específicas’. (MUSSOI, 1985, p. 46).

Lohn (1997), esclarece que, antes da institucionalização da extensão rural, essa possuía um caráter ‘de informalidade’ (LOHN, 1997, p. 5), e que o ápice da valorização desse serviço ocorre em 1974, quando a EMBRATER é criada, com estrutura de empresa pública. Ainda, para este autor:

O processo de modernização acelerada dos processos produtivos agrícolas, ampliou a expansão capitalista no campo sem, no entanto, realizar qualquer transformação da estrutura agrária. Ocorreram mudanças na base técnica agrícola e o Complexo Agroindustrial teve grande crescimento. As novas técnicas produtivas, prescritas principalmente pela Extensão Rural, introduziram novos padrões de trabalho aos pequenos produtores catarinenses. Todo um discurso de valorização da tecnologia e de seus supostos efeitos para a superação do atraso do agricultor foi construído, ressaltando a autoridade dos técnicos. Embora, deva-se ressaltar que, muitas vezes, os próprios extensionistas acabavam sendo nada mais do que repassadores de informações e de uma estratégia de atuação sobre a qual não dispunham de qualquer controle, sendo rigidamente monitorados pelas estruturas hierárquicas superiores, às quais cabia a formulação do “discurso competente” da entidade. (LOHN, 1997, p. 7)

Sobre a criação da EMBRAPA, faremos aqui um adendo na discussão da obra de Lohn (1997), para contemplar o início deste importante órgão. Segundo Olinger (1996), a pesquisa agropecuária pública era efetuada por meio de convênios do Ministério da Agricultura com institutos de pesquisa, tendo sido o de maior destaque o Instituto Agrônomo de Campinas. Entretanto, houve repercussão na ABCAR, de algumas declarações que afirmavam que pesquisas importantes ficavam “engavetadas”, sem chegar ao destinatário mais interessado, que eram os extensionistas. Para Olinger (1996):

Tais declarações repercutiram na ABCAR e esta tomou a iniciativa de promover um amplo levantamento junto às instituições de pesquisa para que se conhecesse o acerto de inovações tecnológicas. O levantamento foi feito e publicado. Em verdade o acervo de informações praticáveis e úteis, sob o ponto de vista econômico para os produtores, estava longe do esperado.

Acredita-se que este fato somado a outros deu origem a uma exposição de motivos do então ministro da Agricultura, Fernando Cirne Lima, propondo ao presidente da República, Emílio Garrastazú Médici, a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. (OLINGER, 1996, p. 86-87)

¹² Para saber sobre a atuação da AIA: Ver SILVA (2015) e RIVAS (2002).

Ou seja, a extensão rural, em parceria com as agências governamentais, teve esse representativo intuito de “modernizar” e “superar o atraso” das relações de produção no campo. Em matéria intitulada “Agricultura Catarinense produz qualidade”, da Revista do Sul, o então Secretário Estadual da Agricultura, Glauco Olinger, declarou:

“Uma das opções no Projeto Catarinense de Desenvolvimento é a produção de qualidade, em lugar de quantidade, no que se refere ao setor agropecuário”. [...] Santa Catarina implantou um excelente mecanismo de assistência técnica para a utilização de tecnologia moderna no setor agropastoril. Como resultado dessa política, o Estado é hoje um bom produtor de sementes selecionadas de arroz, de feijão, de trigo, de milho, além de se destacar pela qualidade de seus suínos tipo carne e frangos especiais. (REVISTA DO SUL, 1973, p.23).

Podemos identificar, na fala de Olinger, uma contemplação em relação ao PCD, na medida que este possibilitava a continuidade do trabalho da ACARESC e provia resultados satisfatórios no campo. Em tempo, sobre a influência da extensão rural:

Mais do que a subordinação material ao desenvolvimento capitalista, caberia atuar como um poder simbólico, capaz de legitimar o saber técnico, adestrando e disciplinarizando o agricultor, desestruturando suas formas autônomas de produção e de condutas, substituindo-as pelo padrão capitalista. Isto implicaria na construção de um agricultor modelo, moderno e, ao menos nos projetos, conformado às normas determinadas pelo Serviço de Extensão Rural. (LOHN, 1997, p. 8).

Lohn (1997), segue sua análise, quando menciona que as políticas sociais do Estado, que nesse caso tiveram o intermédio da ACARESC, acabaram por inviabilizar formas alternativas de ‘sobrevivência e transmissão de valores’ (LOHN, 1997, p. 33). Ou seja, para este autor, a interferência governamental se deu em vários âmbitos da organização social, não constituindo-se somente em uma mudança de paradigma tecnológico, e sim, em um “teste de adaptabilidade”, onde os sujeitos que não estivessem dispostos a experimentar mudanças produtivas ficaram à mercê deste processo, sem a opção de galgar outras formas de sobrevivência que não inerentes ao próprio sistema capitalista. (LOHN, 1997, p. 34)

Partindo para outra abordagem, porém na mesma linha argumentativa de Lohn (1997), para tentarmos resgatar o processo e origem da “modernização” no estado de Santa Catarina, utilizamos o artigo de Claiton Marcio da Silva (2001). Este autor fez um estudo dos clubes 4-S (saber, sentir, servir e saúde), que foram atuantes entre 1959 e 1977, em Santa Catarina. Tais clubes eram formados a partir de um modelo já desenvolvido na América do Norte, e tinha como objetivo ensinar jovens filhos de agricultores de 14 a 24 anos (LOHN, 1997, p. 9), a manusear a terra e realizar experimentos nas propriedades de seus pais, além de ensinar pedagogicamente noções de economia doméstica e governança. Silva (2001), alega que esses

grupos serviram como estratégia fundamental da ACARESC no estado, pois ao incluir os jovens filhos de agricultores em um programa de governo, facilitava a aceitação dos produtores em “modernizar” suas propriedades. Silva (2001) ainda concluirá que:

A Extensão Rural, ao investir seu olhar nesse projeto de Clubes 4-S, transformou o jovem rural em objeto a ser estudado: (1) precisou-se saber sobre ele, e (2) para que ele soubesse. Tornou-se necessário investigar sobre seus hábitos, seu comportamento, e assim investir em ações para "conquistá-lo" (legitimar o trabalho da Extensão Rural com juventude). Num outro momento, procurou se introduzir conhecimentos "modernos" para os jovens. Pretendeu-se fixá-lo ao campo, torná-lo responsável pelo sucesso (ou fracasso) da agricultura brasileira. Bastaria plantar, segundo o discurso oficial, que o governo garantiria o que mais fosse necessário. Porém, plantar naquele momento significou utilizar-se de sementes selecionadas, adubação química, tratores, colheitadeiras, enfim, "novidades" que o jovem precisou de técnica para lidar com essas tecnologias que adentraram no campo. (SILVA, 2001, p. 154).

Ou seja, ao realizar esta análise, o autor consegue exprimir materialmente a participação do estado como influenciador de um discurso, que propagou e possibilitou a inserção de práticas “modernas”, como a seleção de sementes, o uso de fertilizantes e maquinário agrícola, em Santa Catarina, sob a condução desses “novos” jovens rurais.

Até aqui, nos propomos a fazer uma retomada de importantes autores e autoras que já construíram o caminho pelo qual agora percorremos. Destacamos que uma enxuta síntese pode ser extraída da leitura do Capítulo II, que inicia remontando as origens da “brusca” alteração da conduta econômica brasileira, equalizando como agiram as elites e a sociedade civil e militar mediante uma crise de acumulação do capital, que se agravara na década de 60. É na solução desta crise que se propagou a ideia de “modernização agrícola” como importante instrumento de desenvolvimento econômico, tendo como ferramentas as políticas dos governos militares ditatoriais, expressas em grandes planos nacionais de desenvolvimento. Os estados, e especialmente o de Santa Catarina, em consonância com a política nacional, criou os seus próprios planos, como o Plameg I e II e o PCD, para atender aos interesses nacionais e subsidiar via crédito rural a consolidação de um “complexo agroindustrial” que foi patrocinado, como pudemos acompanhar, por instituições internacionais de assistência, como a AIA.

O próximo capítulo será dedicado ao estudo da criação do “complexo agrícola” no Oeste catarinense, desde a sua formação agrária até a modernização agrícola da década de 1970 e, com ênfase, a sua repercussão e a forma na qual foi “contada” pelas mídias locais do período.

2 CRIAÇÃO DO “COMPLEXO AGRÍCOLA” NO OESTE CATARINENSE

Depois de termos pautado o cenário nacional e regional, para compreendermos a criação do “celeiro” catarinense na região Oeste, trataremos das principais características econômicas, políticas e socioambientais que “modelaram” a paisagem da região Oeste catarinense como um espaço propício para a agricultura familiar de subsistência. Para tal, analisaremos o discurso que enfatizava as características da gente “trabalhadora e ordeira” que habitava essa região e que, num segundo momento, tornou-se ímpar para a consolidação da agroindústria. Destarte que, a cidade de Chapecó, ao longo desta narrativa ganhará papel de destaque, pois como demonstraremos, tornou-se polo econômico e político desta região, o que poderá ser observado na seleção de textos, principalmente das mídias locais, que realizaremos.

Acrescentamos que Chapecó ganha papel de destaque na década de 1960 na região Oeste, superando o protagonismo que era de Joaçaba. Para ilustrar, com dados demográficos por exemplo, no ano de 1960, Joaçaba e Chapecó tinham 34.088 e 52.089 mil habitantes respectivamente, esse valor se altera na década de 1970 para 20.749 e 49.865 respectivamente, ou seja, Chapecó tem um decréscimo proporcionalmente muito inferior ao de Joaçaba, que está também relacionado ao último desmembramento ocorrido na região, na década de 1960, tanto para Chapecó, quanto para Joaçaba. Podemos ainda assim, entender que tal dado que exprime o momento de crescimento e destaque desta cidade. (IBGE,1967; 1973)

2.1 A REVISTA CELEIRO CATARINENSE: DIFUSÃO DAS AÇÕES DO ESTADO E O IDEÁRIO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

Neste tópico apresentaremos importantes excertos da Revista Celeiro Catarinense, com o objetivo de demonstrar e localizar nos discursos deste veículo os elementos que foram decisivos para tornar a região Oeste de Santa Catarina no “Celeiro Catarinense”, não só como ideário, mas materialmente, por meio da viabilização de investimentos e a criação de infraestrutura, que propiciaram a integração, ainda que tardia, dessa região na economia nacional. A revista fazia vez de guia agropecuário e variedades para a população local, sendo fonte de um rico histórico da política nacional, contada sob um viés jornalístico e ufanista. Nas palavras do editor, a revista “focaliza assuntos de interesse regional destacando a produção agrícola a indústria e o comércio a pecuária e a agricultura o cooperativismo e o sindicalismo (CELEIRO CATARINENSE, 1970, p. [4]). Sem descontextualizá-la, e não exclusivamente, pois outros jornais e revistas também serão debatidos, analisaremos a sua narrativa para compreender, num primeiro momento, como era visto o governo da ditadura civil-militar pelas

elites locais e de que forma importantes marcos da política nacional, estadual e municipal foram abordadas.

Neste capítulo, Tânia Regina de Luca (2005) contribuí com nossa análise na medida em que estabelece os critérios e dificuldades no trato dos periódicos, sobre os produzidos no regime ditatorial civil-militar, a autora afirma que:

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político. (De LUCA, 2005, p.129).

A obra de Tânia Regina de Luca é necessária pois dá caminhos para que o historiador não caia em erros usuais, a autora ainda adverte que é necessário ler e conhecer densamente o tema que se está abordando antes da tentativa de compreensão das fontes, para que o pesquisador saiba além do que elas dizem, aquilo que elas omitem.(DE LUCA, 2005).

Ademais, o guia para análise de discurso produzido por Eni P. Orlandi, intitulado “Análise de Discurso: princípios e procedimentos” (2015), se fez necessário para este trabalho. A autora insere exemplos práticos e lições a quem deseja interpretar de forma coerente discursos produzidos em outras épocas, conforme podemos observar:

Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar sentido em outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa? [...] A análise de discurso, trabalhando na confluência desses campos de conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso. (ORLANDI,2015, p. 15-18)

Orlandi (2015) é especialista em análise de discurso pois, reconhece nessa seara formas de trabalhar com o simbólico, fazendo-o significar teoricamente (p. 26). A autora ainda nos fornece elementos que nos auxiliam a entender a nossa própria interpretação dos fatos, quando aborda o arquivo e o interdiscurso, alegando que “o gesto de interpretação se faz entre a memória institucional(arquivo) e os efeitos da memória(interdiscurso)” (p.45-46).

Cabe aqui também, situarmos com o texto de GOMES (2010), o processo de construção de identidades. Apesar da autora estar se referindo a esta formação nas primeiras décadas do século XX, consideramos que sua análise do processo, seus elementos e determinantes, encontram-se também no discurso do progresso, da fertilidade dos solos e da vocação para agricultura, presentes nas mídias que abordaremos neste capítulo. Segue:

Processos de construção de identidades, como se sabe, além de inconclusos e permanentes, remetem sempre a dimensões simbólicas, ou seja, envolvem a invenção, a divulgação, a imposição e a adesão de um grupo a ideais, valores, crenças, ideologias, etc., que são operacionalizados e/ou materializados em instituições, rituais, festas, símbolos entre outros. Uma das dimensões particularmente caras à análise do historiador, nesse complexo processo, é produção de um “passado comum” ao grupo, isto é, o reconhecimento de referenciais que assegurem uma “origem” e garantam continuidade no tempo, a despeito das transformações que possam ter efetivamente sofrido. Dessa forma, processos de construção de identidade, sobretudo de grupos nacionais, envolvem, em momentos vivenciados como de grande transformação ou crise pelos próprios contemporâneos (e não apenas pelos analistas *ex post*), um investimento especial e bem cuidado na construção desse “passado comum”, na medida em que os temas da continuidade e da coesão ganham então sentidos novos e urgentes .(p.16)

Aproveitando a discussão de GOMES (2010), vamos tratar da percepção e construção da identidade do “novo” homem do campo, que emerge (ou deveria), com a modernização agrícola. Nessa temática, LOHN (2004), escreveu o artigo: “A cidade contra o campo”, logo em sua introdução, nos traz a seguinte analogia:

Há muitos anos, fez muito sucesso no Brasil um certo Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato em 1918. Os brasileiros souberam da sua existência através dos folhetos de propaganda do Biotônico Fontoura. Desde então, os lavradores, pequenos agricultores e trabalhadores rurais passaram a ser identificados com a imagem estereotipada de um “caipira”, que teria sido “curado” da preguiça e da indolência após ter tomado o precioso fortificante. Tempos depois de Lobato ter criado o Jeca Tatu, a partir dos anos 50, empresários e governantes também pretenderam criar um remédio que curaria os problemas dos agricultores brasileiros. [...] Para salvar a lavoura, bastaria que os agricultores brasileiros entrassem em contato com as novas tecnologias que as empresas capitalistas estavam vendendo. (LOHN, 2004, p.41)

O artigo de Lohn, é relevante na medida em que analisaremos os jornais e revistas, pois sabendo qual o perfil do homem do campo ideal à modernização, poderemos encontrar elementos que corroborem a tese de Lohn, da criação de um homem útil e eficaz às transformações propostas pelas elites, bem como à resistência a esses discursos. Neste tópico, uma sessão será dedicada a identificação destas narrativas e as tentativas de “modelagem”.

Ademais, antes de debatermos as matérias impressas, é necessário que nos desloquemos para àquela década de 1960, quando a média nacional de analfabetos era de 39,6% da população acima de 15 anos (HADDAD e SIQUEIRA, 2016, p. 92). Ao trazer esse simples dado, ainda que não precise qual a taxa de analfabetismo do estado de Santa Catarina ou ainda, do Oeste catarinense, podemos tentar compreender o espaço social que ocupava esta revista. O que inferimos é que o seu público consumidor era restrito e estava associado, majoritariamente, às elites locais, que financiavam a sua circulação com a inserção de propagandas e ainda contribuíam com artigos de opinião, poesias e tirinhas por exemplo. Outro ponto que podemos

acrescentar, é a de que a informação circulava principalmente por meio impresso, como era o da revista, via rádio e “boca-a-boca”, tendo a informação impressa uma credibilidade e confiança acentuadamente diferenciada daquela produzida já no século XIX. Ainda, uma característica da sociedade da época é também expressa nas edições desta revista, que tem enxuta participação de mulheres, exceto quando da escrita de colunas sociais ou das sessões de dicas domésticas.

Em estudo recente Gustavo Henrique de Siqueira (2016) dedicou-se, assim como nós, a entender os meandros políticos que estavam envolvidos na criação do *Celeiro Catarinense*, tendo realizado detalhado e completo estudo sobre a estrutura partidária das elites, seus cargos políticos e a sua forma de interagir e galgar recursos dentro de uma complexa rede de poder. Em seu trabalho também aparece o termo *Celeiro* ao tratar dessa região, sendo intitulado “Os donos do ‘Celeiro do Progresso’: redes sociais e política (Chapecó, 1956-1977). Sobre a Revista *Celeiro* e o Jornal *Folha D’Oeste* e o seu alcance nacional afirmou:

No expediente de 1970, constata-se a presença do bancário e membro do Partido de Representação Popular (PRP), Setembrino Zanchet, como colaborador da revista. No expediente de 1972, observam-se as presenças da historiadora Eli Bellani (filha do deputado Gentil Bellani), de Euclides Prade (promotor), de Odilon Serrano (vereador pelo PTB e, à época, filiado à Arena) e de Dario Maciel (tabelião, filiado à UDN), como membros do departamento cultural. Em 1974, assim como o jornal *Folha d’Oeste*, a revista *Celeiro Catarinense* foi adquirida pela Editora Antares S.A. e incorporou Homero Franco e Amilton Lisboa na direção, expandindo seu alcance com representantes em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. A região oeste de Santa Catarina possuía, então, um veículo de divulgação de seus projetos e ações que chegava a diversos lugares do país. (SIQUEIRA, 2016, p. 28-29)

Para facilitar nossa análise, nos próximos tópicos realizamos uma triagem temática de reportagens da revista *Celeiro Catarinense* em seções separadas, e da *Folha D’Oeste*, *Revista do Sul*, *Oestão* e boletins do município, que localizamos, em sua maioria, no acervo do Centro de Memória do Oeste catarinense (CEOM).

2.1.1 *Celeiro Catarinense*: contribuições sobre agricultura

Na edição nº 4 do ano de 1970, temos a seguinte matéria: “Granja Água Santa”, nela há fotos e entrevistas dessa propriedade da família Bertaso¹³. Não podemos apenas citar a família Bertaso, já que essa ocupou o papel de empresa colonizadora na história de Chapecó, sendo uma das principais responsáveis pela comercialização de lotes – mesmo que estes estivessem

¹³ Ver mais em: VICENZI, Renilda. Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense. In: **Cadernos do CEOM**, ano 19, n. 25, p. 301- 318, 2006.

ocupados por caboclos –, e planejamento da cidade, tornando-se representante dos interesses de uma nova elite que se formava. Para concretizar a expansão de seu projeto, contavam com o auxílio até mesmo de capatazes, na expulsão de quem oferecia entrave aos seus negócios. Ao vender as terras para imigrantes, de origem europeia, consolidava um modelo colonizador e até mesmo ideológico. Como afirmou VICENZI (2006):

Nesse sentido, a fundação da Empresa Bertaso pode ser apresentada como o desdobramento e materialização oportunista, pelos colonizadores, das expectativas e dos interesses do governo e das elites do Estado catarinense, no relativo à política de colonização. (p. 304-05)

Abaixo é possível conferir a imagem da matéria da Granja Água Santa, de propriedade da família Bertaso:

Figura 5 - Granja Água Santa



Fonte: Celeiro Catarinense, Chapecó, n. 4, mai./jun.1970.

A matéria enaltece a produção de gado, vaca leiteira, suínos e, principalmente, salienta a importância de diversificação da produção, e do uso para pecuária apenas das pequenas parcelas de terras que não eram férteis para a agricultura. (CELEIRO CATARINENSE, 1970, [p. 6]), como no seguinte excerto:

Também sabe-se que o pequeno agricultor engana-se quando se dedica exclusivamente à lavoura, uma vez que estudos agropecuários revelam que pequenas, médias ou grandes propriedades agrárias não podem sustentar-se sem cultivar a terra

e dedicar parte do tempo à criação, à pecuária. Com os estímulos que o agricultor vem recebendo das entidades oficiais, como a conservação do solo, preços mínimos dos produtos agrícolas, soja, feijão, milho [...] chega-se a pensar que seja melhor negócio o cultivo da terra que a criação de animais, mas a verdade é que a solidez econômica do agricultor está ligada a ambas: agricultura e pecuária, que devem completar-se harmoniosamente para constituir a economia rural. (CELEIRO CATARINENSE, 1970, [p. 7]).

Sobre a questão da conservação do solo, que é abordada na citação da Revista Celeiro Catarinense, há uma matéria subsequente que trata exatamente do assunto ao trazer informações sobre uma campanha lançada em 3 de maio de 1970, organizada pela ACARESC, intitulada “Santa Catarina lança campanha de conservação do solo”(CELEIRO CATARINENSE, 1970, [p. 9]), sendo que nela já é possível identificarmos o termo “Celeiro Catarinense” quando da referência a esta região, além disso, comparativos foram estabelecidos na tentativa de demonstrar o potencial produtivo da região Oeste de Santa Catarina, vejamos:

Do Vale do Rio do Peixe à fronteira com a Argentina, as altitudes variam desde valores abaixo de 200 metros (Vales do Rio Uruguai) até em torno de 1.200 metros nas serras de Taquara Verde, Chapecó, Irani, Capanema e Fortuna. Oeste é considerado o “Celeiro de Santa Catarina”. Com grandes produções de milho, feijão e trigo, carrega riquezas para Santa Catarina. O solo é fértil e o clima é bom. Para comprovarmos façamos um paralelo sobre a produtividade do milho: Brasil, produção média por hectare, 1.350 quilogramas. Santa Catarina, produção por hectare, 1.750 quilogramas. Oeste de Santa Catarina, produção média por hectare de 2.400. (CELEIRO CATARINENSE, 1970, [p. 9])

Nesse argumento, fica clara a intenção de exaltar a qualidade do solo e capacidade produtiva do homem do campo do Oeste catarinense, apresentando resultados acima das médias nacionais e estaduais. Na legenda de uma das fotos que ilustra essa matéria é possível ler:

Milho na zona Oeste de Santa Catarina tem produção média por hectare superior à média nacional e estadual; 2.400 quilogramas por hectare. Essa produção média, sem dúvida, causaria surpresa a muitos agricultores que se dizem desenvolvidos em nações estrangeiras. (CELEIRO CATARINENSE, 1970, [p. 9]).

Ou seja, fica explícita a provocação feita pelos colonistas, que carregavam o ideário de que a alta produtividade do Oeste catarinense estava correlata com a possibilidade de desenvolvimento, assim como em nações estrangeiras. As comparações não se esgotam e podem ser encontradas algumas páginas à frente, na reportagem “Lavoura Triticola Catarinense triplicou em 7 anos (303,5%)”, quando uma aposta de ‘salvação é feita’ (CELEIRO CATARINENSE, 1970, p. [15]).

A região sul do país, como se sabe, é a maior produtora de trigo e a que está em condições de libertar o Brasil da dependência ruínoza do cereal estrangeiro de maior

consumo nacional[...] A situação da triticultura no Estado de Santa Catarina se apresenta em evolução numa ascendência jamais vista na história do trigo e o cereal rei está determinando interesses nas lavouras catarinenses. (CELEIRO CATARINENSE, 1970, [p. 15])

Dentre os dados apresentados, destacamos o número de lavouras e a produção em toneladas, que foi de 5.445 em 1962/3 para 12.268 em 1968/9 e de 17.967 toneladas para 47.196 toneladas respectivamente. (CELEIRO CATARINENSE, 1970, [p. 15]). Outro ponto, é sobre o financiamento da produção tritícola, que, de acordo com a revista, foi totalmente comercializada pelo Banco do Brasil S.A e órgãos a ele subordinados. ([p.15]).

Já em outra edição da revista, em seu nº 9, de outubro de 1972, especificamente sobre a produção de suínos, o então Secretário da Agricultura no Estado, Engº Glauco Olinger, afirmou:

Não podemos comparar a suinocultura brasileira à suinocultura de países mais desenvolvidos. Afinal não podemos esperar que a nossa produção agropecuária se desenvolva em termos competitivos com esses países, se não adotarmos medidas de proteção ao suinocultor como fazem aquelas nações, a não ser que pretendamos manter uma população rural cada vez mais pobre e o criador cada vez mais deprimido. (CELEIRO CATARINENSE, 1972, [p. 7])

Nesse discurso, de um importante representante do Estado, temos a preocupação e o endosso do papel que o poder público deveria desenvolver se almejasse ter uma produção competitiva, e a receita era: proteger o produtor com políticas de preço e investimentos.

Nas páginas que seguem, o que encontramos é uma afirmação da ideia de Olinger, que é efetivada em 6 de outubro de 1972, com a visita ao Oeste catarinense, do Ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima. (CELEIRO CATARINENSE, 1972, p. [11]). Em seu discurso, Lima, acompanhado do Governador Colombo Sales, reforça a tese de que a economia nacional poderia falhar se a agricultura não reagisse naquele mesmo ano:

O Ministro Cirne Lima, ao dirigir-se às autoridades e agricultores que lotavam o Ginásio Estadual de Esportes, iniciou dizendo que dos 100 milhões de brasileiros, 56 milhões povoavam as cidades e 44 milhões dedicavam-se à lavoura ou pecuária. Esses 44 milhões, há 10 anos faziam crescer a agricultura em cerca de 4,5% ao ano, e nesses últimos 3 anos, quando o governo do Presidente Médici determinou prioridade para o setor agrícola, tem crescido entre 7,5 e 8% ao ano. Cirne Lima concitou aos agricultores catarinenses e, em especial aos do Oeste, a iniciarem um trabalho gigantesco para proporcionarem uma grande safra em 1972/3 porque o Governo do Presidente Médici precisa dessa supersafra para firmar a economia nacional dentro dos programas pré-estabelecidos. O Governo está convencido de que é preciso continuar aumentando a produção agrícola nesses índices para atingirmos as metas nacionais, ou seja, manter o ritmo de desenvolvimento dos últimos anos, que está causando espanto internacional e admiração em todo o território nacional. [...] 'Ao Oeste Catarinense, região que tem atendido ao chamamento do Governo no aumento da produção, quero parabenizar, e é por isso que vimos à Chapecó todos os elementos do Governo ligados ao setor, para trazer ainda mais estímulo ao agricultor num

atendimento do Governo Federal que nos oriente no sentido de plantar um novo Brasil’(discurso). (CELEIRO CATARINENSE, 1972, [p. 11]).

Nessa fala, houve uma espécie de ‘convocação’ ao agricultor catarinense, pois dele dependia o sucesso não só da economia nacional, mas também do governo da ditadura civil-militar, pois é o Governo do Presidente Médici que precisa da supersafra. (CELEIRO CATARINENSE, 1972, p. [11]). Neste ponto, temos a completa fusão dos interesses econômicos e políticos do Governo Médici, que utilizou, conforme pode ser visto na Figura 6, um *slogan* especial para este evento: “Vamos Plantar um novo Brasil”, ou seja, havia o entendimento de que os rendimentos provenientes da agricultura poderiam transformar e fazer crescer um novo projeto de país.

Figura 6 - “Vamos plantar um novo Brasil”



FONTE: **Revista Celeiro Catarinense**. Chapecó: n. 9, p. [11], out. 1972. Sem legenda.

Sobre as possíveis críticas ao governo e os desafios que o cidadão brasileiro precisaria enfrentar, para materializar tal *slogan*, a matéria seguinte da Celeiro Catarinense traz um discurso do então Ministro da Economia, Delfim Netto:

Nos Estados Unidos, cada pessoa que trabalha sustenta 1,41 de outras pessoas; no Japão, 1,03. No Brasil, neste momento, cada pessoa que trabalha deve prover o sustento de 3,15 pessoas. Mudar isto requer muito mais do que discursos. Requer o esforço de todos os brasileiros para produzirem duramente, para se educarem, sem pessimismo, mas conscientes de que não é o esforço de um dia que vai trazer 1980 para 1970’ (CELEIRO CATARINENSE, 1972, [p. 12])

Ao comparar o Brasil com outros países, naquele momento já considerados desenvolvidos, o então ministro simplifica a questão da distribuição de renda há uma distância temporal, atribuindo o seu êxito, mais uma vez, ao trabalho do povo.

Em outro número da revista há uma capa emblemática, a qual reproduziremos em seguida. Nesta capa identificamos a alusão de que o governo está promovendo o Oeste e ainda, de que a soja é a nova riqueza, por essa razão optamos por reproduzi-la abaixo. (CELEIRO CATARINENSE, 1973, [p. 1]).

Figura 7 - Capa Revista Celeiro Catarinense 1973



FONTE: **Revista Celeiro Catarinense**. Chapecó: n. 11, mar. 1973.

Na página [16] desta edição, há uma pequena matéria, intitulada “Não reclame, produza”, que ensina os agricultores a não lamentarem:

A vida está difícil; há falta de dinheiro; os filhos querem ir para a cidade. É comum ouvir-se reclamações assim de agricultores. Numa época em que tudo o que se produz

é vendido a bons preços, não se justifica as lamentações do agricultor que tenha boa terra para cultivar. O Governo garante o mercado, os preços mínimos, então é só produzir e vender. O que o mercado interno não consumir, exporta-se. [...]

O leitor se tiver acima de 50 anos deverá lembrar-se de que há mais ou menos 40 anos passados nem mesmo o suíno conseguia vender porque os frigoríficos estavam permanentemente lotados e com a sua capacidade de abate esgotada, ou se vendia o faziam sem preço prévio.

Hoje já se vende, e por bons preços, até miúdo de carneiro se exporta. Então o problema não está em vender a produção, mas sim em produzir. Portanto, não reclame, produza, produza, produza que os mercados interno ou externo lhe comprarão toda a produção. (CELEIRO CATARINENSE, 1973, [p. 16])

Pudemos encontrar uma narrativa que encoraja o agricultor a produzir e sustenta as políticas governamentais, atribuindo ao trabalho individual o sucesso coletivo. Muitas são as reportagens que enaltecem, nesse período, os incentivos governamentais. É o que se aplica no caso da “Soja, a nova riqueza” (CELEIRO CATARINENSE, 1973, p. [28]), quando o entrevistado, Cyrano de Melo Annes, fotografado na Figura 6, um técnico agrícola, que junto de seu irmão Sérgio Paulo Annes, possuía uma lavoura mecanizada e investia na produção de soja, disse: “Sozinho jamais poderia ter dinamizado a cultura de soja em nossa granja, mas graça aos órgãos de financiamento e principalmente à Cooperchapecó, estou realizando um sonho de há muito acalentado. (CELEIRO CATARINENSE, 1973, [p. 28]).

Figura 8 - Foto do agricultor Cyrano de Melo Annes



FONTE: **Revista Celeiro Catarinense**. Chapecó: n. 11, p. [28], mar. 1973.

Sobre a mecanização, ela é vista pelos redatores como um fator de diferenciação, dos quais são entusiastas, como pode se concluir da seguinte passagem:

A agricultura moderna não depende mais da fertilidade natural do solo, é problema de laboratório, resolvido pela química agrícola. O importante é o uso de máquinas-mecanização e lavouras de grande porte. É por isso que o Rio Grande do Sul tem desenvolvido sua agricultura na base do binômio, trigo-soja, estendendo-se pelos

campos onde antes predominavam as pastagens, o manto verde do binômio de ouro, trigo-soja. [...]

O importante no estado de Santa Catarina é mobilizar para a agricultura moderna, de grandes empresas, as imensas áreas cobertas de campo nativo, faxinais e capoeiras. Embora sendo um estado pequeno, as áreas cultiváveis não estão nem com 50% mobilizada à produção.

Os Campos de Lages, Campos Novos, Curitibanos, Canoinhas, Mafra, Chapecó, extremo Oeste, apresentam um potencial enorme a ser mobilizado, a hora é esta, não falta mercado para absorver a produção, nem preço mínimo garantido. (CELEIRO CATARINENSE, 1973, p. [29])

Considerando que todos os temas, a redação e as reportagem estavam entrelaçadas nos mesmos objetivos, não é tão simples encontrar matérias que tratem de temas únicos, pois todos se fundem e complementam. Ainda assim, sabendo da dificuldade em tratá-los separadamente, o recorte da próxima sessão será infraestrutura e meio ambiente.

2.1.2 Celeiro Catarinense: infraestrutura e investimento

Selecionamos para este debate, algumas reportagens onde o tema infraestrutura e investimento são motivos de preocupação, crítica e muitas vezes de cobrança aos gestores públicos, ainda, por meio de avanços neste quesito, alguns passos serão dados no sentido de mapear e compreender importantes intervenções no meio ambiente, que serão debatidas no próximo tópico e capítulo deste trabalho, seja por questões de ampliação da infraestrutura ou do entendimento e formas de manejo do solo no período. A forma de análise dos números da revista seguirá como no tópico anterior, com o objetivo de fornecer trechos integrais da revista.

Apesar da forma de apresentação ser a mesma, nesse tópico resolvemos começar pelo último exemplar ao qual tivemos acesso, que é o número 12 de setembro de 1974. A opção por não seguir a ordem cronológica se explica pelo fato de que nos pareceu mais produtivo mostrar todos os avanços, na perspectiva da Revista Celeiro Catarinense, conquistados até aquele ano, quando esta foi repaginada, apresentando design contemporâneo e matérias comemorativas ao 57º aniversário de Chapecó. A modernidade estava estampada na capa daquela edição, por meio de uma foto aérea, conforme pode ser observado na Figura 9.

Figura 9 - Capa da Revista Celeiro Catarinense 1974



FONTE: **Revista Celeiro Catarinense**, Chapecó: n. 12, p [1], mar. 1974.

A reportagem que abre esta edição é muito significativa para este estudo, pois atribuí o desenvolvimento de Chapecó ao início do regime de ditadura civil-militar pelo qual passou o país, seu texto, além de comemorar o aniversário de 57 anos da emancipação deste município, também festeja os dez anos do golpe civil-militar, como podemos ler abaixo:

Novas indústrias, novas edificações, novas estradas, telefones pela vez primeira, mais energia, mais escolas, melhores colheitas, mais suínos, enfim, foi em 1964 que começou a arrancada de progresso vivida por Chapecó, presentemente, da forma mais expressiva.

Com algumas exceções, todos os projetos industriais, comerciais e governamentais de expressão em Chapecó e mesmo no Oeste todo, surgiram em 1964.

Durante este ano de 1974, estamos comemorando o 10º aniversário dessa disparada e o que tudo indica, ela tem tudo para prosseguir cada vez mais fortalecida, pois a cada

momento surge um novo empreendimento para somar-se ao progresso de Chapecó e do Oeste. (CELEIRO CATARINENSE, 1974, p [3]).

Também destacamos a percepção da mudança de infraestrutura, com criação de escolas, redes de energia e avanços na agropecuária, elementos que fortaleceram o discurso de progresso. Outrossim, os redatores citam como ponto de inflexão, a criação da Secretaria do Oeste, tendo sido instalada em Chapecó em 13 de dezembro de 1963, e atuado como importante fomentadora de recursos financeiros (CELEIRO CATARINENSE, 1974, p. [3]), mais uma vez a região é denominada o celeiro do Estado:

Celso Ramos assume o Governo do Estado e em seguida sente o alheamento do Oeste, apesar do seu extraordinário valor como celeiro da produção agrícola e agroindustrial do Estado. Propõe a criação de um organismo governamental que aproximasse o Oeste e sua gente dos centros da administração estadual e promovesse a integração cultural, social e vivencial entre oestinos e catarinenses. (CELEIRO CATARINENSE, 1974, [p. 3])

Há uma matéria intitulada, nesta mesma edição: “Governo Municipal Presente no Progresso”[p.7], onde a revista apresenta dados de investimento municipal, previstos e reais para os anos de 1970 até 1975, o valor do investimento municipal foi de 32% da arrecadação municipal para 53%, respectivamente, destacando o protagonismo do município de Chapecó em fomentar a produção.

Esta edição de 1974, apesar de ser uma das mais elogiosas ao governo militar, traz uma crítica em relação a ponte sobre o rio Chapecó, que ligaria a região à BR 282, nesta reportagem, os autores afirmam que o atraso na conclusão da ponte “faz o Oeste parar”[p.15], porém ao mesmo tempo em que tecem à crítica, também afirma que a população confia que o DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem), tem a competência para acelerar a conclusão da ponte. Destacamos na íntegra, o seguinte trecho, onde mais uma vez encontramos o termo “celeiro”:

É lamentável que uma estrada de vital importância para os interesses de uma região celeiro agrícola como a nossa, tenha de ficar à espera de que uma empresa que empreitou uma ponte, faça a coisas como bem entende, sem atentar para o problema crucial de quase metade dos catarinenses. E mais lamentável ainda seria se a autoridade responsável pelo setor deixasse de tomar as medidas que o caso necessita. (CELEIRO CATARINENSE, 1974, [p. 16])

Outro ponto desta edição, que é comemorativa, é trazer as histórias de sucesso de agricultores que optaram por integrar o sistema da SADIA AVÍCOLA S/A, produzindo aves

para esta entidade. Dentre os casos de sucesso, destacamos o de Zeferino Fiorentin, que no ano da reportagem, 1974, integrava o sistema há 3 anos. Este produtor, destacou na época que:

“Sou o quarto agricultor chapecoense a entrar para o sistema da Sadia, em 1971. Minha situação como agricultor era muito sofrida e a renda era pequena, depois de ter começado com a Sadia melhorou muito. Construí, comprei máquinas, estou destocando a lavoura. Agora está muito bom. O aviário me deu dois automóveis, um trator equipado, uma colhedeira de milho, uma casa nova de alvenaria, televisão, enfim mais de 150 mil- cruzeiros “(CELEIRO CATARINENSE, 1974, [p. 20])

Reproduzimos abaixo uma das imagens desse produtor, onde consta a seguinte legenda: “Zeferino Fiorentin mostra o que ganhou com o aviário: trator, colhedeira, carreta, dois carros, casa nova, terra destocada, adubada, quatro vezes mais milho” [p.20].

Figura 10 - Foto da propriedade de Zeferino Fiorentin 1974



FONTE: **Revista Celeiro Catarinense**, Chapecó: n. 12, p [21], mar. 1974.

O crescimento da produção e acesso à tecnologia pelo homem do campo, de acordo com a revista, estavam intimamente ligadas às melhorias nas condições de acesso viário, que foram relatadas na reportagem “Obras Rodoviárias” da edição nº 9 de 1972:

No biênio 71/72, o Governo Estadual implantou 181 km de novas estradas no Oeste e melhorou centenas de km de outras. As novas implantações são: Romelândia – Anchieta, com 22km; São José do Cedro - Palma Sola, com 42km; Fachinal dos Guedes – Rio Irani, com 15 km; São Lourenço do Oeste – Galvão – São Domingos – Bom Jesus (Xanxerê), com 80km e Descanso – Belmonte – Santa Helena, com 22 km. Agora, Chapecó também ganha um novo trecho de estrada nova, trata-se do acesso BR 282 a Chapecó, com 8.800 metros. [...] O problema rodoviário não passa

esquecido ao Governo e aí estão medidas eficazes para melhor servir o Oeste. (CELEIRO CATARINENSE, 1972, p. ([s.p]).

A chegada da energia elétrica no campo foi assunto em 1970, na matéria “Eletrificação rural a um passo. Será um bom negócio?”, o redator apesar de admitir a necessidade de eletrificação, levanta algumas preocupações referentes ao custo desse investimento. Abaixo:

A opinião pública está, hoje, convencida da necessidade de se implantar a eletrificação rural no país. Tal consciência se tornou ainda mais aguda depois da promulgação do Estatuto da Terra e da criação do Instituto Nacional da Reforma Agrária (INDA)[...]. Essas medidas deram um novo impulso às nascentes iniciativas no setor e um balanço de cinco anos de atividades ininterruptas mostra resultados positivos [...]. Entretanto, é preciso não esquecer que ainda há muito que fazer e sobretudo a corrigir. E é a hora de nos perguntar se na verdade empregamos bem o nosso escasso dinheiro, gerando estímulos reais ao desenvolvimento econômico do meio rural, ou se estamos maltratando, levando energia apenas para “iluminar” o campo e proporcionar comodidades e conforto a algumas propriedades de certas regiões privilegiadas.(CELEIRO CATARINENSE, 1970, p.17)

O que observamos, pela análise da Figura 9, é a visão aérea de uma cidade que está se verticalizando e se organizando linearmente, seguindo o modelo urbano de grandes centros. Ainda, a opção de padronização na organização da cidade de Chapecó é bem vista tanto pelas revistas quanto pela opinião pública, pois reflete a chegada da “modernidade e do progresso”, como se ambos dependessem dessa configuração espacial. Outra inferência é a de que características próprias de relevo, por exemplo, são suprimidas pela necessidade de linearização das construções e vias. Novamente, notamos o tecnicismo superando a natureza, em prol de uma consciência coletiva de progresso.¹⁴

2.1.3 O “novo” homem do campo

Nesse subtópico será feita a interligação dos tópicos anteriores, utilizando como enredo os discursos midiáticos que tentaram criar um modelo ideal de homem do campo e de produção agrícola. Antes de iniciarmos o debate da abordagem da revista propriamente dita, é interessante pensarmos a concepção que transitava na figura do que deveria ser e do que era o homem do campo, ou melhor, a família camponesa. Partindo para uma concepção teórica, LOHN (2004), refez o caminho pós revolução industrial para situar o lugar social do homem do campo catarinense, quando este afirmou:

¹⁴ Essa análise, demonstrada com mapa da região central de Chapecó, na segunda metade da década de 1970, pode ser observada também no artigo “Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó” (SILVA et al, 2018, p. 181-214)

Em Santa Catarina, após a Segunda Guerra Mundial, essas representações também começaram a ser estendidas para o campo, para o meio rural. Era uma época em que, mais do que nunca, a crença moderna a respeito da subjugação da natureza, da superação dos limites naturais pela vontade criativa do homem foi difundida aos quatro cantos, tornando-se uma das mais poderosas imagens do homem moderno (p.42).

Neste ponto, LOHN (2004) defende a ideia de que os ímpetus da Revolução Industrial e do poder modificador da natureza pelo homem, à seu serviço, foram propalados por todo o mundo, chegando também às casas do agricultor catarinense, que se viu envolto pelo “ritmo do capitalismo industrial” (p.42). O homem do campo catarinense foi então considerado atrasado, um Jeca Tatu, na analogia literária de LOHN (2004), necessitando da intervenção estatal, em diferentes fases, seja pela vinda de imigrantes europeus, programas pedagógicos e, já na década de 1950, intervenção estatal direta, culminando em programas de extensão rural, dos quais tratamos em capítulo anterior.

Prosseguindo a discussão, visitaremos o artigo de SEYFERT(1992), que não tem como recorte de estudo colonos do Oeste catarinense, mas sim do leste e litoral, porém, consideramos sua análise também plausível, tendo em vista que compartilhamos de similares processos de colonização – não esquecendo que o litoral teve seus processos de inserção capitalista mais acelerados, por questões territoriais e de governança.

Apesar de sermos breves no debate deste estudo, e ao contrário de SEYFERT (1992), não fazemos categorizações entre ‘colono-forte’, ‘colono-fraco’ e ‘colono-operário’ por exemplo, utilizaremos de uma ideia central da autora que pode ser extraída do excerto:

Os colonos se identificam por oposição aos assalariados como patrões de si mesmos, livres, exercendo uma atividade árdua com dedicação e produzindo para alimentar a humanidade; mas também se opõem a uma outra classe de cidadãos, avaliados negativamente porque são considerados proprietários moralmente ilegítimos de terras que mantêm incultas.

Uma das marcas da identidade social, portanto, é a legitimidade da posse da terra por uma classe que se considera capaz de produzir por causa das suas qualidades morais e do seu saber tradicional. A compra de terras por pessoas alheias ao meio rural aparece como ameaça diante da situação fundiária local, que leva ao assalariamento da maioria dos filhos dos camponeses, pela extrema valorização da propriedade[...] O mito do apego à terra tem sido acionado para distinguir os colonos dos cidadãos, mas a identidade desse campesinato tem como suportes fundamentais o pioneirismo dos antepassados, a propriedade privada da terra, o trabalho familiar e a policultura (SEYFERT, 1992, p.76).

Ou seja, após ter feito entrevistas e analisado algumas comunidades, a autora chega à ideia de que os colonos proprietários tem uma visão orgulhosa de si mesmo, pois têm a consciência de que seu trabalho alimenta a humanidade, não interpretando seu labor como

simples fonte de renda, de encontro à consciência da mão de obra assalariada não-proprietária, por exemplo.

Ao identificarmos esse entendimento, que também pairava no Oeste catarinense, podemos conectar o orgulho do agricultor de cultivar a terra, em certa medida, ao desempenho das políticas extensionistas e governamentais em tornar esta região celeiro de Santa Catarina. Porque já havendo uma mão-de-obra qualificada e proprietária no campo, o modelo privado e cooperativista que seguiu, encontrou menos barreiras para prosperar, e ainda, indo um pouco mais longe, podemos supor que esse modo de produção para o mercado já encontrou algumas redes de comércio e abastecimento pré-estabelecidas, criadas pelos próprios colonos.

Feita esta síntese, relembramos um recorte que selecionamos da Revista Celeiro Catarinense, que já foi incluída nessa dissertação na página XX, há referência a matéria intitulada “Não Reclame Produza” (CELEIRO CATARINENSE, 1973,p[16]), onde o redator sustenta a posição de que há saída garantida para o produto agrícola, seja no mercado interno com a política de preços do governo ou no mercado externo.

Essa noção de que não se pode reclamar, pois há uma base de sustentação para a atividade agrícola, além de induzir o agricultor a cobrar a si mesmo, enaltece o trabalho do governo e exprime em certa medida a posição da mídia em relação ao produto do trabalho agrícola e a própria consciência do que era o colono nessa década de 1970, ou seja, um trabalhador “protegido” por políticas públicas, tendo “somente” que bem trabalhar sua terra.

2.2 RECORTES DE OUTRAS MÍDIAS: FOLHA D'OESTE, REVISTA DO SUL E BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO

A escolha por abordar separadamente distintos meios midiáticos é justificada pelo fato de termos optado por seccionar a Revista Celeiro Catarinense, em detrimento de outras fontes. Nessa seção, toda a seleção será abordada sem divisões temáticas, objetivando sempre o entendimento do todo.

A Revista do Sul, que foi fundada em 1945, traz em sua edição de nº 220 várias páginas dedicadas a inauguração do “maior frigorífico avícola da América Latina e um dos maiores do mundo” (REVISTA DO SUL, 1973, p.17). É possível notar o entusiasmo do redator que disse:

Torna-se difícil ao jornalista, por mais experimentado que seja, transmitir aos leitores a grandiosidade do notável empreendimento e o que ele representa para o crescimento econômico de SC e do Brasil. Muito feliz foi então o Ministro da Agricultura, Dr. Cirne Lima, ao definir, com uma simples frase, o que estava presenciando: “tudo isto é fantástico”. De fato, analisando-se o que representa em termos de desenvolvimento no setor agropecuário é que se pode medir o extraordinário alcance do novo complexo

industrial recém-inaugurado, ou seja, a SADIA AVÍCOLA de Chapecó. (REVISTA DO SUL, 1973, p. 18)

Ainda, a despeito da inauguração e com êxtase, declarou o Ministro Cirne Lima:

“Empreendimento como este é a marca do Brasil de hoje, do Governo liderado pelo grande presidente Médici, determinado em encurtar o encontro dos destinos do Brasil que sonhávamos[...] há de se constituir num dos mais brilhantes empreendimentos de transformação de produtos de origem existentes hoje na América Latina, em termos de vulto, em termos de tecnologia, integrado, porque parte desde a utilização dos produtos agrícolas da região, transformados inicialmente em ração, transformados posteriormente em proteína animal da mais alta qualidade, deixando o resíduo da fertilização para a própria área, levando para os centros consumidores e talvez também para o exterior proteína da mais alta capacidade alimentar[...] significa também, através de uma sadia política do Governo do Estado, dentro da linha do Governo Federal, de interiorizar o movimento industrial, implantando aqui na ‘Capital do Oeste’ um núcleo e uma potência desse vulto, gerando emprego”[...]..(REVISTA DO SUL, 1973,p. 18-20)

O discurso e as esperanças do Ministro refletem, em certa medida, uma síntese do significado desse processo agrícola modernizante no Oeste, e mais, espelha a capacidade do discurso político de criar termos e identidades. Nesse caso, o Ministro citou Chapecó como a “Capital do Oeste”, enaltecendo e atribuindo essa missão à cidade, que cumpria seu dever e estava “dentro da linha” (p.18) do Governo Federal.

Alguns dados técnicos sobre o maquinário e capacidade produtiva da SADIA são trazidos ao leitor. Reproduzimos:

O abatedouro está equipado com um sistema de escaldagem que a coloca entre as mais avançadas empresas desse ramo no mundo. Esse conjunto de escaldagem e depenação é o primeiro montado fora dos Estados Unidos. [...] A Sadia Avícola, deverá abater e industrializar ainda este ano cerca de 750 mil perus para o mercado brasileiro. (REVISTA DO SUL, 1973, p. 23)

Sobre propaganda tecnológica comparativa, localizamos na Folha D’Oeste, a reportagem “Mecanização Agrícola e Desenvolvimento Econômico”, nela, por meio de dados do IBGE e do Banco Mundial, o redator fez comparativos da importância da área cultivada, na relação com a renda per capita e a frota de tratores das nações no ano de 1970, como Malásia, Filipinas, Brasil e Estados Unidos. Levando em conta estes índices, países como Estados Unidos, França e Alemanha possuíam alta renda per capita por terem maiores frotas de tratores. Com esse argumento estatístico simplista, o jornal justifica a urgente necessidade da mecanização no campo. (FOLHA D’OESTE, 1978, p. 6).

Retornando ao ano de 1973, temos no Boletim Oficial do Município de Chapecó, a publicação do Projeto Chapecoense de Desenvolvimento (PCD), na gestão do Prefeito Altair Wagner, sendo mais um plano alinhado aos estaduais e federais, corroborando novamente com

a “linha” de desenvolvimento do Governo Federal. Neste projeto há vários programas gerais, que são divididos em subprogramas. Há por exemplo, o de saneamento básico, que se dividirá em outros 7 subprogramas. O programa para a Agricultura trouxe os seguintes pontos:

Subprograma 01 Fundo Mecanização Agrícola: pretende-se repassar a minicooperativas de agricultores parcela dos financiamentos de maquinário agropecuário que atenda interesses de grupos vicinais com alto espírito comunitário.

Subprograma 02 Incremento ao atendimento de campo: deseja-se triplicar o atendimento de agrônomos e veterinários de campo, tendo-se em vista a necessidade de alcançar-se os índices de produtividade preconizados para o período.

Subprograma 03 Horto florestal e Jardim Botânico: Implantar-se-ão ambos os campos experimentais como estímulo ao estudo e a pesquisa das essências vegetais e dos tipos zoológicos adaptáveis a região.

Subprograma 04 Combate Intensivo a saúva: Pretende-se minorar a afluência da saúva, a fim de obter-se maior produtividade na colheita. (BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO, 1973, p. 4-5)

O Boletim do Município de 1976, ano dos 59º aniversários do município de Chapecó, traz mais de 2 páginas dedicadas aos louros colhidos pelo então prefeito Altair Wagner, e o seu PCD. Nesse texto, temos novamente a incidência do termo “Celeiro Catarinense” e um panorama da produção agropecuária da cidade, como recortamos abaixo:

Localizado em pleno “Celeiro Catarinense” como é conhecido o Oeste do Estado, o município de Chapecó destaca-se economicamente entre os municípios catarinenses graças a sua pujante agricultura, pecuária e agroindústria. Com uma área de 1.015 km² produz anualmente 1.500.000 sacas de milho, 400.000 sacas de soja e 150.000 sacas de feijão. O município tem um efetivo de 105.000 cabeças de suínos, destacando-se como segundo município brasileiro em reprodutores do *Pigbook* do Brasil. Tem igualmente um efetivo de aves superior a 3.000.000 de cabeças [...], tem também 32.500 cabeças de bovinos. A estrutura agrária do município caracteriza-se pelo minifúndio, pois 71,9 por cento das propriedades rurais possuem área inferior a 25 hectares.[...] Chapecó festeja hoje a data de sua emancipação política animada com seu próprio progresso e com as perspectivas de desenvolvimento e progresso que tem como cidade do futuro. (BOLETIM DO MUNICÍPIO, 1976, p. 4- 5)

Neste subcapítulo apresentamos recortes de diversas mídias que adicionaram os elementos que nos propiciam compreender o discurso propalado pelas elites da época, e ainda, a sua forma de entendimento do conceito de progresso e o que era necessário ao sucesso da agricultura e quiçá da economia nacional. Um adendo é necessário, até o momento a questão da transformação da paisagem e mesmo a forma como a conservação dos recursos era entendida na época, por tais mídias, não foi abordada, pois, o próximo capítulo será dedicado a estas questões.

3 A QUESTÃO AMBIENTAL NA MÍDIA IMPRESSA DO CELEIRO CATARINENSE: CRÍTICA *VERSUS* ENALTECIMENTO

Este capítulo está centralizado em entender como as questões ambientais foram assimiladas pela imprensa local na construção do Celeiro Catarinense. Será demonstrado que, ao mesmo tempo em que havia um sentimento de êxtase em relação à modernização agrícola, por outro lado, existiu uma preocupação e até mesmo uma crítica ao impacto da modernização, como questionamentos aos benefícios do uso de defensivos agrícolas, por exemplo.

Em outra corrente, o advento da modernização fez surgir desconfiança em relação aos usos tradicionais do solo, e até mesmo uma responsabilização pelos seus danos, como a erosão, devido ao manejo humano. Num segundo momento, o êxodo rural será tratado como sendo um resultado, ou acelerado pela modernização agrícola, – que apartou a parcela da mão-de-obra rural que não teve acesso à terra –, ou mesmo àquela que buscou outras oportunidades de vida.

Para consolidar essa compreensão sobre o uso dos recursos naturais pelo homem/mulheres, um resgate, ainda que breve, sobre as origens do pensamento ambiental no Brasil será realizado, com o objetivo de fornecer elementos que possam ser aplicados à análise do Oeste catarinense, atrelada à modernização da agricultura e as políticas executadas nessa região.

3.1 COMPREENDENDO O SURGIMENTO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Neste tópico, será realizada uma breve abordagem sobre as preocupações ambientais no pensamento brasileiro, ainda que de forma limitada, já que nos ateremos ao século XVIII e XIX, quando do texto de PÁDUA(2002), e ainda a interpretação dos anseios de uma elite, da qual fazia parte José Bonifácio de Andrada e Silva.

Apesar de sintética, a justificativa para essa retomada se dá em nossa necessidade de tentativa de um entendimento mais amplo da história do Celeiro Catarinense. Para tal, discutiremos especialmente trechos do artigo de Haruf Salmen Espindola (2012) e José Augusto Pádua, “Um sopro de destruição” (2002).

Haruf Salmen Espindola, em seu artigo “Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental (2012), nos apresenta possibilidades de narrativas na história ambiental, com base nos estudos históricos já produzidos, na tentativa de formar outras vias e interpretações. Ele afirma:

O narrador pode redefinir os eventos do passado e da natureza, a fim de que se ajustem às exigências de seu enredo. O historiador não apenas constrói narrativa, mas lida com

narrativas que são continuamente atualizadas por seus narradores. A narrativa realiza uma memória e reorganiza o passado, com importantes implicações na construção da unidade na multiplicidade. Portanto, a narrativa que prevalece sobre outras constitui trunfo do poder: é um passado que se fez presente em muitos esquecidos[...] Entretanto, cabe ao historiador não se deixar seduzir pela narrativa, especialmente se ela foi produzida com um enredo que atores, propositadamente, queriam deixar para a posteridade.(ESPINDOLA, 2002, p.174)

ESPINDOLA (2012) contrapõe a essa geografia outra que trata não do Estado, mas do poder ou dos poderes, porque o “fato político não está inteiramente refugiado no Estado” (ESPINDOLA, 2012, p. 183). ESPINDOLA (2012), irá tratar da territorialização, com base nos estudos de Claude Raffestin. Para Espindola, o impacto ambiental advém de quando grupos humanos ocupam e identificam recursos em territórios, e a partir deste reconhecimento, repetem ciclos produtivos. Nesse caso, o autor afirma que “a valorização do espaço e das matérias que formam seu conteúdo liga-se à relação que os grupos humanos mantêm com elas, ou seja, com as propriedades “inventadas” (ESPINDOLA,2012, p.184). Ainda que:

Isso nos remete ao descolamento entre a “consciência ambiental” e a atitude quando o autor se depara com a situação concreta do aproveitamento dos recursos[...] A presença humana numa determinada porção da terra, por mais “primitivo” que seja o estágio técnico, sempre afeta a natureza ao converter matéria em recurso [...] É a presença humana que produz a configuração do território, por meio de processos sociais que reforçam e conservam determinada organização territorial.(ESPINDOLA, 2012,p,184-5)

O autor ainda apresenta, com base em Raffestin, os conceitos de relações humanas com os recursos naturais, que seriam o exploracionismo, preservacionismo e conservacionismo. Quando aborda o exploracionismo, afirma que essa lógica é a de utilizar os recursos com base em preços de mercado, sem a preocupação com o futuro. Já o preservacionismo ambiciona manter praticamente intocado o meio, conflitando com a vontade de crescimento. Por fim, traz o conservacionismo, que seria um meio termo entre os dois conceitos anteriores, pois admite ser possível explorar os recursos naturais, desde que com planejamento, visando o bem comum e sem desperdício, protegendo o meio ambiente (ESPINDOLA, 2012).

Continuando na seara do pensamento sobre os usos do território, José Augusto Pádua, buscando encontrar crítica ambiental no pensamento social brasileiro, durante os séculos XVIII e XIX, utilizou de obras literárias, discursos e livros publicados, provenientes destas personalidades, acadêmicas ou políticas, que de alguma forma, ligadas à grupos ou não, e em diferentes períodos e estados brasileiros, incluíram a preocupação ambiental em seus escritos, em maior ou menor grau. Sobre a motivação deste estudo, afirma Pádua:

Este livro procura reconstituir, de maneira crítica e abrangente, um capítulo praticamente esquecido na história do pensamento social brasileiro: a existência de uma reflexo profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural por parte de pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888, muito antes do que convencionalmente se imagina como sendo o momento de origem deste tipo de debate. (p.10)

Pádua (2002), também atenta ao caráter da preocupação ambiental com o qual ele se deparou, que como ele afirmou: “não defendia o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco[...], mas sim devido à sua importância para a construção nacional (p.13), constatando que esse interesse de defesa do meio natural estava atrelado aos interesses econômicos e políticos mais do que aos estéticos ou éticos por exemplo. Nosso objetivo ao ler esta obra é identificar exatamente a natureza dessa preocupação, e como, um século depois, ela se manteve ou alterou-se (PADUA, 2002).

Como “fundador da crítica sistemática da destruição ambiental no Brasil” (PÁDUA, 2002, p.14), o autor afirma que este foi José Bonifácio de Andrada e Silva, influenciado pelo iluminismo e progressismo europeu, advindo de seus estudos na Universidade de Coimbra. Pádua fez densa análise da trajetória, motivações e escritos de José Bonifácio, como a crítica do excerto abaixo:

“Miserável estado em que se acham os rios Tietê e Tamanduataí, sem margens, nem leitos fixos, sangrados em toda parte por sarjetas, que formaram lagos e paues que inundam esta bela planície. E o que é mais para lastimar é que quase todos esses males não são obra da natureza, mas sim o resultado da ignorância dos que não quiseram melhorar o curso desses rios”. (BONIFÁCIO *apud* PÁDUA, 2002, p. 144).

Neste caso, Pádua afirmou que Bonifácio estava criticando a “intervenção malfeita e destruidora” (p.144), nos rios Tietê e Tamanduataí. (PÁDUA,2002). A utilidade de termos tratado desta obra, ainda que muito sucintamente, se dá em possuímos elementos que contemplem a história da crítica ambiental no Brasil, para que assim possamos avançar em outros debates.

A busca de Pádua, por elementos da crítica ambiental no passado, conversa com nosso objetivo neste capítulo, que é o de, através da análise de textos de opinião do passado, localizar elementos que nos permitam construir um cenário, ainda que incompleto, sobre o funcionamento do Celeiro Catarinense, considerando a preocupação ambiental e a sua mutabilidade ao longo do tempo.

A partir dessas análises que apresentamos e conceitualização de exploracionismo, preservacionismo e conservacionismo, podemos entender em qual desses três conceitos se encaixa ou se aproxima os discursos que traremos das revistas, e assim, podemos ter mais esse

recurso interpretativo, que formaram o Celeiro Catarinense.

Após introduzirmos este debate, avançaremos em alguns conceitos na próxima seção, ainda que já abordados em outros capítulos, como o de Revolução Verde e êxodo rural, por exemplo.

3.1.1 O Oeste Catarinense: Mecanização e Meio Ambiente

Como relacionar as obras de Pádua (2002) e Espíndola (2012), que tratam de concepções gerais sobre os processos de compreensão e intervenção humana no uso dos recursos naturais, com o que ocorria no Oeste de Santa Catarina? É essa a questão que motivará esse subtópico. Aqui faremos uma aproximação do que acontecia mundialmente, para interpretarmos os processos locais.

De início, é essencial lembrarmos o que foi a Revolução Verde, apesar de já termos abordado esse tema, quando tratamos da AIA e da extensão rural em Santa Catarina. Dessa vez, o viés de nossa abordagem será, assim como Pádua (2002) e Espíndola (2012) refletiram, o caráter da intervenção humana nesse novo momento histórico, que foi a Revolução Verde.

De acordo com PONTING (1995), a “Revolução Verde era alardeada como a solução para o problema da falta de alimento suficiente para sustentar a então população crescente do Terceiro Mundo” (p. 406), ou seja, esse preceito que teve início com experimentos de incremento de produtividade no México, com o trigo, e com o arroz nas Filipinas, na década de 1940 foram disseminadas como uma solução para os países de Terceiro Mundo. No pacote para garantir boas colheitas estava o uso intensivo da terra, de fertilizantes químicos e a seleção de sementes (PONTING,1995). Este autor afirmou:

O efeito combinado da “Revolução Verde”, a extensão das áreas cultivadas e o uso de mais aditivos artificiais aumentaram a produção de alimentos no Terceiro Mundo – entre 30 e 35 por cento, dependendo da região, somente entre 1960 e meados dos anos 1970. O problema foi que os lucros se distribuíram desigualmente e de forma inadequada para enfrentar uma população mais crescente (PONTING, 1995, p.407)

Nota-se que PONTING (1995), utiliza do termo “Revolução Verde” sempre entre aspas, pois este pesquisador considera que os efeitos deste período para a população do Terceiro Mundo “na prática, foi desastroso” (p.406). Isto porque, a dependência de fertilizantes para garantir a produção e a concorrência, teve seu acesso limitado por “aqueles fazendeiros que podiam dar-se ao luxo de investimentos mais elevados” (p.406), causando uma concentração de terras, o que acarretou uma massa de trabalhadores empobrecidos e sem-terra.

Crítica consoante à de PONTING (1995), pode ser compreendida na leitura de PICADO (2014), quando este historiador, na conclusão de seu estudo semântico do termo “Revolução Verde”, afirma que para seus críticos mais ferozes está menos como um símbolo de abundância quanto para uma “caixa de pandora” (p.47). Nesse sentido, abordamos o “fracasso” da Revolução Verde para PONTING (1995) em seus aspectos de distribuição de terras e renda, porém, vejamos em relação ao impacto ambiental:

O aumento gigantesco da quantidade de terras cultivadas (pelo menos dois bilhões de acres nos últimos 130 anos), a extensão de terras de pasto em novas regiões e a intensificação da agricultura, tudo isso junto levou a uma perda maciça dos ecossistemas naturais nos últimos dois séculos, que foram destruídos através dos desmatamentos, a destruição através do arado das terras de pasto, a extensão das áreas cultivadas avançando por terrenos marginais e os desmoronamentos com o consequente aumento da erosão do solo, a degradação da terra e, em muitas regiões, a extensão dos desertos. Essas agressões conjuntas ao meio ambiente alcançaram atualmente o ponto em que mais terras aráveis estão perdidas para o cultivo do que recuperadas para a produção (PONTING, 1995, p. 411).

PONTING (1995), avança temporalmente em sua crítica a degradação ambiental relativa às inovações produtivas que marcaram a Revolução Verde, tratando das florestas tropicais na década de 1970:

Devido à natureza frágil do ecossistema, a destruição das florestas tropicais oferece somente uma solução a curto prazo para o problema da descoberta de mais terras para a agricultura [...]. A terra é frequentemente desmatada pelos pequenos fazendeiros, que são encorajados a estabelecerem-se nas regiões das florestas para reduzir a pressão pela reforma agrária em regiões colonizadas [...] – quase todas as fazendas estabelecidas na região do Amazonas antes de 1978 tiveram que ser abandonadas na década de 1980. Esse é um exemplo muito expressivo de como um ecossistema naturalmente produtivo pode rapidamente ser transformado em terras improdutivas, artificiais (PONTING, 1995, p.415-16).

É essa interpretação de PONTING (1995) de que a Revolução Verde não serviu a todos e de que cada vez mais foi necessário expandir as terras cultiváveis, que dialogaremos com um recorte que selecionamos da Revista Ceileiro Catarinense (1972). Este episódio retrata um momento da sociedade catarinense, mais precisamente a que vivia no interior e no Oeste deste estado na década de 1970. O fato que abordaremos é o de um processo migratório que ocorreu na década de 1970, movendo catarinenses saídos de Chapecó rumo ao bioma Amazônico, motivados pelo sonho de enriquecimento e solos férteis, que foram prometidos pelo INCRA (Instituto Nacional da Reforma Agrária), ao longo da rodovia Transamazônica.

A matéria que nos dedicaremos a analisar é intitulada “Amazônia, a nova esperança” (CELEIRO CATARINENSE, 1972, p. [21]). Replicamos abaixo a página na íntegra, sendo

possível acompanhar o momento em que os migrantes embarcam no ônibus:

Figura 11 - Amazônia, a nova esperança

Amazônia, a nova esperança

Iniciada a migração de catarinenses para habitar a Amazônia. Quando os dois ônibus da Reunidas se perfilaram para receber os primeiros colonos em Chapecó, as emoções incontidas de amigos e parentes dos que iam partir contagiaram a todos que assistiam ao primeiro embarque para a Amazônia. Alguns nervosos, outros alegres, porém todos denunciavam incerteza ao embarcarem rumo ao desconhecido. Mas a ajuda oficial, de um salário mínimo durante 6 meses, dava-lhes alento para a grande viagem.

Quase todos os migrantes não possuem terras e ao subirem das facilidades de se tornarem proprietários na Amazônia, lhes dá alento e principalmente perspectivas melhores para o futuro.

Os minifúndios generalizados, tanto no norte do Rio Grande do Sul, como no Oeste Catarinense têm desestimulado a expansão e em consequência, desestimulado as terras, sem proporcionar recursos a que se faça a adubação adequada. Empobrecer a terra, empobrecer o homem e o desespero, incatunesti, sobreveio.

A coragem para a aventura na Amazônia não exige maior desprendimento do que a insegurança dos minifúndios das terras catarinenses. Dizem: É melhor a incerteza de adaptação do que a certeza de trabalhar maluco para ficar mais pobre.

De Chapecó, centenas de famílias inscrevem-se para ir para a Amazônia. Muitas famílias do Oeste vêm a Chapecó em busca de uma oportunidade. Para habilitar-se são necessários 500 pontos, obtidos mediante testes que o INCRA faz, enfocando a capacidade de trabalho, número de filhos, estado de saúde, e outros.

No primeiro embarque, 15 famílias seguiram, num total de 98 pessoas. Dia 19 mais 7 famílias, com 39 pessoas embarcaram em Chapecó. Dia 24, 13 famílias, 71 pessoas; dia 25, 29 famílias com 92 pessoas e para dia 29 mais 15 famílias com 98 pessoas.

O Projeto Altamira, com orientação oficial, visa a ocupação da Amazônia e, de todo o País afluem milhares de famílias para lá. De Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Nordeste,



uns por terra, outros por sofisticados e modernos aviões a jato, outros em painis de araras, chegam a Altamira, onde o INCRA orienta a gigantesca ação na ocupação da maior floresta do mundo: Amazônia.

Uma epopéia, sem dúvida, que virá realizar sonhos de muitos.

Muitos reveses, muito trabalho deverá ser enfrentado, mas o «inferno Verde» se transformará em jardim para a alegria dos verdadeiros brasileiros.

É a seguinte a relação dos que já embarcaram com destino a Altamira, na Amazônia:

Joaquim da Costa, Luiz Alêm Matt, Atílio Guilherme Balistello, Flor Elário Guardia, Nivaldo Alves dos Santos, Norberto Follmeier, Luiz Guardia Neto, Romildo Gazaniga de Oliveira, Jairo Alves Cardoso, Arno José Back, Egdito Orlandi, Honório Bonafé, Orivaldo Gazaniga de Oliveira, Orestes Nardes, José Zaulito, Ezeiel Dulke, José Feldkircher, Nazario Leverageini, Arno Herbert Watermann, Ademar Peres da Silva, Antonio Rosa, Nedo Cemin, Irio Braguini, Erasmo Braguini, Marcelino Medeiros Fagundes, José Rositrolin, Genézio de Oliveira, Osvaldo Bavaresco, Domingos Bressan, Eurídes Bressan, Vazolinô Risol, Orestes Cúmara, Ledovino A. Picagna, Ivo Luzzi, Francisco H. Sieve, Augusto Sieve, Bernardo Sieve Filho, Henrique Sieve, José Sieve, Ari Fantina, Albano Vorizman, Antonio Rochenback, Arnildo Olsenburg, Nestor Moraes, Luiz Pesente, Laurindo Patrício Brugnera, Danilo Zatera, Nelson Meir, todos casados e com família.

O total de pessoas embarcadas em Chapecó soma 250.

FONTE: **Revista Celeiro Catarinense**, Chapecó: n. 9, p. [21], outubro. 1972

A imagem que selecionamos tem uma característica oculta, que escolhemos refletir. Quais eram as posses e o qual o tamanho da necessidade de migrar dessas famílias, em que toda sua vida coube dentro de uma mala, já que essa era a capacidade comportada pelo ônibus que os levaria? Com certeza a relação entre posses e necessidade de migrar, nesse caso era inversamente proporcional, conforme constataremos. Segue um trecho:

Iniciada a migração de catarinenses para habitar a Amazônia. Quando os dois ônibus da Reunidas se perfilaram para receber os primeiros colonos em Chapecó, as emoções incontidas de amigos e parentes dos que iam partir contagiaram a todos que assistiam ao primeiro embarque para a Amazônia. Alguns nervosos, outros alegres, porém, todos denunciavam incerteza ao embarcarem rumo ao desconhecido. Mas a ajuda oficial, de um salário mínimo durante 6 meses, dava-lhes alento para a grande viagem. (CELEIRO CATARINENSE, 1972, p. [21])

De acordo com a revista, o principal elemento desse ato de coragem eram as poucas perspectivas em relação aos minifúndios do Oeste catarinense, onde havia um pensamento comum de que “é melhor a incerteza de adaptação do que a certeza de trabalhar muito para ficar mais pobre” (p. [21]). Ou seja, o perfil de quem embarcava pode ser descrito basicamente por não possuidores de terras e empregados dos minifúndios da região - consoante com a ideia de PONTING (1995), de que a parcela apartada da modernização proveniente da Revolução Verde, teve que buscar outras formas de sobreviver.

Para fazer parte do programa do INCRA, cada família deveria obter 500 pontos, numa soma que verificava idade, número de filhos e condições de saúde por exemplo. Os dados levantados pela revista naquele período foram os que seguem:

No primeiro embarque, 15 famílias seguiram, num total de 98 pessoas. Dia 19 mais 7 famílias, com 29 pessoas embarcarão em Chapecó. Dia 24, 13 famílias, 71 pessoas; dia 6, 20 famílias com 92 pessoas e para dia 29 mais 15 famílias com 98 pessoas. (CELEIRO CATARINENSE, 1972, p. [21]).

No total, se considerarmos esses dados, temos 388 pessoas saídas do Oeste catarinense que migraram para a Amazônia no ano de 1972, ponderando esse número em relação à população rural total do município de Chapecó na década de 1970, que era de 29.590 habitantes (IBGE,2010), temos que essa migração representou menos de 2% desse núcleo. Numericamente falando, o valor pode ser pouco expressivo, porém não o é se o consideramos em seus aspectos sociais e o caráter da motivação deste movimento.

Cabe lembrar que a referida matéria ocupa uma página desta revista, e não esmiúça detalhes do programa, mas sim, é entusiasta do “desbravamento” daquilo que chama de “Inferno Verde” (CELEIRO CATARINENSE, 1972, p. [21]), cheio de riquezas e possibilidades. Ao pesquisarmos e nos depararmos com outros estudos, identificamos que essa leva de migrantes foi contemplada por um Projeto Integrado de Colonização (PIC), que foi formulado pelo INCRA, e possuía três frentes, a de Marabá, Altamira e Indaiatuba, os catarinenses estavam inscritos na frente de Altamira, que foi responsável por 57% (CONTINI, 1976, p.149) dos assentamentos de famílias entre as três cidades receptoras (PEREIRA, 2013).

De acordo com Contini, (1976):

Todo o processo de seleção esteve orientado por uma restrição: dar preferência a agricultores do Nordeste. O "Projeto Altamira I" previa que 75% dos parceiros deveriam ser constituídos por nordestinos e 25% das demais regiões brasileiras. As áreas com maior capacidade de expulsão e problemas de tensão social deveriam contribuir com maior percentual. (CONTINI, 1976, p.144)

Havia então uma preferência por agricultores do Nordeste, em especial de áreas com excedente populacional, pois entendia-se que estes teriam nas terras de bioma Amazônia uma possibilidade de sobrevivência frente às secas frequentes que enfrentavam. Em relação a porção de 25% de outros estados brasileiros, havia um ideário de que os agricultores do Centro-Sul saberiam demonstrar como cultivar o solo com técnicas modernas, e assim os do Nordeste teriam a possibilidades de aprendizagem (PEREIRA,2013).

O projeto de colonizar às margens da rodovia Transamazônica é findado em meados de 1979, devido a conflitos em relação às terras devolutas e com grandes fazendeiros da região. Pereira (2013) conclui que os colonos que ocupavam estas terras não foram expropriados, porém, sem apoio do governo e empobrecidos “viram-se obrigadas a abandonar os seus lotes ou vender para outros migrantes em melhores condições econômicas”(p. 12), acirrando a luta pela terra e o debate agrário no país. Para Hébette (2004):

Seria injusto atribuir ao INCRA a origem de todas as frustrações. Muitos dos fracassos registrados se devem mais à política agrícola global do Estado, à marginalização generalizada da pequena produção de alimentos, à pressão dos objetivos de Segurança Nacional. (HÉBETTE, 2004, p.284)

Ou seja, apesar do número de migrantes ter sido pequeno e da duração ter sido menos que uma década, o fenômeno que esse movimento significa nos revela um momento não só da história nacional como global, conforme demonstramos com a rápida revisão dos escritos de PONTING (1995).

Ainda, os migrantes catarinenses podem ser incluídos na categoria de “gaúchos”, conforme documento do IPEA, de 1999:

É daí que virão os chamados “gaúchos”, fundamentais na ocupação da Transamazônica e que vitalizaram as áreas rurais do Norte do país durante os anos 70 e 80, transformando-as em zonas de crescimento da população rural. O saldo migratório líquido regional do Norte é positivo neste período e a população rural ganha entre 1960 e 1980 um total de 1,2 milhão de pessoas. (CAMARANO, ABRAMOVAY,1999, p. 11)

Ou seja, segundo a análise de CAMARANO e ABRAMOVAY (1999), ao contrário de outras regiões do país, o que podemos inferir é que a modernização agrícola teve efeito positivo sobre o saldo migratório da região Norte, atraindo migrantes do Sul. É inevitável, não levar em consideração os impactos ambientais que essa vultosa quantidade de migrantes pode ter refletido nessa nova ocupação. Para visualização, abaixo uma tabela elaborada por estes mesmos autores, que demonstra o total da população rural e o quanto esse número representa na população total do Brasil, ainda, as taxas de crescimento dessa população iniciando na

década de 1950 até o ano de 1996:

Tabela 6 - População Rural no Brasil

Ano	Total da População Rural	Participação da População Rural no Total da População	Taxa de Crescimento (%)
1950	38.291.775	63,8	0,12
1960	38.767.423	54,6	0,57
1970	41.054.053	44,1	-0,64
1980	38.509.893	32,4	-0,81
1991	35.213.268	24,5	-0,77
1996	33.879.211	22,0	-----

Fonte: CAMARANO, ABRAMOVAY,1999, p.3.

Na análise da Tabela 6, notamos que há uma virada nacional na década de 1970, quando o total da população no campo varia mais de 10 pontos percentuais em relação à década anterior, sendo que essa tendência persiste até o ano de 1991, quando notamos uma estabilização da população no campo, segundo os dados dos autores.

Antes de prosseguirmos no tema do êxodo rural, uma síntese de HOFFMANN(1989), que vai ao encontro de nossas análises até o momento, sobre as razões deste movimento migratório, está contida no documento institucional do CEPA/SC - Instituto de Planejamento e economia Agrícola de Santa Catarina, intitulado “Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste de Santa Catarina”(2003):

O sucesso da “modernização da agricultura” no aumento da produção e da produtividade agrícola foi acompanhado de impactos negativos, tanto do ponto de vista social quanto ambiental. Se, de um lado, ela contribuiu para a elevação da renda média e redução da pobreza absoluta, por outro, ao privilegiar determinadas regiões, produtos mais dinâmicos (principalmente de exportação) e agricultores mais capitalizados, associou-se fortemente ao aumento de desigualdade distributiva, estando, assim, relacionada com o aumento das disparidades de renda, com a intensificação do êxodo rural e com a deterioração da qualidade de vida da população trabalhadora do campo.(SILVA *et al*, 2003, p.8)

Depois de analisarmos esse episódio específico sobre a ida de migrantes catarinenses saídos de Chapecó para a Amazônia, e os relacionarmos com os fluxos nacionais de migração, atrelados aos efeitos da modernização agrícola e das políticas governamentais, somos capazes de perceber uma fusão complexa com o objetivo de nossa pesquisa. Tais temas não podem ser fragmentados, pois vão se complementando à medida que são apresentados. Na próxima seção,

continuaremos apresentando alguns recortes das mídias que nos propomos a estudar, buscando ainda, questões ambientais.

3.2 RECORTES DAS MÍDIAS: EM BUSCA DE TEMAS AMBIENTAIS

Considerando que na seção anterior relacionamos o êxodo de migrantes catarinenses com as tendências nacionais de migração, atreladas a concepções ambientais e a aos efeitos da Revolução Verde e sua propagação no Brasil. Nesta seção apresentaremos preocupações em relação ao solo. Também selecionamos textos que trazem reflexões em relação ao rápido avanço da modernização, proferidas ainda naquela década de 1970, as quais entendemos indispensáveis na formação deste trabalho.

Na edição de maio/junho de 1970, na “Revista Celeiro Catarinense”, temos uma matéria intitulada: “Santa Catarina lança campanha de conservação do solo” (p.8), de autoria do Comitê Central de Conservação do Solo de Chapecó. Nela identificamos uma preocupação em relação a erosão do solo, que poderia limitar o seu nível de produtividade, podemos ler:

Se por um lado o solo é fértil, resultando em fartas produções, por outro, possui topografia acidentada, que facilita a erosão através das chuvas constantes que levam a camada fértil do solo para o Rio Uruguai. A erosão numa região produtora e rica como esta, facultada em todos os sentidos pela topografia acidentada, tem condições excepcionais para transformá-la numa região estéril e pobre. A situação vigente, motivou aos engenheiros agrônomos da ACARESC, Ministério e Secretaria da Agricultura a lançar o grito de alarme, planejando esquema de trabalho e educando o produtor rural para a adoção de práticas conservacionistas. (REVISTA CELEIRO CATARINENSE, n.4, p.8, 1970)

A Figura 12, que ilustra essa matéria, traz agricultores aprendendo e repassando as técnicas de manejo, a fim de evitar a erosão.

Figura 12 - Santa Catarina lança campanha de conservação do solo



FONTE: **Revista Celeiro Catarinense**, Chapecó: n. 4, p. 8, maio/junho. 1970.

Pautando o tema da conservação dos solos, localizamos no “Jornal Folha d’Oeste” (1974), matéria redigida por engenheiros agrônomos da ACARESC, que trazem alerta e preocupação em relação ao manuseio do solo frente às secas e à erosão. Vejamos:

Se observamos as lavouras do oeste de Santa Catarina veremos que na sua grande maioria elas ainda não possuem um perfeito sistema de conservação do solo. O agricultor, no afã de utilizar palmo a palmo sua propriedade, não protege as áreas agricultáveis da maneira que elas mereçam.

O agricultor “cura” as doenças que a sua terra mais se recente, como acidez e baixa fertilidade, mas não usa os meios profiláticos que a livrarão de seu maior mal, a erosão. A cada chuva que passa, são toneladas de terra, de calcário, de adubo, é o trabalho do agricultor que se vai, tudo porque ele não dispensou alguns dias de trabalho, alguns litros a mais de óleo na proteção de suas terras contra à erosão[...] A conservação do solo feita dentro dos princípios técnicos previne a erosão, conserva a terra produzindo por mais anos, evita a perda de adubo e calcário utilizados, contribuem para o aumento da produtividade agrícola. (FOLHA D’OESTE, 1970, p.10)

Em ambos os veículos de comunicação, ainda que em anos distintos, o zelo em evitar a erosão dos solos se dá pelo mesmo motivo, o de preservar e garantir a continuidade da produção. Ainda, a ACARESC assumia o papel de educar o trabalhador, para que este conseguisse melhores resultados, e para que suas ações não tivessem caráter irreversível sobre o solo, mostrando também a característica conservacionista desta instituição.

Partindo para outro tema correlato, na última edição da “Revista Celeiro Catarinense”

que localizamos, de 1974, há reportagem intitulada “Madeira – Ciclo de Ouro na história de Chapecó” (p.5), nela há uma espécie de história da madeira em Chapecó, que é analisada em três aspectos, que são:

1 - Quando a madeira exuberantemente existente serviu de enriquecimento aos proprietários de extensas áreas, cujos valores apurados na época foram totalmente desviados de aplicação regional. O dinheiro era canalizado para centros maiores, onde somou-se a outras fortunas e talvez continue gerando lucros até hoje.

2 – Surgiu a segunda fase, quando a exploração madeireira teve raízes formadoras da fixação do homem à região, como indústria próspera e quando os lucros eram aplicados aqui mesmo. Nesta segunda fase enquanto o pinheiro era retirado, em seu lugar surgia a lavoura ou a internada.

3 – Na terceira fase, já quando a madeira estaria por desaparecer devido a extinção da espécie, surge o IBDF obrigando o reflorestamento a todos os madeireiros. Novamente por intermédio da madeira, nasce outra atividade empresarial: o reflorestamento.

E futuramente, quando as árvores agora plantadas estiverem desenvolvidas, certamente surgirá uma quarta etapa com o seu aproveitamento industrial. E novas riquezas serão geradas (CELEIRO CATARINENSE, n.12, p. 8, 1974)

Podemos observar que a floresta serviu aos interesses empresariais em todas as três fases exploradas pela reportagem, e que, ainda, há uma indignação do redator, quando observa que os lucros da primeira fase não foram destinados ao desenvolvimento regional. O que podemos destacar, como José Augusto Pádua já houvera observado no pensamento de séculos anteriores, é o de que há uma preocupação com os recursos ambientais, nesse caso florestais, mas atrelados aos interesses de mercado. Trazendo essa interpretação para o nosso século e região, temos o artigo “Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó” (BRANDT et al, 2018), onde há a seguinte passagem:

Quando as elites políticas e empresariais do município abraçaram o desenvolvimento enquanto projeto de manutenção de seus privilégios e controle da população, araucárias, cedros, guabirobas, uvaías, amoras silvestres e outras espécies nativas entraram em processo de extinção ou mantiveram-se vivas quase que apenas nos símbolos municipais. (BRANDT et al, 2018, p.183)

O que fica claro, é a imutabilidade do interesse econômico em relação à conservação do meio ambiente, ficando está questão em segundo plano, no caso de Chapecó, como os autores afirmaram, em caráter até mesmo decorativo.

Corroborando com esse pensamento, esta mesma edição da “Revista Celeiro Catarinense”, traz em sua última página, uma ilustração com um saber, atribuída a Dr. Walmor C. Lowdermilk, que diz: “herdarás tua santa terra como fiel servente, conservando, de geração em geração seus recursos e sua produtividade”(CELEIRO CATARINENSE, 1974, p.[38]). Abaixo podemos conferir a ilustração que acompanha a frase, na Figura 13:

Figura 13 - Ilustração da Revista Celeiro Catarinense de 1974



FONTE: **Revista Celeiro Catarinense**, Chapecó: n. 12, p. [38], setembro. 1974.

Partindo para outros aspectos da preocupação com o meio ambiente, encontramos no “Jornal Folha d’Oeste” de 1976, em seu nº 578, duas matérias, a primeira intitulada: “Os inseticidas e suas consequências” e “Proteção do Meio Ambiente”, que iremos comentar. Na primeira, há uma preocupação com o uso dos pesticidas e os impactos que ele pode ter no consumidor, relacionando até mesmo ao surgimento de doenças como o câncer:

O uso apresenta periculosidade maior ainda - e já preocupa os pesquisadores brasileiros quando se trata dos inseticidas do grupo organoclorados, no qual vamos encontrar o DDT, O BHC e o Aldrin, o Dieldrin e outros. O que acontece é que os resíduos destes inseticidas quando usados persistem à fase de industrialização dos alimentos, podendo acompanhá-los até o momento de seu consumo pela população. (FOLHA D’OESTE, 08/05/1976, p.15)

Na continuidade, o texto ainda cita o estudo de uma pesquisadora, Aurea Marina Mercedez Barreto, que encontrou relação com o uso destes químicos e o câncer em estados do Norte e Nordeste brasileiros, porém não cita ou aprofunda tais dados. Ainda, sugere quais soluções poderiam ser apresentadas, aconselhando até mesmo a proibição destes pesticidas nas lavouras brasileiras. Neste caso, é impossível não estabelecermos relação com a obra de Rachel

Carson, “Primavera Silenciosa” (1969), o que nos leva a crer, que esta reportagem provavelmente foi inspirada na divulgação mundial dos estudos de Carson. Logo em suas primeiras páginas, quando fala sobre o DDT:

A partir de quando o DDT foi colocado à disposição do uso civil, um processo de escalção tem estado em marcha, pelo qual materiais cada vez mais tóxicos devem ser encontrados. Isto aconteceu porque os insetos, numa reivindicação triunfante do princípio de Darwin, relativo à sobrevivência dos mais fortes e mais adequados, desenvolveram super-raças imunes aos efeitos do inseticida em particular usado contra Cies; daí resultou a necessidade de se prepararem substâncias químicas ainda mais mortíferas — cada vez mais letais — e, depois, outras, ainda mais propiciadoras de morte. Isso aconteceu também porque, por motivos que serão descritos mais adiante, os insetos destrutivos com frequência passam por súbitos retrocessos, isto é, por uma fase de ressurgência, depois dos borrifamentos, em quantidades ainda maiores do que antes de tais borrifamentos. Assim, a guerra química não é ganha nunca; e a vida toda é colhida no seu violento fogo cruzado (CARSON, 1969, p. 15)

Nessa fala, a autora resume como funcionam os pesticidas, e como sua eficiência pode ser questionada. A autora fez estudos sobre o uso destes químicos associados ao desaparecimento de espécies, especialmente nos Estados Unidos. Se por um lado sua obra foi impactante e inovadora, por outro também despertou duras críticas da comunidade científica ligada à produção destes químicos. Sobre o funcionamento dos pesticidas:

A definição dos pesticidas, portanto, deve constituir preocupação de todos nós. Uma vez que vamos viver tão intimamente ligados a tais substâncias químicas — comendo-as e bebendo-as — deixando que elas entrem na própria medula dos nossos ossos — será melhor que saibamos alguma coisa a respeito de sua natureza e da sua potência. (CARSON, 1969, p. 26)

O texto de Carson, vai ao encontro do alerta dado no “Jornal Folha d’Oeste” (1976), quando este levanta a hipótese de a contaminação pelo uso dos pesticidas ser cruzada e mesmo após processos industriais, permanecer nos alimentos.

Sobre este tema, que foi objeto de estudo dos pesquisadores CARVALHO *et al* (2017), foi feita uma tentativa de localizar as quantidades de agrotóxicos utilizadas nas propriedades catarinenses de 1940 a 1995, porém, só foi possível obter os valores dispendidos na compra desse insumo, conforme os autores afirmaram:

Em todos os censos do IBGE relativos ao estado de Santa Catarina que pesquisamos, desde 1940 até 1995, não se encontra nenhuma informação sobre as vendas ou o consumo em volume ou peso desses produtos químicos. Foi possível, no entanto, avaliar o total das despesas (na moeda vigente em cada censo) até o censo de 1970, e, a partir do censo de 1975, está disponível o número de estabelecimentos que utilizavam. Porém, a quantidade usada não é informada. Assim, com base nos dados do censo de 1950, é possível inferir que era pouco comum o uso de agrotóxicos, pois é informado o número de pulverizadores existentes em cada município. Para os 104

mil estabelecimentos recenseados no estado, havia apenas 1.963 pulverizadores e polvilhadeiras (equipamentos para distribuir ou espalhar produtos em pó), número que aumentou para ainda modestos 6.313 em 1960. (p.79)

Sobre o uso e disseminação dos agrotóxicos ou defensivos agrícolas, inclusive pela ACARESC, CARVALHO *et al* (2017), fizeram levantamentos e entrevistas onde foi possível concluir que o conhecimento, apesar da formação técnica, sobre os possíveis efeitos intoxicantes dessas substâncias era praticamente desconhecido, corroborando o medo relatado no artigo de Aurea Marina Mercedes Barreto, na Revista Celeiro Catarinense.

Já na segunda reportagem que citamos “Proteção ao Meio Ambiente”, podemos afirmar que seu teor se assemelha ao texto anterior, conforme pode ser observado:

O decantado e tristemente famoso fenômeno do meio ambiente, não é senão o resultado da inesgotável capacidade do homem para descobrir novos métodos para tortura-se a si mesmo. Segundo o Dr. Nicolau Laitano, a poluição constitui a eloquente e trágica testemunha da atividade autodestruidora do homem e dos inumeráveis recursos que usam os seres humanos usam para mutilar-se. (FOLHA D’OESTE, p.15, 08/05/1976)

O que há em comum nos discursos de ambos os textos é a responsabilidade pela poluição recaindo no uso indevido dos recursos pelo ser humano, colocando-nos como responsáveis pelos danos que causamos e como receptores diretos de suas consequências.

Persistindo nessa afinidade entre os discursos, em 1978, no “Jornal Oestão”, nos deparamos com o título “O que é conservação do meio ambiente”, escrita por Altamiro Alves Pereira, representante da Juventude Rural da ACARESC. Selecionamos alguns trechos:

Os jornais nos mostram fotos e nos informam, as emissoras de rádio e televisão noticiam, comentam e mostram os efeitos do envenenamento dos rios, lagos e do próprio oceano. E, como se não bastasse a devastação das florestas, a extinção da fauna, a poluição do ar, a própria água está sendo envenenada, conforme fatos comprovados no litoral gaúcho. Por que tudo isso? Simplesmente porque nossa mentalidade é “salve-se quem puder”. Somos ensinados a conseguir lucros e mais lucros, não importa a que preço, o que importa são lucros imediatos. Por isso não medimos as consequências de nossos atos[...] hoje, estamos vendo os efeitos e prejuízos das secas. As chuvas já não são regulares. Secas e enchentes destroem safras, causam doenças e ceifam vidas. A causa dessas irregularidades nós bem conhecemos: “É sem dúvida o desmatamento sem controle”. Existe solução para esse problema? É claro que sim: é simplesmente cumprir as determinações do Código Florestal. Mas quem as cumpre? (OESTÃO,1978, p.13)

O objetivo de Altamiro Alves Pereira é elencar fatos que auxiliem a educar os jovens, especialmente os da juventude 4-S, sobre o conhecimento e o respeito ao código florestal. O que visualizamos no texto, além da preocupação do autor, é a inserção do tema desmatamento, e novamente a responsabilização dos indivíduos pelas secas e quiçá, pela mudança climática.

Aproveitando as indagações do autor, será que o Código Florestal trazia a proteção almejada? A referência é ao Código Florestal Brasileiro, instituído por lei em 1965. Em seu art. 2º caracteriza as florestas de preservação permanente, que eram as situadas:

- a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:
 - 1) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
 - 2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
 - 3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
 - 4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 500 (quinhentos) metros de largura;
 - 5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;
- b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;
- c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;
- d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;
- e) nas encostas ou partes destas com declive superior a 45º, equivalente a 100 por cento na linha de maior declive;
- f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
- g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;
- h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação. (BRASIL, 1965, p. 1-2)

Apesar da clareza dos dispositivos do Código Florestal Brasileiro, encontramos pesquisas que demonstram o descumprimento da legislação. É o que podemos afirmar após a leitura de NODARI (2012), quando esta pesquisadora demonstra que “mesmo havendo leis em vigor desde a década de 1930, não eram respeitadas na maioria dos casos”(p.47), mesmo os dispositivos contratuais, como os de compra e venda das companhias colonizadoras, que, como ela afirmou: “em seus contratos de compra e venda coloca como cláusula obrigatórias a necessidade de reflorestamento pelo proprietário(..)”(p.49). Neste artigo, a autora ainda avisa:

A evolução florestal é um processo dinâmico, o qual envolve tempo-espaco e ocorre numa velocidade imperceptível aos nossos sentidos, que se estende por várias gerações humanas. Isto significa não somente a perda da floresta em si, mas de toda biodiversidade que dela provinha; assim, observamos que num futuro bem próximo não saberemos mais descrever toda a riqueza que tínhamos, e nós, seres humanos, fomos os responsáveis por este processo. (NODARI, 2012, p.50)

Outrossim, o que podemos concluir é que apesar de ter havido e existir dispositivos legais que regulamentam o uso dos recursos florestais, estes não eram respeitados.

Para o balanço deste capítulo, algumas considerações devem ser realizadas, a primeira delas é a de que, para atender os anseios de um período modernizante, seguindo uma tendência global liberalizante, incrementos e tecnologias foram utilizadas nos campos intensivamente.

Este processo apartou uma parcela da população que não teve acesso ao crédito, algumas famílias empobrecidas chegaram ao extremo de migrar para uma região desconhecida, que era a Amazônia. Este mesmo processo migratório nos revela a preocupação central do governo, que era a de utilizar todo o potencial produtivo das terras nacionais, para produzir e incrementar a renda.

Ainda, outra análise pode ser realizada se observamos o teor do conteúdo que localizamos e selecionamos das mídias, pouca ou nenhuma resistência por parte dos agricultores em relação a modernização agrícola é narrada nestes meios, e mesmo o movimento migratório para um extremo da nação recebe um tom de conquista e admiração da Revista *Celeiro Catarinense*.

Apesar de termos encontrado um artigo que narra preocupação em relação aos males para a saúde, pelo uso de DDT e defensivos agrícolas, CARVALHO *et al* (2017) fizeram um levantamento onde concluíram que o conhecimento sobre o potencial intoxicante destas substâncias naquele período era insípido, até mesmo por parte do corpo técnico da ACARESC.

Nesse sentido, retomando os conceitos apresentados por ESPINDOLA (2012), nos parece assertivo dizer que as práticas agrícolas e ambientais utilizadas pelos agentes da formação do *Celeiro Catarinense* são um misto de exploracionismo com conservacionismo, pois à medida que encontramos discursos que salientavam a necessidade de conservação dos solos por exemplo, para posterior utilização, também encontramos aqueles que colocavam a necessidade do homem em primeiro lugar, quando por exemplo da urgência de se “limpar” quilômetros de matas para a construção de vias, por onde circulariam os êxitos do progresso.

Por fim, aquela edição de 1974 da Revista “*Celeiro Catarinense*”, traz um retrato da verticalização da cidade de Chapecó em sua capa, em supressão aos relevos e diversidade naturais, tornando o desenho da cidade padronizado e desejável aos olhos do progresso, concretizando a partir do pensamento das elites locais, Chapecó como polo econômico e *Celeiro do Oeste* catarinense.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos propomos nesta dissertação entender a formação do complexo agroindustrial no Oeste catarinense, que propiciou o destaque da cidade de Chapecó como referência em crescimento econômico e planejamento. Tal êxito, conforme demonstramos, contou com massivo apoio estatal, sendo ele proveniente do engajamento de elites, que desenharam, por meio de planos econômicos e projetos de poder, os caminhos pelos quais essa região deveria trilhar, sempre alicerçados nos ideais de “progresso” e de “trabalho do povo do Oeste catarinense”.

O Brasil da década de 1970 contava com um cenário global positivo para o crescimento econômico, do qual disfrutaram os governos ditatoriais civis-militares. Tal contexto, contribuiu para inserir na população local um ideal de país, que deveria se modernizar via ação estatal de forma “ordeira”, visando um futuro de crescimento e prosperidade econômica. O governo da ditadura civil-militar contou com um importante aparato para a consolidação de seus anseios, que, no caso do Oeste catarinense, era expresso pelas mídias locais, que apesar de tecerem algumas críticas quanto à morosidade na construção de rodovias por exemplo, enalteciam os feitos do governo civil-militar, e tentavam dar segurança à população em relação à governabilidade e assertividade nos projetos, tanto dos governos locais como o nacional.

Retomando o caminho que percorremos, temos no primeiro capítulo deste trabalho um debate acerca da “Modernização Conservadora” pela qual passou o país neste período. A expressão vem entre aspas, pois, apesar de conferir benefícios e inserção em mercados e escala antes inatingíveis ao produtor do “Velho Oeste catarinense”, o projeto modernizante aplicado pelo estado teve um caráter restritivo, beneficiando àquelas elites que já eram possuidoras de terras, não tendo um efeito maciço, por exemplo, na distribuição de renda.

Tratamos também no primeiro capítulo, das estratégias da modernização agrícola promovidas pelo estado, que contaram com importante incentivo de bancos estatais, como o Banco do Brasil e introduziram a prática da extensão rural no estado de Santa Catarina, por meio de técnicos qualificados que auxiliavam os agricultores a aumentar sua produtividade, conservar os solos e fazer parte de redes, que auxiliavam na captação de sementes e recursos, destacando o papel da ACARESC e do Eng. Agrônomo Glauco Olinger. Apesar de termos apresentado dados financeiros neste capítulo, destacamos aqui a dificuldade em localizar relatórios com a destinação exata dos gastos públicos em cada setor ou por produtor por exemplo. Entendemos que essa ausência de dados se deve, especialmente, à falta de integração dos sistemas bancários. Por este motivo, optamos por tratar das parcelas de investimento de

forma estadual, apresentando compilações de dados realizadas por outros pesquisadores do tema.

No capítulo segundo, após termos apresentado tanto os PND's como dos planos estaduais de desenvolvimento, que ilustraram o porquê da escolha da região Oeste de Santa Catarina, especialmente Chapecó, como sendo a base para o “progresso”, nos debruçamos em encontrar elementos discursivos nas mídias que circulavam na região. Nosso objetivo foi entender como o *status quo* de Oeste abandonado foi se transformando não só por meio dos programas dos governos como também da mídia local, nesse caso a imprensa. Pela análise de diversos artigos de revistas, demonstramos como havia uma espécie de “chamado” ao agricultor catarinense, que deveria ser atendido como forma de corroborar com o crescimento da nação. Um protagonismo foi incumbido ao agricultor catarinense, como se das suas “mãos” dependesse o êxito das políticas do governo civil-militar. Esses discursos foram interpretados, como preceitua Eni Orlandi (2015), no sentido de como significam naquele período.

No último capítulo deste trabalho, fizemos recortes de temas ambientais nas mídias impressas. O que foi encontrado, exceto um artigo que remete aos estudos de Rachel Carson (1969), e convergem com as preocupações da pesquisadora norte americana, não pode ser considerado preservacionista em relação à natureza.

Tanto as matérias que tratam da atuação da ACARESC como artigos de opinião em geral, abordam a questão da natureza e do meio ambiente no sentido de este ser conservado para garantir a próxima safra. Identificamos que muitas campanhas de conservação dos solos foram realizadas e que havia uma preocupação eminente em relação às pragas que afetavam à produção e os prejuízos causados pelas secas. O que não identificamos, no material analisado, aqui referenciando também os planos nacionais e estaduais de governos, além das mídias impressas, foi um protocolo ou padrão de tratamento dos recursos naturais.

Conforme afirmamos, utilizando dos conceitos de Milton Santos (2013), é que houve uma superação do natural pela técnica, situação que pode ser observada por exemplo, quando replicamos a capa da Revista Celeiro Catarinense em sua edição de 1974, quando uma foto aérea de Chapecó é apresentada. Nessa imagem, temos uma cidade planejada e verticalizada, superando relevos e diversidade naturais.

Ainda, no último capítulo, uma história foi apresentada, a de migrantes que saíram de Chapecó em busca de terras agricultáveis na Amazônia. Selecionamos esse caso emblemático por entender que ele é uma síntese dessa dissertação. Tal situação se deveu ao medo de empobrecimento do trabalhador do campo que não era proprietário e que assim, não obteve participação na modernização concebida pelo estado. Ao analisarmos os discursos destes

trabalhadores, notamos uma coragem alicerçada no empobrecimento ao qual foram submetidos com o processo modernizante, pois sem terem o controle da terra e acesso às técnicas modernas de produtividade, ficaram sem acesso ao crédito e, na falta de domínio de outras técnicas de trabalho ou acesso aos centros urbanos, optaram por atravessar o país. Ainda em outro aspecto, quando o governo brasileiro incentiva grandes projetos na Amazônia, seja por meio da construção da transamazônica e das frentes de povoamento para posterior cultivo dos solos, observamos o tratamento que foi dado à essa porção de patrimônio ambiental, que condizia com o pensamento daquele período, o de extrair o máximo de produtividade das terras agricultáveis para superação da pobreza e crescimento da nação.

Não há dúvidas de que muitas outras análises deste período e de sua relação com o Oeste catarinense devam ser realizadas, inclusive utilizando dos mesmos jornais e revistas que pesquisamos. No nosso caso, entendemos que a principal contribuição, em relação a outros estudos já realizados, foi a de contemplar os planos econômicos, discursos de governantes e material midiático de forma conjunta.

Ao analisarmos os PNDs, conseguimos localizar elementos que, juntamente com o discurso midiático, conduziram a confecção de planos em nível estadual, como os PCD's e Plameg I e II, exacerbando o momento desenvolvimentista e planificador pelo qual passava a nação e também, o Oeste catarinense.

Ademais, percebemos a influência exercida pela mídia na legitimação, por parcela da população, no nosso caso a do Oeste catarinense, do regime civil-militar. Notamos ainda que os discursos propalados pelas revistas impressas serviam como balizadores das ações do homem no campo, ao passo que incentivava e cobrava também resultados, sendo um legítimo canal de propaganda governista, acentuando a indivisibilidade do Estado e da informação que circulava na região Oeste de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

- AMADOR, Milton Cleber Pereira. **Guerra do Contestado**: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste Catarinense, Cadernos do CEOM, Chapecó Ano 22, n. 31, 2010.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.
- NASCIMENTO, Ederson (org.), **Oeste de Santa Catarina: Território, Ambiente e Paisagem**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015. p. 41-69.
- AYRES, Major Olímpio. Visita aos Municípios de Chapecó e Joaçaba. Ins. Zedar, In: **Prefeito da Silva**. Chapecó e Joaçaba; Joaçaba; a Joaçaba; visita do Governador Irineu Bornhausen e sua comitiva. Rio de Janeiro: Laemert, 1952. p. 50-56.
- BRANDT, Marlon. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo – SC: do Contestado à colonização**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.
- BRANDT, Marlon. Apropriação/ Expropriação de terras no pós-contestado: um estudo sobre a concessão da Fazenda Butiá Verde (1929). In: **O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos**. CAMPOS, José Nazareno, BRANDT, Marlon, CANCELIER, Webler Janete (Org.). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- BRANDT, Marlon. Criação de porcos "à solta" na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **História**, Franca, v. 34, n. 1, p. 303-322, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742015000100303&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920150001000051>.
- BARROS, José D'Assunção. **A Expansão da História**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais**. Chapecó: Argos, 2005.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- CAMARANO, Amélia Ana; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil — panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão, 621)
- CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz.; LINO, Jaisson. Um passado distante, um patrimônio presente: o povoamento pré-colonial de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian *et al.* (org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017. p. 19-58.
- CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.75-91, Jan. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702017000100075&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702017000100002>.

CHARTIER, Roger. **A História Entre Certezas e Inquietude**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

CONTINI, Elísio. **A colonização na Transamazônica**: um enfoque analítico do plano governamental, seus resultados e problemas. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública, 1976, p. 144-145

CORAZZA, Gentil; RADIN, José Carlos (orgs.). **Fronteira Sul**: ensaios socioeconômicos. Florianópolis: Insular, 2016.

CORAZZA, Gentil. Traços da formação socioeconômica do Oeste catarinense. In: CORAZZA, Gentil e RADIN, José Carlos (orgs.). **Fronteira Sul**: ensaios socioeconômicos. Florianópolis: Insular, 2016.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil: 1950- 2003. In: RAMOS FILHO, Luiz Octávio; ALY JÚNIOR, Oswaldo. (org.). **Questão agrária no Brasil**: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi *et al.* (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

ESPINDOLA, H. S. Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental. In: NODARE, Eunice Sueli; KLUG, João (org.). **História ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

ESPÍRITO SANTO, Evelise. **A Agricultura no Estado de Santa Catarina**. Chapecó: Grifos, 1999.

ETGES, Virgínia Elisabeta. A Trajetória de Leo Waibel como Pesquisador. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 28, n. 1, 2002.

FORNECK, Elisandra; KLUG, João. Impactos sócio ambientais da suinocultura no oeste catarinense: do visível ao invisível. In: **XVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: ANPUH, p. 1-14, jul. 2015.

GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli; MORETTO, Samira Peruchi. (Orgs.). **História Ambiental e Migrações**: diálogos. São Leopoldo: Oikos, 2017. 267 p.

GOMES, Angela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Passos (orgs). **Ciência, civilização e República nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 245 p.

GOODMANN, D.E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n.4, p. 31-56, 1985.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOULARTI FILHO, Alcides. O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002. **Ensaio FEE**. Porto Alegre: FEE, v.26, n.1, p.627-660, jun. 2005.

GOULARTI FILHO, Alcides. Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina. 2001. 391 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285604>. Acesso em: 28 jul. 2019.

GOULARTI FILHO, Alcides. Crédito, planos e planejamento em Santa Catarina. In: **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 11, n. 22, nov. 2012.

HADDAD, Sergio; SIQUEIRA, Filomena. Analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil. **Revista Brasileira de Alfabetização**. Vitória: ABALF, v. 1, n. 2, p. 88-110, jul/dez 2015.

HÉBETTE, Jean. A resistência dos posseiros. In: **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. Belém: UFPA, 2004. vol. II, p.191-196.

HOFFMANN, Rodolfo; KASSOUF, Ana Lúcia. Modernização e desigualdade na agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.43, p.273-303, abr./jun 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA; ESTATÍSTICA. SERVIÇO NACIONAL DE REECENSEAMENTO. **Censo demográfico de 1960**. 1967

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA; ESTATÍSTICA. SERVIÇO NACIONAL DE REECENSEAMENTO. **Censo demográfico de 1970**. 1973

IOKÓI, Zilda Márcia Gricoli. Os problemas do desenvolvimento na América Latina frente aos descaminhos da modernidade. **III Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh/Contexto, v.15, n.29. 1995.

KAGEYAMA, Angêla; SILVA, José Graciano da. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, USP, v.13, n.3, p.537-559, 1983.

KONDER, Antônio Carlos Reis; FONTANA, Atílio. **Plano de Governo 1975- 1979**: governar é encurtar distância. Florianópolis: 1975.

LAGO, Luis A. do. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”:1967-1973. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.), **A Ordem do Progresso**: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889/1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 239.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 3 ed., 1982. 173p.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos**: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975). 1997. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 1997.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). **Rev. Bras. Hist.** São Paulo: v.27, n.53, p.297-322, jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102. Acesso em: 29 abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000100013>.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. 2 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2001. 498 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280234>. Acesso em: 02/05/2019.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Rev. Sociol. USP**. São Paulo: Tempo Social, v. 8, n. 1, p. 25-70, mai. 1996.

MATTEI, Lauro Francisco. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina**. 1999. 211p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285418>. Acesso em: 05/04/2019.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária - natureza e comportamento 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MESQUITA, Mário Magalhães Carvalho. Inflação, estagnação e ruptura, 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2 ed., p. 179-196, 2014.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico aos precatórios**. Campo Grande: UFMS, 1998.

MORETTO, Samira Peruchi. Meio ambiente e sociedade: as transformações na paisagem do Oeste Catarinense, na segunda metade do século XX. **História Revista**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, v.22, n.2, p.107-120, dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/57834/32923>. Acesso em: 05 abr. 2019.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229 - 254, jan./abr. 2019.

MUSSOI, Eros Marion. Extensão Rural: Uma contribuição ao seu repensar. **Revista Centro de Ciências Rurais**, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, v.15, n.1, p.37-50, 1985.

NASCIMENTO, Ederson. Chapecó: evolução urbana e desigualdades socioespaciais. In: BRANDT, Marlon. NASCIMENTO, Ederson (Org). **Oeste de Santa Catarina: território, Ambiente e Paisagem**. São Carlos: Pedro & João Editores; Chapecó, UFFS, 2015. p. 97-153.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo: Universidade de São Paulo, v.3, n.7, p.87-108, dez. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000300006>.

PERTILE, Noeli. Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes do Oeste Catarinense. (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia. Florianópolis-SC, 2008

NODARI, Eunice. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo: Universidade Federal de Passo Fundo, v.9, n.1, p.134-149, 2009.

NODARI, Eunice. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem em Santa Catarina. In: Nodari, Eunice; Klug, João (org.), **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p.35-53.

OLINGER, Glauco. **Ascensão e Decadência da Extensão Rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

OLINGER, Glauco. **50 anos de extensão rural: breve histórico do serviço de extensão rural no Estado de Santa Catarina 1956 a 2006**. Florianópolis: Epagri, 2006. 72p.

ORENSTEIN, Luiz.; SOCHACZEWSKI, Antônio Cláudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2 ed., 2014.

PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo: Universidade de São Paulo, v.24, n.68, p.81-101, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>.

PEREIRA, Airton dos Reis. Colonização e conflitos na Transamazônica em tempo da ditadura civil-militar brasileira. **Revista de Pesquisa Histórica**, n.31, p.1-17, 2013.

POLI, Odilon Luiz. Oeste catarinense: modernização, êxodo e movimentos sociais no campo. In: **Leituras em movimentos sociais**. Chapecó: Grifos, 1999, p. 63-163.

POLI, Odilon Luiz. Cultura e modo de vida camponês no Oeste Catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v.16, n.15, p. 107-175, jun. 2002.

PROJETO CHAPECOENSE DE DESENVOLVIMENTO. **Boletim Oficial do Município**, Chapecó, nº 06, 1º quinzena de setembro, 1973.

RADIN, José Carlos; VICENZI, Renilda. A colonização em perspectiva no centenário de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel (Ed.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos. 2017. p. 59-105.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Soraia. **Sistemas técnico agrícolas e meio técnico-científico-informacionais no Brasil**. In: SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 13ª ed. Rio de Janeiro. Record, 2010.

RENK, Arlene. A colonização do Oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: **Para uma memória do Oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995.

RENK, A.; WINCKLER, S. A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina – uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 31, n. 49, p. 10-22, dez. 2018.

RIVAS, Darlene. **Missionary Capitalist: Nelson Rockefeller in Venezuela**. The University of North Carolina Press. 2002

SALLES, Colombo Machado. **Projeto Catarinense de Desenvolvimento**. Florianópolis: 1971.

SANTA CATARINA. Lei Ordinária nº 3.285, de 8 de agosto de 1963. **Cria a Secretaria de Negócios do Oeste. ALESC, 1963.**

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton [et al]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual: a experiência do Plameg.** Florianópolis: UFSC, 1985.

SCHIMITZ, Paulo Clóvis. Engenheiro Glauco Olinger é uma enciclopédia viva da agricultura catarinense. **ND+**, Santa Catarina, 23 de nov. de 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/engenheiro-agronomo-glauco-olinger-e-uma-enciclopedia-viva-da-agricultura-catarinense/>. Acesso em: 05 de jan. de 2019.

SCOTT, James. **Seeing like a state.** New Haven: Yale University Press, 1999.

SEYFFEIH, G. **As contradições da liberdade: análise das representações sobre identidade camponesa.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, p. 72-96, 1992

SILVA, Claiton Marcio da Silva. **Saber, Sentir, Servir e Saúde: o processo de construção do novo jovem rural em Clubes 4-S em Santa Catarina (1970-1985).** Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2002.

SILVA, Claiton Marcio da. **Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961).** 225 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Claiton Marcio da. **De Agricultor a Farmer: Nelson Rockefeller e a Modernização da Agricultura no Brasil.** Guarapuava; Curitiba: Unicentro: UFPR, 2015.

SILVA, Claiton Marcio da. Discursos sobre a juventude rural participante de clubes 4-S (1959-1977). **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v.9, n.9, p.143-156, jan. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/568>. Acesso em: 01 abr. 2019.

SILVA F. C. A.; HEIDEN, F. C.; AGUIAR, V. V. P.; PAUL, J. M. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense.** 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: InstitutoCepa/SC, 2003. 99 p.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos.** 4.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Michel Goulart da. **Crescer com o Brasil**: planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em Santa Catarina (1970-1975). Dissertação de mestrado em história. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/handle/tede/2541>. Acesso em: 20 set. 2019.

SIQUEIRA, Gustavo. **Os donos do “Celeiro do Progresso”**: redes sociais e política (Chapecó, 1956-1977). (Dissertação de Mestrado em História). Florianópolis: UDESC, 2016.

UMAÑA, Wilson Picado. Los significados de la revolución. Semántica, temporalidad y narrativa de la Revolución Verde. **HALAC**, v.3, n.2, 2014. Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/halac/article/view/3455/2503>. Acesso em: 20 set. 2019.

VELOSO, Fernando; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. In: **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 62 n. 2, p. 221-246, abr./jun. 2008.

VICENZI, Renilda. Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense. In: **Cadernos do CEOM**, ano 19, n. 25, p. 301- 318, 2006.

WAIBEL, Leo. As Zonas Pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XVII. n. 4. p. 389-417, 1955.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 4, n 8, p. 198-215, 1991.

LEIS:

BRASIL. Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965: Institui o Novo Código Florestal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1965.

BRASIL. Presidência da República. **I Plano Nacional de Desenvolvimento 1972-1974**. Rio de Janeiro: 1971.

BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975 -1979**. Brasília: 1974.

BRASIL. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1965.

MATÉRIAS PUBLICADAS EM JORNAIS:

59º ANIVERSÁRIO. **Boletim Oficial do Município**, Chapecó, n.40, jul. 1976.

A EUFORIA do Brasil. **Celeiro Catarinense**, Chapecó, n. 9, out. 1972.

AMAZONIA a nova esperança. **Celeiro Catarinense**, Chapecó, n. 9, out. 1972.

CELEIRO CATARINENSE. Chapecó, n. 12, mar. 1974.

CIDADE que não para. **Celeiro Catarinense**, Chapecó, n. 4, mai./jun.1970.

INAUGURADO em Chapecó (SC) o maior frigorífico avícola da América Latina e um dos maiores do mundo. **Revista do Sul**, nº 220, abril/maio, 1973.

MECANIZAÇÃO agrícola e desenvolvimento econômico. **Folha D'Oeste**, Chapecó, Ed. 673, 22/04/1978

O QUE é conservação do meio ambiente. **Jornal Oestão**. Chapecó, p.13, 1978.

PARA Cirne Lima ler. **Folha d'Oeste**, ed. 384, p. 7, 06/10/1972. Chapecó.

SOJA, a nova riqueza. **Celeiro Catarinense**, Chapecó, n. 11, mar. 1973.